

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO**

ANA PAULA FERREIRA DE BRITO

**MUSEOLOGIA DE MEMÓRIAS TRAUMÁTICAS: A PRODUÇÃO ACADÊMICA DA
MUSEOLOGIA BRASILEIRA SOBRE A DITADURA (2014-2020)**

Porto Alegre

2023

ANA PAULA FERREIRA DE BRITO

**MUSEOLOGIA DE MEMÓRIAS TRAUMÁTICAS: A PRODUÇÃO ACADÊMICA DA
MUSEOLOGIA BRASILEIRA SOBRE A DITADURA (2014-2020)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Museologia
e Patrimônio da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul.

Linha de pesquisa: Museologia, Museus e
Coleções: História, Teoria e Métodos

Orientadora: Dr^a. Leticia Julião

Porto Alegre

2023

ANA PAULA FERREIRA DE BRITO

**MUSEOLOGIA DE MEMÓRIAS TRAUMÁTICAS. A PRODUÇÃO ACADÊMICA
DA MUSEOLOGIA BRASILEIRA SOBRE A DITADURA (2014-2020)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Museologia e Patrimônio da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovado em: 01 de fevereiro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Letícia Julião (UFMG/UFRGS) – Orientadora

Prof^a. Ana Carolina Gelmini de Faria

Prof^a. Ana Ramos Rodrigues Castro

Prof^a. Judite Santos Primo

AGRADECIMENTOS

Ao PPG em Museologia e Patrimônio, especialmente a Josi, Carol Gelmini de Farias e Fernanda Andrade. Vocês tornaram o programa mais caloroso e humano, em meio à virtualidade e distância. Realizar um mestrado com aulas remotas, sem abraços e risadas nos cafés, foi um desafio superado com o coleguismo de membros da turma, Geovana Erlo, Marco Antonio, Ernani, Flávia, Isadora, Magnólia, Rafael, Sibebe, André, Camila e Aline. Um agradecimento mais do que especial para a amiga Sandra Donner, um presente que essa travessia me deu. Minha “galega” querida, obrigada por tanto amor e amizade.

As minhas amigas que São Paulo me agraciou de novas e velhas jornadas, Ana Ventura, Patrícia Oliveira, Gabriela Beraldo, Paula Salles, Deborah Neves, Renata Lima e Nayla Gabriela.

Aos meus companheiros e companheiras do Grupo de Trabalho do Plano Museológico do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, Alane, Átila Tolentino, Sandra Santana, Cosmo, Josilene, Weverton, agradeço por tantas partilhas e pela compreensão das ausências nos momentos pessoais mais difíceis. E aos companheiros e companheiras da Rede Brasileira de Pesquisadores de Sítios de Memória e Consciência.

Aos meus compadres queridos, Suelen Andrade, Darlan Marcchi e Guilherme Correia, por serem parte da formação mais importante da minha trajetória, a maternidade. Clarinha e eu temos muita sorte em ter vocês. O nordeste e o sul do Brasil nunca foram tão próximos antes.

Ao museólogo Matheus Cruz, que sempre me ajudou a questionar a função e trabalho(s) da Museologia.

A minha querida professora Letícia Julião, orientadora que com toda paciência e competência acolheu cada desafio e entrave pessoal que vivi no momento mais difícil da minha vida, a perda de minha mãe e as persistentes sequelas da Covid-19. Letícia, obrigada por todo acolhimento. Tua confiança não me deixou desistir desse desafio.

Finalmente, ao meu companheiro de jornada, meu marido e maior apoiador, Gustavo Pitta. Essa formação não seria possível sem teu colo, teu apoio, por tua paternidade com a Clara e por tua contínua lembrança da importância desse trabalho.

Para as mulheres da minha vida, separadas pelo umbigo.
Dona Vanda (*in memoriam*), meu passado e eterno presente.

Ana Clara, meu presente e eterno futuro: meu “miaêro” de amor por vocês não se quebra com a matéria, nem tem fundo que se alcance.

E para ti, Gustavo Pitta. Sou afortunada pelo saudável amor que nutrimos e vemos dia a dia florescer. Entre folhas verdes e amarelas, temos um solo saudável que recebe chuva de esperança e companheirismo.

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo analisar como a Museologia brasileira tem se ocupado das discussões sobre memória da ditadura no Brasil, a partir da produção do conhecimento acadêmico elaborado no campo da citada disciplina e de áreas congêneres à Museologia, entre os anos 2014 e 2020. A pesquisa é conduzida pela indagação a respeito da possibilidade de se identificar uma Museologia de memórias traumáticas, ou, ainda, sobre a contribuição social da Museologia na ampliação do uso de um passado com memórias traumáticas no presente. Para isso, foram identificados 23 trabalhos acadêmicos, localizados a partir da busca em cinco repositórios científicos, a saber: dissertações e teses de programas *strictu sensu* em Museologia, artigos de revistas acadêmicas da Museologia, anais de eventos da Museologia, anais de eventos nacionais de áreas congêneres da Museologia (História, Antropologia e Ciências Sociais), e no repositório da Capes. A busca foi empreendida a partir de palavras-chaves relacionadas à preservação das memórias da ditadura e da leitura dos títulos dos trabalhos encontrados na busca. A análise da produção, identificada como objeto de estudo, compôs o cenário de discussão sobre como a Museologia brasileira tem se ocupado desse tema. Dentre os conceitos discutidos, cabe destacar: fato museal, sítio de memória e consciência e reparação social. Em que pese a produção identificada ser limitada, a dissertação apresenta o panorama dos trabalhos analisados e, a partir dos dados compilados, se aventou a possibilidade e potência de falarmos, no Brasil, de uma Museologia de memórias traumáticas. Neste caso, a análise ocorre a partir de estudos sobre as memórias da ditadura (1964-1985), mas não se restringe somente a este episódio, haja vista existir muitos outros relacionados a violências que causaram traumas sociais.

Palavras-chave: Museologia brasileira. Memórias traumáticas. Produção acadêmica. Ditadura. Sítio de memória e consciência.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 01 - Slide de apresentação do projeto do Memorial da Anistia, disponibilizado por Amarilis Tavares, então coordenadora do projeto pelo Ministério da Justiça	54
Imagem 02 - Projeto museográfico elaborado por Daniela Thomas e Felipe Tassara (Empresa T&T)	54
Imagem 03 - Projeto museográfico elaborado por Daniela Thomas e Felipe Tassara (Empresa T&T)	54
Imagem 04 - Audiência Pública sobre a Casa da Morte de Petrópolis	58
Imagem 05 - Nuvem de palavras das dissertações de Museologia	81
Imagem 06 - Nuvem de palavras dos artigos de periódicos da Museologia	93
Imagem 07 - Nuvem de palavras dos estudos de anais de eventos de áreas congêneres a Museologia	97
Imagem 08 - Nuvem de palavras dos estudos do repositório da CAPES	101
Imagem 09 - Esquema das nomeações a instituições museológicas dedicadas às memórias da Ditadura encontradas nos estudos	123
Imagem 10 - Ilustração do conjunto de vinculação dos códigos “reparação” e “memória salvadora”	145
Imagem 11 - Print do diálogo entre Elizabeth Jelin e Ricard Vinyes, durante Encontro realizado pelo MMDH do Chile	149

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Relação dos estudos encontrados nos PPGs de Museologia	76
Quadro 02 - Contagem recorrente dos autores nas referências dos estudos das dissertações de Mestrado em Museologia	79
Quadro 03 - Relação de produção do I SEBRAMUS, possivelmente em diálogos com a Museologia de memórias traumáticas	83
Quadro 04 - Relação de produção do II SEBRAMUS, possivelmente em diálogos com a Museologia de memórias traumáticas	84
Quadro 05 - Relação de produção do III SEBRAMUS, possivelmente em diálogos com a Museologia de memórias traumáticas	85
Quadro 06 - Relação de produção do IV SEBRAMUS, possivelmente em diálogos com a Museologia de memórias traumáticas	86
Quadro 07 - Relação de produção do SINPEM, possivelmente em diálogos com a Museologia de memórias traumáticas	87
Quadro 08 - Relação de revistas científicas levantadas da área da Museologia no Brasil	90
Quadro 09 - Relação dos estudos encontrados nas revistas selecionadas de Museologia	91
Quadro 10 - Recorrência de autores nas categorias selecionadas, do Bloco de estudos de Revistas de Museologia	92
Quadro 11 - Relação dos estudos encontrados nos anais de eventos de áreas congêneres a Museologia	95
Quadro 12 - Recorrência de autores nas categorias selecionadas, do Bloco de estudos de Anais de eventos de áreas congêneres a Museologia	96
Quadro 13 - Relação dos estudos encontrados no repositório da CAPES	98
Quadro 14 - Recorrência de autores nas categorias selecionadas, do Bloco de estudos do repositório da CAPES	99
Quadro 15 - Relação dos 22 estudos que constituem o objeto da pesquisa	109
Quadro 16 - Relação de nomes para instituições encontradas nas recomendações dos relatórios de comissões da verdade, listadas no estudo de Hoffman, 2020	122

Quadro 17 - Informações encontradas sobre o código - Memória salvadora
(Nunca Mais), na leitura dos 22 estudos

147

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Dados da pesquisa feita sobre estudos publicados pela ANPUH, ANPOCS e ABA	95
Gráfico 02 - Relação quantitativa dos autores da categoria Memória e patrimônio internacional	103
Gráfico 03 - Relação quantitativa dos autores da categoria Memória e patrimônio nacional	104
Gráfico 04 - Relação quantitativa dos autores da categoria Justiça de transição nos blocos de estudos	105
Gráfico 05 - Relação quantitativa dos autores da categoria Museologia nacional	106

LISTA DE SIGLAS

CCD – Centro Clandestino de Detenção

CNV – Comissão Nacional da Verdade

CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo

DOI-Codi - Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna

DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social

IC MEMO – *International Committee of Memorial Museums in Remembrance of the Victims of Public Públicos*

ICOFOM - *International Committee for Museology*

ICOM - *International Council of Museums*

SMC – Sítio de Memória e Consciência

SUMÁRIO

1	CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO	13
2	CAPÍTULO 2 – A construção do saber acadêmico sobre as memórias traumáticas da ditadura no Brasil e a Comissão Nacional da Verdade	29
2.1	As memórias da ditadura nas investigações acadêmicas brasileiras	33
2.2	O relatório da CNV e suas recomendações de continuidade investigativa sobre o período ditatorial brasileiro	45
2.2.1	<i>Recomendação nº 29, medida nº53 – estímulo à pesquisa</i>	<i>49</i>
2.2.2	<i>As recomendações da CNV sobre patrimônio cultural, museus e as memórias da ditadura</i>	<i>52</i>
3	CAPÍTULO 3 – Museologia no Brasil e as memórias traumáticas da ditadura.....	61
3.1	Fortalecimento do campo museológico no Brasil	61
3.2	Produção acadêmica sobre processos de musealização de memórias traumáticas da ditadura anterior à CNV (2014) e após nosso recorte de pesquisa (2020)	67
3.3	Produção acadêmica sobre processos de musealização de memórias traumáticas da ditadura posterior à CNV.....	74
3.3.1	<i>Dissertações e teses de programas strictu sensu em Museologia dedicadas às memórias traumáticas da ditadura</i>	<i>75</i>
3.3.2	<i>Debates em eventos da Museologia</i>	<i>82</i>
3.3.3	<i>Artigos em periódicos científicos da Museologia</i>	<i>89</i>
3.3.4	<i>Artigos de anais de eventos em áreas congêneres (História, Ciências Sociais e Antropologia)</i>	<i>94</i>
3.3.5	<i>Repositório da CAPES.....</i>	<i>98</i>
3.3.6	<i>Panorama dos dados analisados nos estudos selecionados.....</i>	<i>101</i>
4	CAPÍTULO 4 – Museologia e Memórias traumáticas: perspectivas conceituais	108
4.1	A viragem no pensamento da Museologia: Nova Museologia, Sociomuseologia, Museologia Crítica e Museologia do Afeto	111
4.1.1	<i>Nova Museologia</i>	<i>113</i>

4.1.2	<i>Museologia Crítica</i>	115
4.1.3	<i>Sociomuseologia</i>	116
4.1.4	<i>Museologia do Afeto</i>	118
4.2	As vertentes e os estudos analisados.....	119
4.2.1	<i>Tipologia e conceituação das instituições</i>	121
4.2.1.1	<i>Memoriais e Museus de memória</i>	124
4.2.1.2	<i>Sítio de memória e consciência e os Lugares de memória ...</i>	127
4.2.2	<i>Fato museal e a cadeia operatória da Museologia</i>	130
4.2.3	<i>Exposições: testemunhos, narrativas, arquitetura, imersão e neutralidade</i>	132
4.2.4	<i>Reparação social e a memória salvadora</i>	144
4.2.5	<i>Interdisciplinaridade e partilha de saberes</i>	151
5	CONSIDERAÇÕES: a uma Museologia de memórias traumáticas	157
	REFERÊNCIAS	161
	APÊNDICE A	167
	APÊNDICE B	171
	APÊNDICE C	175
	APÊNDICE D	177
	APÊNDICE E	180

1. INTRODUÇÃO

“Escrever é uma maneira de sangrar”.

Conceição Evaristo

Começo esse diálogo acadêmico, esse sangramento, evocando memórias individuais, para convocar os leitores a sangrarem também, em uma experiência que, para mim, no universo acadêmico, é inédita, mas, na vida cotidiana, é real e contínua. Todos os dias, produzo novas memórias, vivendo o presente e acessando o passado a partir de suportes materiais ou imateriais da memória, a qual é viva, dinâmica e pulsante, no aqui e agora. Assumo o desafio de, neste espaço de poder, que é a Academia, produzir um conhecimento que possa ser vivificado e (re) significado, com “boniteza e alegria”, como nos ensinou Paulo Freire, sem renunciar a críticas, provocações, apresentação de disputas e conflitos em torno da representação social da memória.

A primeira vez em que visitei um museu eu tinha 19 anos, era estudante do curso de licenciatura em História, em uma universidade pública. Acho que meus pais, donos de um restaurante popular no mercado público da cidade de Santa Rita, no estado da Paraíba, nunca tinham visitado um museu. E lá estava eu, sendo a primeira pessoa da família materna a ser universitária e tendo essa oportunidade, que imaginava seria apenas para gente *ryca* – com “y” para ser requintado, ainda que esteja incorreto na norma culta da língua. Incorreta também estava essa ideia de que museu era um lugar visitado apenas por pessoas com poder aquisitivo alto.

Como filha de trabalhadores e trabalhadora da feira livre, o universo da memória (e do esquecimento) sempre esteve latente na minha identidade. Os cheiros, os preços, as cores, os sabores, os nomes, as gentes, os saberes, tudo aquilo cresceu comigo; e continua crescendo a cada nova experiência, pois a memória é sempre feita no presente, não é uma caixa que guardamos no armário e eventualmente consultamos para revisitar algo.

Foi na graduação, durante um estágio na Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, que entendi que a feira era patrimônio cultural e esse universo da cultura me ganhou de vez. Na

superintendência da Paraíba tinham arquitetas, historiadora, antropólogo, educador, psicóloga, administrador, e ainda reclamavam que faltavam mais profissionais, não tinha arqueólogo, por exemplo. Esse universo que me ganhou é completamente interdisciplinar, múltiplo em suas possibilidades de atuação, e seu maior mérito, para mim, era ver a luta pela democratização do que deveria ser entendido como patrimônio.

Essas lutas democráticas sempre foram um terreno caro para mim. O hospital em que nasci ficava do outro lado da rua do Mercado Público na qual fui criada, um território onde todos tinham vozes amplificadas, umas mais baixas, outras mais altas, outras aos gritos, grifando na minha memória a potência dos “gasgitos”. Mas essa confusão de vozes, tons, opiniões, interesses e defesas sempre foi sinfonia para meus ouvidos, a minha música popular brasileira. Mesclar o patrimônio e a democracia foi meu encontro intelectual e humano. É neste universo que me encontro, com um pé na reflexão acadêmica e outro pé nas instituições memoriais e museológicas.

Memórias da caminhada – interesse pelo tema de pesquisa

A memorialização da ditadura no Brasil foi o tema que eu escolhi para contribuir profissionalmente, pois o silêncio institucionalizado imputado pelo Estado brasileiro às vítimas da ditadura me perturba desde a graduação. Durante um estágio realizado nos arquivos da Delegacia de Ordem Política e Social - DOPS da Paraíba, idealizei o projeto “Compartilhando memórias: as que não serão esquecidas”. Esse foi meu primeiro contato com os seres de carne e osso que narram as histórias que as fichas documentais preservadas nos arquivos da delegacia não conseguiam exprimir. Foi registrando esse projeto que inaugurei a escrita acadêmica sobre o tema que venho perseguindo, ou que me persegue, já não sei mais. Lembro-me de minha mãe, mestra em sabedoria popular e com alfabetização formal incompleta, perguntar-me por que eu estudava algo tão triste. A resposta direta e profunda que saiu silenciou Dona Vanda: “por causa das gentes, mãe”.

Não temos nenhum parente ou amigo da família que tenha sido vítima direta da ditadura, mas, ao longo dos anos, entendi que somos todos, brasileiros, vítimas indiretas da violência de Estado ditatorial. No mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural, realizado na Universidade Federal de Pelotas, pude aprofundar

nas experiências práticas e teóricas sobre a importância transgeracional do tema, analisando os escrachos aos torturadores da ditadura. Um período sanduíche na Argentina me descortinou um véu em torno da potência dessa memorialização; nesse país fui apresentada aos Sítios de Memória e Consciência - SMC, e conheci a pluralidade de possibilidades de musealização de temas sensíveis. No doutorado em História intrigou-me muito saber como surgiram essas instituições museológicas no Cone Sul, que vozes silenciaram, gritaram, disputaram a construção pública dessa memória traumática. As “gentes” estavam lá e ainda estão. Na investigação das experiências argentina e chilena, chamaram muito minha atenção outros atores incorporados nos processos de reivindicar a preservação dessas memórias. Vizinhos, religiosos e profissionais de diversas áreas assumiram o compromisso de comunicar essas memórias nos SMC, destacando-se das experiências brasileiras.

Como profissional de alguns Sítios de Memória e Consciência do Brasil, tendo também desfrutado de oportunidades de estágios profissionais em outros SMC da Argentina e do Chile, sobretudo as instituições museais vinculadas a Red Latinoamericana e Caribeña de Sítios de Memória da *Coalition Sites of Conscience*, esse lugar de fala também me convocou para reflexão. Isso porque há disputas que acontecem no interior de cada experiência de musealização das memórias da ditadura que extrapolam o binômio repressor x vítima. E confirmar essa polifonia de vozes é trabalho da investigação, bem como ressaltar que a combinação das diversas vozes é potente para esses trabalhos museológicos. Aqui já cabe ser categórica: do mesmo modo que o esquecimento não é um problema da memória, as disputas e os conflitos em torno da representação da memória não são um problema nos processos de musealização de passados traumáticos.

É preciso desvelar as falas incômodas desses processos, pois, nesse não dito, há conflitos interessantes e profícuos para a construção de uma análise teórica da Museologia sobre as memórias da ditadura que podem contribuir para análise e construção de métodos e critérios para esses diversos trabalhos de memórias. As análises críticas desses processos de musealização e de registros memoriais de homenagens têm interesse acadêmico e diversas possibilidades de investigação.

Contemplando essa diversidade, nesse breve caminho acadêmico percorrido, chego às portas da Museologia com sede de conhecer as reflexões produzidas por pesquisadores brasileiros, sobre a musealização das memórias da ditadura no Brasil.

Objeto e objetivos da pesquisa

Na casa da minha avó, no interior do estado da Paraíba, havia um pote de barro de água que sempre ficava na cozinha, numa quina, no chão batido de cimento cru. Minha tia achava que a água ficava mais fresca assim e não com o pote suspenso em algum suporte. Em cima do pote, sempre a postos, estava um grande copo de alumínio que deveria ser usado para coletar a água, item de ouro naquelas bandas, que só veio a ter água encanada no ano de 2018. Muitas vezes, matei minha sede nesse pote de barro, com a água comprada dos caminhões pipa.

Na minha relação com a Museologia, comecei bebendo água mineral sem gás. Universo bonito, até encantado, como as pedras que ficavam depois do rio do interior onde morava minha avó, de onde ouvi que muita gente foi “encantada” por seres de outro mundo e desapareceu. Nas exposições que comecei a frequentar, enquanto caminhava, tocava (e era tocada) pela expografia; muitas vezes, desapareci desse nosso mundo real e me encontrei com outros seres.

Foi no Memorial da Resistência de São Paulo, no ano de 2014, que pude ter minha primeira experiência, enquanto profissional formada, de pegar a água no copo de alumínio, diretamente de um pote de água da Museologia. E digo um pote, remarcando a perspectiva singular, porque há muitas Museologias, preciosas justamente por considerar esse plural.

E é considerando essa polifonia e pluralidade da Museologia que essa pesquisa propõe uma discussão sobre o que chamamos de Museologia de memórias traumáticas. A ideia da emergência dessa Museologia sugerida acompanha e decorre da reflexão do historiador francês Dominique Poulot (2013). Ao analisar a história e a relação do museu e da Museologia no século XX, Poulot (2013, p. 44) fala sobre uma Museologia do Holocausto para se referir à história dos museus instalados em locais históricos. Segundo o autor, os múltiplos museus do Holocausto orientaram a Museologia do Holocausto em seus desafios quanto à “dialética da monumentalização e do traumatismo, da musealização e da memória viva, [...] de expor a abjeção – e de explicá-la, ou não”.

Os processos de musealização do Holocausto invariavelmente são evocados em diversos países do continente latino-americano para respaldar a preservação das

memórias dos regimes ditatoriais. E, muitas vezes, muitos desses processos são referências teóricas e práticas para projetos museológicos brasileiros¹, nessa perspectiva de musealizar memórias traumáticas. Trazendo para nossa discussão, esta dissertação buscou identificar se há uma produção acadêmica brasileira, no campo da Museologia, sobre as memórias traumáticas da ditadura civil-militar (1964-1985). A Museologia brasileira tem se ocupado das memórias traumáticas? E como tem se ocupado, do ponto de vista acadêmico?

Entendendo, ainda, que memórias traumáticas abrangem outras experiências de violências, não limitadas, no caso brasileiro, às experiências da ditadura, mas considerando o recorte proposto neste trabalho, destacamos que o objetivo geral é discutir sobre uma Museologia das memórias traumáticas, a partir da produção acadêmica brasileira (2014-2020) sobre a ditadura brasileira. Entre os objetivos específicos, cabe destacar:

- identificar a produção do conhecimento acadêmico elaborado no campo museal entre os anos de 2014 e 2020 sobre as memórias da ditadura no Brasil;
- analisar como a Museologia acadêmica brasileira tem se ocupado do tema das memórias da ditadura;
- discutir a partir das análises dos dados extraídos nos estudos realizados a emergência de uma Museologia que pode ser identificada como de memórias traumáticas.

No recorte cronológico da busca para a identificação da produção do conhecimento consideraram-se investigações publicadas no campo da Museologia brasileira entre os anos de 2014 e 2020. O ano inicial é considerado um marco para o aumento de pesquisas sobre o tema da ditadura no Brasil. Isso porque, neste ano, foi divulgado o resultado do trabalho realizado pela Comissão Nacional da Verdade, que, além de reconhecer os crimes de lesa humanidade cometidos pelo Estado, sugeriu a continuação de investigações sobre o período ditatorial. Nas recomendações feitas pelos especialistas, há diversas questões relacionando o passado ditatorial e as violações aos direitos humanos no presente, além de

¹ Exemplo de referência citada nos relatórios da equipe responsável pela criação do projeto museológico de criação Memorial da Resistência (2006), por ocasião da mudança de gestão do equipamento museal. O projeto anterior era administrado pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo, denominado de Memorial da Liberdade, criado em 2002.

recomendações específicas voltadas para a preservação da memória. Quanto ao ano de 2020, trata-se do ano anterior ao início da coleta de dados.

Desde o processo de redemocratização nos anos de 1980 há registros de reivindicações de movimentos sociais, algumas tornadas mais tarde de comunicação museológica dessa memória traumática. Observa-se que essas reivindicações e as experiências de administração das memórias da ditadura têm potencial para impactar de modo significativo o pensamento da Museologia brasileira. Por isso, este trabalho tem a expectativa de colaborar para consolidar essa agenda temática, no campo do pensamento museal no Brasil. A Museologia brasileira pode ampliar sua contribuição nas análises críticas sobre esses usos do passado ditatorial.

Motivação da pesquisa na Museologia: justificativa

Se pudesse descrever com uma analogia minha motivação em realizar esta pesquisa neste campo do conhecimento, diria tratar-se do desejo de conhecer a Museologia enquanto confluência fluvial. Permita-se imaginar que a nascente do rio aventado seja o campo interdisciplinar da memória e do patrimônio cultural, que dispõe de uma fonte de água inesgotável. E identificando a memorialização da ditadura como uma afluente desse rio, o desejo é o de desfrutar do encontro dela, com outros fluxos de água, identificando e encontrando uma potente confluência fluvial da produção de conhecimento museológico. Esse encontro de água é dinâmico e precisa necessariamente estar em movimento. O fenômeno pressupõe um encontro com alguns elementos variantes e o resultado está em fluxo constante. E essa necessidade do movimento contínuo, peculiar da Museologia, interessa e motiva a observação.

Há aqui o desejo por identificar, visibilizar e desfrutar da experiência de comunicação e reflexão poética que a Museologia permite e proporciona. Poética percebida enquanto fundamento de existência disciplinar, como defende Mário Chagas (2006), sobre pressupostos teóricos de Tomislav Sola (1989). A veia poética e crítica da Museologia pode ser uma confluência muito significativa para a defesa da Democracia e dos Direitos Humanos no Brasil, após anos de um silêncio institucionalizado sobre a ditadura.

Desde o ano de 2002, há instituições museológicas criadas especificamente para trabalhar com as memórias da ditadura no Brasil. Na última década, têm

aumentado as reivindicações públicas para a criação de novas instituições museológicas sobre esse tema. Apesar disso, há um volume ainda escasso de pesquisas produzidas no âmbito da Museologia brasileira, sobre as experiências práticas em curso há quase vinte anos, assim como sobre as reivindicações, os processos, as dinâmicas sociais e as disputas pela preservação e comunicação das memórias da ditadura enquanto objetos de pesquisa de investigadores do campo da Museologia.

As instituições criadas com funcionamento regular, ou mesmo as que estão em fase de criação/consolidação, são frutos de ações no âmbito da justiça de transição, resultado da união de vários elementos e, em muitos casos, locais mobilizados por demandas de comunidades de vítimas diretas e indiretas. Mas é preciso ressaltar que são instituições museológicas que atuam para além de uma reparação individual. Por isso, a Museologia enquanto campo do conhecimento tem muito a contribuir no processo de seleção, pesquisa e comunicação dessas memórias, essencial para a democratização e desindividualização do tema no Brasil, sobretudo se entendermos coletivamente que o tema não pertence exclusivamente às vítimas diretas da ditadura e aos perpetradores, mas a toda sociedade brasileira, do passado, do presente e do futuro. Não é produtivo que a preservação (e o debate) sobre memórias de crimes de lesa humanidade seja considerada como pertencente a uma geração, mas é preciso se entender que elas atravessam gerações em nome do bem comum; a defesa dos Direitos Humanos é algo positivo para a história (BRITO, 2019).

As práticas de musealização sobre as memórias da ditadura empreendidas no país nos revelam um destaque/valorização do sítio histórico, com práticas de musealização *in situ*, muitas vezes em lugares de memória vinculados à repressão ditatorial. Nesse sentido, o trabalho de Kátia Felipini, que coordenou o Memorial da Resistência de São Paulo (MRSP), sobre o processo de constituição da instituição, é muito importante, pois dá ênfase à Museologia como processo e às dimensões de seu trabalho de comunicação, a partir de um estudo de caso de um musealização *in situ*.

Há ainda um vasto campo a ser desbravado sobre o tema da musealização *in situ*, sua relação com a interpretação do patrimônio e o turismo cultural vinculado a memórias traumáticas. Embora incipientes, autores como Luana Melo e Silva, da Universidade Federal de Ouro Preto, que investiga sobre políticas de memória,

patrimônio cultural, turismo e experiências pós-coloniais, contribuem para o alargamento de novas pesquisas que podem desembocar em investigações sobre os Sítios de Memória e Consciência.

O aumento, apesar de tímido, das práticas de musealização da ditadura no Brasil tem convocado pesquisadores das ciências sociais e humanas a ampliarem suas investigações, que, na maioria das vezes, surgem no universo dos estudos do patrimônio cultural ou da história, para explorar esse movimento museal. Dentre as 29 recomendações feitas pela Comissão Nacional da Verdade ao Governo Federal, cabe destaque à recomendação nº 28, que sugere a criação de um “Museu da Memória”², para preservar as memórias das graves violações aos direitos humanos cometidos no Brasil durante o período ditatorial, além de recomendar a realização de tombamentos de imóveis onde ocorreram crimes de lesa humanidade e a renomeação de logradouros públicos e vias que homenageiam os ditadores.

Considerando essa recomendação da CNV, a presente dissertação justifica-se como um balanço crítico da produção acadêmica sobre o tema no campo da Museologia. Como disciplina implicada irremediavelmente nesses processos de memória da Ditadura, e à luz da extensa produção verificada nos países vizinhos, especialmente a Argentina, assim como de outras disciplinas, como a História, Arquitetura, Arqueologia e Antropologia, parece-nos legítimo e oportuno investigar a pertinência de se identificar uma museologia de memórias traumáticas no contexto brasileiro.

Antes de seguir é pertinente mencionar que, apesar da aparente liberdade democrática das investigações acadêmicas nos espaços universitários brasileiros, além do fato de a ditadura ser um tema polêmico, alguns pesquisadores relatam cerceamento à produção de conhecimento, em razão de ameaças³ que sofrem por seus interesses de trabalho.

As ameaças a pesquisadores que lidam com o tema da ditadura foi pauta em reunião do Grupo de Trabalho Memória e Verdade da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal - MPF, realizada em fevereiro de

2

Recomendações da Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_pagina_959_a_976.pdf. Acesso em: 22/08/2020.

³ Durante a pesquisa acadêmica realizada em 2013, na Universidade Federal de Pelotas, sobre os escrachos aos torturadores da ditadura, recebi uma ameaça de processo por um familiar do médico legista da ditadura que foi escrachado pelo Levante Popular da Juventude no estado do Paraná.

2021. Na ocasião, uma professora e pesquisadora, integrante do grupo, sugeriu ao MPF que criasse estratégias de proteção aos pesquisadores que investigam sobre Justiça de Transição no Brasil, devido às reiteradas ameaças e perseguições virtuais que ela e outros pesquisadores recebem. Outros relatos foram apresentados no grupo, como o do professor da Universidade Federal de Minas Gerais, Andrés Zarankin, que compartilhou sobre ameaças sofridas por uma pesquisadora de doutorado da Universidade Estadual de Campinas, após ter seu trabalho indicado ao prêmio de melhor tese pela Capes em 2020.

Lamentavelmente, multiplicam-se as ameaças virtuais a pesquisadores e gestores culturais que trabalham com o tema. A museóloga Marília Bonnas, quando coordenadora do Memorial da Resistência de São Paulo, relata⁴ ter recebido muitas ameaças virtuais no período eleitoral em que concorria à presidência da República o militar Jair Bolsonaro, negacionista da ditadura. Não raras vezes, desde o início do Governo Jair Bolsonaro (2019), páginas federais dedicadas ao tema, como o site da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, estiveram inativas, *offline*, com supressão de dados para consulta, ou mesmo alvo de ataques cibernéticos com frases ofensivas às vítimas da ditadura e a seus familiares.

Em 31 de março de 2021, as penalidades para o crime à perseguição virtual foram regulamentadas pela Lei nº 14.132. No entanto, lamentavelmente, a impunidade é regra na sociedade brasileira. Um exemplo aplicável faz referência à Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953, que define os crimes contra o Estado e a sua ordem política e social, reconhecendo que atentar contra a Constituição é crime. Apesar disso, avolumam-se casos noticiados na imprensa brasileira de ameaças ao Congresso Nacional, promovidas, inclusive, por parlamentares ligados ao ex-presidente da República, Jair Bolsonaro.

Fazer apologia à ditadura também é considerado crime; apesar disso, em maio de 2009, quando era deputado federal, Jair Bolsonaro fixou na porta de seu gabinete uma placa contendo a imagem de um cachorro com ossos na boca e a seguinte frase: “DESAPARECIDOS DO ARAGUAIA. Quem procura osso é cachorro”⁵. A referência eram as mães e os familiares das vítimas dos desaparecidos

⁴ Informação oral proferida durante o Curso “Museos para la Reconciliación”, organizado pelo Conselho Internacional de Museus em Cali, Colômbia, em outubro de 2019.

⁵ Disponível em: <https://brasilpagina1.wordpress.com/2009/06/27/jair-bolsonaro-sobre-os-mortos-do-araguaia-quem-procura-osso-e-cachorro/>. Acesso em: 12/11/2021.

políticos assassinados na região Norte do Brasil durante a ditadura. São inumeráveis os casos públicos de pedidos de volta da ditadura e os elogios a torturadores, sem nenhuma sanção a tais crimes.

Diante desse cenário de negacionismo e ameaças a pesquisadores, é importante persistir no tema aqui trazido para discussão, ressaltando o compromisso com a defesa da democracia e dos direitos humanos que a produção do conhecimento sobre o passado ditatorial pode ensejar. Podemos constatar que o tema da ditadura não ficou preso no passado, sobretudo porque as heranças da ditadura impactam o presente e têm consequências significativas para a manutenção da democracia.

Nestes termos, esta pesquisa surge da necessidade de demonstrar que há uma lacuna de reflexão produzida no âmbito de estudos museológicos no Brasil sobre os usos do passado ditatorial no presente, manifestando, ainda, interesse de que a pesquisa possa contribuir com o delineamento deste campo de reflexões, ainda em formação. Há a esperança de que possa ser recebida como uma pesquisa encorajadora para futuras ações de ensino, pesquisa e extensão, favorecendo a ampliação da contribuição da Museologia nas discussões sobre usos de passados traumáticos no presente.

Tendo percorrido meandros disciplinares no campo da História em outras passagens de formação, espera-se contribuir para visibilizar essa confluência museológica fluvial que tem sido estabelecida de modo interdisciplinar no Brasil. Desembarcando desse rio, fica uma doce esperança de que essa confluência possa ser desfrutada por mais pesquisadores interessados na nascente da memória e do patrimônio, com o olhar para esse tema que pode ser considerado amargo e traumático, mas necessário.

Procedimentos Metodológicos

O chão onde está o nosso imaginário pote de barro tem convivido com climas bastante instáveis. No Brasil, há dias em que a terra fica muito quente e outros dias, muito fria, não temos uma temperatura amena e constante. Não há estabilidade no âmbito das políticas públicas de memória e educação, então a quina onde foi depositado o pote da Museologia aqui convocada precisa ser observada.

Precisamos estar com a estrutura desse chão segura e estável para que o pote não rache com essa variação.

O problema da pesquisa é saber se a Museologia brasileira conformou corpus teórico-metodológico para tratar do trauma do passado da ditadura. Para isso, foi empreendida uma busca em cinco repositórios, com um recorte cronológico (2014-2020) e temático (memórias da ditadura) específico.

Uma vez delimitado o tema, e o recorte cronológico e temático, partiu-se para a busca dos estudos acadêmicos, que foram feitos em três etapas de consultas: a primeira de consulta à produção discente nos repositórios dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em Museologia de universidades públicas brasileiras; a segunda de consulta em anais de eventos e de revistas especializadas e da Museologia; e a terceira, em anais de eventos nacionais de áreas congêneres a Museologia e no repositório da CAPES. Cabe aqui notar que o destaque é dado à produção feita por museólogos e museólogas, na primeira e segunda etapa de busca nos repositórios selecionados, entendida nesta dissertação como prioritária, mas, jamais, exclusiva à categoria profissional de museóloga/o, inclusive porque tanto as dissertações e teses podem ter sido feitas por profissionais de outras disciplinas que se tornaram museólogos/as com a conclusão do trabalho. Mesmo os artigos em revistas e anais de eventos da Museologia podem e são feitos também por profissionais de outros campos do conhecimento. Mas, frente ao desafio de analisar a produção acadêmica no campo da Museologia, o foco primeiro não poderia ser diferente: a seleção de estudos publicados nesses repositórios mencionados na primeira e segunda etapa da busca.

Nos três momentos do levantamento, o foco esteve, em primeiro lugar, concentrado na leitura dos títulos dos trabalhos e depois na leitura dos resumos e das palavras chaves. E por considerar a importância da interdisciplinaridade nos estudos museológicos, ampliamos o levantamento para outras bases de dados, que resultaram na produção de estudos encontrados na terceira fase do levantamento. Nesta, identificamos estudos acadêmicos publicados em áreas congêneres da Museologia. Focamos na produção feita em áreas que podem apresentar contrapontos importantes para a reflexão que se espera desenvolver.

A interdisciplinaridade é própria da Museologia, tanto que, no Brasil, a Museologia integra a área de Comunicação e Informação, cujo Documento de área⁶, elaborado pela Diretoria de Avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, informa:

Esta área diz respeito a fenômenos centrais da sociedade contemporânea e tem um importante papel junto à sociedade brasileira na produção de conhecimentos e na formação acadêmica de profissionais e pesquisadores, no sentido de propiciar uma percepção mais ampla da realidade e mobilizar práticas criativas e inovadoras. [...] Nessa perspectiva, as apreciações sobre a área evidenciam a responsabilidade acadêmico-científica de seu corpo de pesquisadores e pesquisadoras no sentido de responder às novas problemáticas sociais, envolvendo de modo multi/pluri, **inter e/ou transdisciplinar, áreas correlatas que contribuam para a compreensão de fenômenos sociais contemporâneos** [grifo nosso]. (2019, p.03)

É nessa perspectiva de contribuição que a museóloga Judite Primo (1999) também destaca a importância de que, no contexto de estudos museológicos, haja discussão com profissionais de áreas afins, reutilizando as ideias das diversas áreas congêneres para avanços do pensamento museológico (PEREIRA, 2020).

Considerando estas reflexões, nesta terceira etapa da busca realizamos o levantamento da produção do conhecimento sobre as memórias da ditadura, publicadas nas áreas da Antropologia, da História e das Ciências Sociais. Optou-se por disciplinas cujas produções dialogam com a dimensão social da Museologia, áreas cujas problemáticas abordam temas que também são do interesse da Museologia. Foram selecionados três eventos consolidados nacionalmente, com alcance significativo de pesquisadores de distintas gerações e regiões, além de, muito importante, serem eventos cuja memória está preservada em anais. Cabe menção a que há outras áreas congêneres à Museologia, como a Educação, entre muitas outras, mas, dado o limite do tempo desta produção dissertativa, ressaltamos o limite do alcance operacional da pesquisa. As produções da Educação, da Psicologia, da Ciência da Informação, da Arquivologia, da Arqueologia são áreas muito pertinentes de serem contempladas, em outras pesquisas, com o mesmo tema, ao que fortemente se encoraja outros pesquisadores interessados no tema.

Mas retomando, a pesquisa foi feita em cinco repositórios, a saber: dissertações e teses de programas de pós-graduação em Museologia, anais de

⁶ Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Diretoria de Avaliação. **Documento de Área 31: Comunicação e Informação**. Coordenador da Área: Edson Fernando D'Almonte. Coordenador Adjunto de Programas Acadêmicos: Fabio Assis Pinho. Coordenador Adjunto de Programas Profissionais: Jonathas Luiz Carvalho Silva. Brasília, 2019.

eventos da Museologia, revistas acadêmicas de Museologia, anais de eventos de áreas congêneres da Museologia, e Repositório da CAPES. Como resultado final das buscas foram identificados 23 trabalhos acadêmicos, entre ensaios, artigos, dissertações, teses e relatos de experiências, que serão referenciados ao longo dessa dissertação, a partir de agora, como “estudos”.

Uma vez segura do recorte e do resultado encontrado, iniciou-se a leitura e análise do objeto da dissertação, o conjunto documental de 23 estudos. Considerando que a Museologia é uma disciplina que ganha novos contornos recentes no Brasil, a dissertação, de certo modo, faz ponderações sobre a consolidação do campo museológico brasileiro, ao analisar estudos que se dedicaram ao tema das memórias traumáticas da ditadura.

Partindo do entendimento de Elias Garcia (2006), pode-se dizer que esta dissertação é uma pesquisa bibliográfica, na medida em que se utiliza de análise de uma produção selecionada para, a partir dessa produção, sugerir uma hipótese, construir algo novo, tal seja a Museologia de memórias traumáticas. Definido este entendimento a partir desta compreensão de pesquisa bibliográfica proposta por Garcia, argumenta-se que a análise empreendida, nos estudos selecionados, possui diálogos com um cunho metateórico. Com inspiração nas observações teórico metodológicas propostas por Ana Leshchenko (2017), entende-se que, na medida em que essa dissertação tenta compreender o discurso museológico nacional, na produção acadêmica, realiza uma operação metateórica.

Uma das tarefas mais difíceis do trabalho foi estabelecer os critérios que embasariam a análise do objeto, os 23 estudos. Não serão aqui registrados os caminhos e descaminhos da operação, mas importa sinalizar ao leitor que a perspectiva adotada é fruto de uma construção inicial à qual foi sendo readequada com contribuições da banca de qualificação e com a própria experiência de coleta dos dados. Menciona-se essa informação, para que outros estudantes saibam que, muitas vezes, em que pese a importância do planejamento, dos manuais de metodologia científica e modelos prontos de técnicas de análise de dados, em algumas situações, é a partir da leitura e do estudo do conjunto documental em questão que os critérios se estabeleceram, ou seja, o próprio exame das fontes diretamente, demanda os marcos regulatórios de análise. Desse modo, os critérios concebidos previamente, aliados à convocação do enfrentamento com o objeto resultaram nas definições que serão apresentadas a seguir.

Outro desafio foi tentar equilibrar uma análise com certa homogeneidade entre estudos como um relato de experiência e uma tese de doutorado, ou mesmo entre um artigo acadêmico e uma dissertação de mestrado. Para isso, foi preciso cautela e tempo. O aporte para esse equilíbrio foi realizar uma análise por termos norteadores e uma breve análise de ordem linguística dos estudos, quanto à repetição das palavras mais usadas nos títulos, resumos e palavras-chave dos estudos. Nesta breve análise linguística não se preocupou com a forma e estrutura dos textos, mas o conteúdo por repetição entre o que chamamos de bloco de estudos: dissertações, artigos de revistas acadêmicas da Museologia, artigos de anais de eventos das áreas congêneres da Museologia, e estudos do repositório da CAPES. É interessante registrar como as nuvens de palavras, construídas no software Nvivo, trouxeram em destaque conjunto de palavras que deram conta de demonstrar quais temas a narrativa geral de cada bloco de estudos colocava mais ênfase.

Na análise com termos norteadores, destaca-se que, entre os termos buscouse nos trabalhos “fato museal” e se deparou com maior destaque para a referência à cadeia operatória da Museologia. Na busca dos termos museu e musealização, percebeu-se que, quando eram encontrados, os termos não possuíam destaques nas narrativas e abordagens dos estudos. E pensando na especificidade do tema em questão, as memórias traumáticas da ditadura, também se buscou pela ideia de: memória salvadora (para o nunca mais) e memória como reparação social. Para esses dois últimos, que, diferentemente dos termos supracitados, são conceitos ainda pouco consolidados na literatura da museologia brasileira, a busca foi mais ampla, não limitada ao termo, mas a ideia referenciada em cada termo “salvadora” e “reparadora”. Essa ampliação foi para vislumbrar os discursos, para além das narrativas estabelecidas.

Outro ponto caro na análise do objeto desta dissertação foi o referencial teórico identificado nos estudos. Essa análise foi feita individualmente, a partir da recorrência de autores vinculados ao campo da memória e do patrimônio, da teoria museológica e da Justiça de transição. Foram agrupadas e tabuladas, no programa Excel, as referências nacionais e internacionais de cada categoria que subsidiaram breves análises sobre recorrências e usos, por parte dos autores dos estudos. Nessa tabulação e observação, foi possível identificar a abordagem teórica de cada estudo, de modo que, no exercício de análise, se buscou identificar quais vertentes da

Museologia comprometida com a democracia/inclusão/controvérsias/direitos humanos, que vêm marcando o pensamento nesse campo de discussão, são evocadas, tendo sido identificadas recorrências à Nova Museologia e Museologia Crítica.

Foi a partir destes critérios listados anteriormente que se observaram convergências e divergências nos estudos, buscando balizar uma análise dos desdobramentos da sugerida Museologia das memórias traumáticas, ponderando sobre em que medida ela rende contribuições à Museologia. Resulta fundamental sinalizar que esta pesquisa possui muitas limitações, algumas que se deram pela limitação temporal própria de um trabalho de mestrado, cuja duração máxima, incluindo o tempo dedicado às disciplinas, é de dois anos. Outras limitações são vinculadas à necessidade de estabelecer critérios objetivos, para o mapeamento dos estudos analisados, como o recorte temporal. Por isso, destaca-se a ciência da possibilidade de existir outros estudos não contemplados nos levantamentos feitos neste trabalho. Não se reconhece essa limitação como uma fragilidade, antes como um caminho, indicativo e convocatório, para que outras pesquisadoras e pesquisadores possam ampliar esta discussão que apenas se inicia, sobre a Museologia de Memórias traumáticas.

Em que pese metodologicamente se destacar que o objeto de estudo da dissertação é o conjunto de estudos encontrados, é preciso registrar, poeticamente, que o conjunto de estudos analisados é operacionalizado como uma sustentação física para abrigar e dar vida ao coração do trabalho. O problema da dissertação é, a partir da compreensão de se a Museologia brasileira formou corpus teórico sobre as memórias da ditadura, abordar a emergência de falarmos de uma Museologia de memórias traumáticas. Caminhemos, pois, poeticamente, por uma breve descrição dos membros desse corpo que sugerimos e convocamos:

O primeiro capítulo vem como uma estrutura óssea deste ser. Apresenta um breve estado da arte de trabalhos pioneiros e de maior destaque em muitas áreas do conhecimento, sobre as memórias da ditadura no Brasil, no contexto da determinação da CNV sobre a importância de o país continuar investigando sobre o tema e criar um museu de memória da ditadura.

O segundo capítulo coloca massa nesse esqueleto, apresentando o cenário acadêmico da Museologia no Brasil, para então dispor dos primeiros órgãos desse corpo: os dados do objeto de estudos. Constituindo-se no capítulo mais extenso do

trabalho, apresenta a busca e os primeiros resultados da análise dos dados sob perspectivas quantitativas, para avanços em dados qualitativos.

No terceiro capítulo tem-se a consolidação da função dos órgãos vitais desse corpo construído, a partir do compartilhamento de diálogos com normativas e corpus teórico da Museologia de memórias traumáticas em elaboração no Brasil. O texto traz ponderações sobre dimensões teóricas da Museologia encontrada nos estudos, discussão de conceitos institucionais – a partir das referências localizadas nos estudos – e especificidades da musealização de memórias traumáticas no Brasil, que poderíamos propor ser já o desenvolvimento dos membros desse corpo hipoteticamente ilustrado.

Nas últimas linhas da dissertação, que se optou por não nomear de considerações “finais”, convida-se os leitores para uma ciranda de partilhas sobre questões concluídas e outras que ficaram abertas. Esta dissertação começa e se finda com um convite, o de que esta produção seja um gatilho para que muitos outros corpos de pesquisa possam ser produzidos, para que mais pesquisadores tenham sede de beber água no pote da Museologia, especialmente, e com maior ênfase, na Museologia de memórias traumáticas.

CAPÍTULO 2 – A construção do saber acadêmico sobre as memórias traumáticas da ditadura no Brasil e a Comissão Nacional da Verdade

“Você é parente de alguma vítima da ditadura”? – Lembro de que essa era uma pergunta muito recorrente nos primeiros anos das pesquisas acadêmicas que realizei sobre a ditadura e que envolviam história oral e/ou consulta a arquivos históricos. Em eventos acadêmicos, nas conversas com outros pesquisadores jovens, fui descobrindo que essa era uma questão bastante comum ouvida por outros investigadores em início de carreira. Alguns conselhos de que era melhor não mexer com esse tema também apareciam com certa regularidade. A década desses relatos de pares acadêmicos era 2010, cerca de 25 anos de afastamento temporal do fim da ditadura, mas a dúvida, o medo, o silêncio ainda eram sentidos, como um perfume que fica na memória, mesmo quando não está mais no ar.

Há uma ligação estreita entre memória e olfato, que tem estimulado muitos estudos nas áreas da gastronomia, da vinicultura, da antropologia e do patrimônio cultural imaterial. A relação entre os saberes olfativos e outros saberes tem rendido investigações de pesquisadores da memória social, como o antropólogo francês Joel Candau (2000). De acordo com o especialista em memória e experiências olfativas, o cheiro ativa toda uma região do cérebro, que é o sistema límbico, o córtex frontal, do hipotálamo, sobretudo o sistema límbico que é a região que gera as emoções, a região que controla as emoções. Essa associação muito forte que põe em prática a lembrança olfativa, entre o odor e a emoção, faz com que se considerem os odores sociotransmissores potenciais⁷. Ele vincula todo um conjunto de informações de maneira muito eficaz.

A perícia olfativa, no caso aludido no parágrafo acima, está na base imagética. Estamos sugerindo a ideia de um perfume ruim, um cheiro desagradável, também conhecido como “fedor”. Esse mau cheiro é o da dor causada pela censura, pelas perseguições, mortes e pelos desaparecimentos durante a ditadura.

Em 2010, o Brasil não vivia mais em tempos de transição política. O sistema democrático já estava estabelecido, com segurança jurídica e política quanto à sua

⁷ Para saber mais sobre a pesquisa de Candau (2000) sobre memória olfativa e outras abordagens do antropológico, recomenda-se: Joël Candau. O MUSEU DAS COISAS BANAS ENTREVISTA O ANTROPÓLOGO JÖEL CANDAU. EXPRESSA EXTENSÃO, 2015, pp.13- 16. halshs-01736681.

manutenção, mas a memória desse cheiro ruim ativa uma emoção de silêncio que foi julgado necessário, para muitos dos que viveram os chamados “anos de chumbo” no Brasil. Aqui há de se notar um grande esforço, sobretudo de determinados grupos sociais, para que o medo não fosse um odor sócio transmissor.

A dificuldade em alcançar essa memória olfativa e imagética tem sido a realidade de muitos investigadores acadêmicos que se dedicam às memórias traumáticas da ditadura. Movidos por curiosidade, dever de memória/justiça, incentivos de professores/tutores, bolsas de estudos, entre outros, têm sido crescentes as publicações sobre o tema no Brasil, sobretudo após o estabelecimento da Comissão Nacional da Verdade, que, no processo de sua criação e funcionamento, abriu caminho para a instalação de comissões da verdade em estados da federação e de mais de uma dezena de comissões da verdade em universidades públicas.

No auge do trabalho em desenvolvimento da CNV foram veiculadas notícias sobre a criação de uma Rede Nacional de Comissões da Verdade Universitárias, que chegou a colaborar com as investigações da CNV, assim como com sugestões para as recomendações do relatório final. Apesar disso, pouco se sabe hoje sobre esse trabalho articulado entre as universidades. Não há sequer uma página virtual apresentando e reunindo essas informações.

As pesquisadoras Homma e Marinho (2021) compilaram um total de 19 comissões da verdade estabelecidas em universidades. Segundo as autoras, “Geograficamente, as Comissões Universitárias se estabeleceram por todo país, registrando-se pelo menos uma delas em cada macrorregião” (HOMMA; MARINHO, 2021, p.14). As autoras reuniram o nome das comissões, seus estados, o âmbito de atuação e a portaria/resolução que estabeleceu sua criação. Desse total, é possível encontrar no site do Arquivo Nacional, em seu núcleo “Memórias Reveladas”, apenas os relatórios finais do trabalho de apenas oito comissões da verdade universitárias.

No volume II, texto 6, do Relatório Final da CNV, há um espaço dedicado exclusivamente a “Violações de direitos humanos na universidade”. No preâmbulo do texto, é surpreendente o número baixo de respondentes, evidenciando um apagamento de informações sensíveis.

A CNV estima que entre 1964 a 1985 o Brasil teve entre 800 e 1.000 pesquisadores perseguidos. Em 2 de outubro de 2012, a CNV enviou ofício aos reitores de universidades públicas solicitando os seguintes dados: lista com nomes

completos de todos os professores, servidores e funcionários cassados, aposentados compulsoriamente, mortos ou desaparecidos por motivação política referente ao período de 1964 a 1985. Das cinquenta respostas apenas oito instituições apresentaram dados, a saber: UFSM, dois funcionários e dois professores; UFPA, quatro professores; Unicamp, dez professores; UFSC, dois professores; UFRGS, 31 professores; UNESP, 23 professores; UFRRJ, três professores e três funcionários; e UFMA, um professor. As demais universidades responderam que não tinham acervo/dados sobre o assunto. (Relatório CNV, V.II, Texto 6, 2014, p. 266). Os dados oficiais de quantas comissões universitárias tivemos na nossa história recente: incompleto. Os dados sobre a perseguição infringida a profissionais e estudantes de espaços universitários durante a ditadura: incompleto. Os dados sobre a quantidade de mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura: 434.

Para a Comissão Nacional da Verdade, o rol de vítimas aqui exposto não é definitivo. As investigações sobre as graves violações de direitos humanos ocorridas no período focado pela Comissão – de 1946 a 1988 – devem ter continuidade e, notadamente no que se refere à repressão contra camponeses e indígenas, a produção de um quadro mais consolidado de informações acarretará na identificação de número maior de mortos e desaparecidos. (Relatório CNV, V.III, 2014, p. 25).

Aqui é preciso ser categórico: o trabalho feito pela CNV e pelas comissões da verdade estabelecidas em diversas instituições públicas e privadas foi fundamental para a história nacional, mas há muito ainda o que se apurar e compreender. Ao analisar em detalhes o relatório da CNV, especialmente sobre o número de vítimas registradas, a historiadora Caroline Bauer (2017, p. 182) afirma que “não foram consideradas categorias que nunca foram priorizadas pelas iniciativas governamentais de elaboração de políticas públicas para o passado recente brasileiro”. E o trabalho da historiadora Jennifer Gallagner nos provoca a questionar quem são os “sujeitos dos direitos humanos” no Brasil.

São muitas as lacunas. No relatório entregue à sociedade brasileira, está incompleto o número de vítimas diretas da ditadura. No Arquivo Nacional, parece estar ainda incompleta a compilação de informações sobre o resultado do trabalho das comissões da verdade estabelecidas nas universidades. E no meio dessa lista de inconclusões em escala nacional, é importante ressaltar que, em muitas instituições universitárias que tiveram Comissões da Verdade, os comissionados e

pesquisadores enfrentaram muitas dificuldades institucionais, como ausência de apoio das reitorias, entre outros problemas, para realização dos trabalhos investigativos.

Assumimos também que esta pesquisa de mestrado, cujo resultado é aqui compartilhado, também está incompleta. Sobretudo por estabelecer um recorte cronológico, limitando, assim, o alcance da produção acadêmica brasileira produzida no campo da museologia. Dois anos de pesquisa, em meio a uma pandemia mundial, demandaram um recorte enxuto. Mas é sempre útil mencionar que as investigações acadêmicas sempre resultam em mais dados e informações do que o produto final apresentado pelo pesquisador. Foi assim nesta pesquisa e certamente também o foi com os trabalhos de investigação feitos nas comissões da verdade das universidades, em sindicatos, empresas e pela própria CNV.

Afirmando que ainda há muito a ser descoberto, investigado, analisado, e entendendo que estamos diante de uma pendência histórica, que não está vinculada apenas ao passado, mas que é afetada e afeta diretamente o presente, reconhecemos a urgência de a Museologia, enquanto disciplina, assumir maior espaço na discussão sobre a preservação dessas memórias traumáticas no território brasileiro. Isso para que as ferramentas da Museologia possam ser cada vez mais usadas para discussões e práticas transformadoras, produzindo saberes de maneira menos colonizadora, de modo que, além de serem preservadas, as memórias traumáticas da ditadura no Brasil possam ganhar ressonância e ser ressignificadas pelas atuais e novas gerações.

No campo do patrimônio cultural brasileiro há uma máxima repetida sobretudo nas ações formativas de educação patrimonial: “Só se preserva aquilo que se ama, só se ama aquilo que se conhece”. A frase é do designer gráfico e gestor cultural Aloísio Magalhães, intelectual que teve uma grande importância no alargamento do conceito de patrimônio cultural no Brasil, sobretudo quando de sua atuação no Centro Nacional de Referência Cultural na década de 70. Ao citar a obra de José Mindlin (1983), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN reconhece que Aloísio Magalhães “[...] inseriu no âmbito das políticas públicas de cultura o reconhecimento dos bens culturais não mais por valores estéticos ou com características ‘eruditas’, mas pelo valor que a sociedade atribuía aos mesmos”. (IPHAN, 2015).

A comunidade é a maior guardiã de seu patrimônio, essa é a síntese das discussões provocadas pelas ideias de Magalhães e de outros intelectuais, notadamente Mário de Andrade e suas propostas nos primórdios do IPHAN. Ao analisar sobre a história dos órgãos de preservação patrimonial no Brasil e como o conceito de patrimônio foi sendo alterado e alargado, deparamo-nos com ideias e ações transformadoras no âmbito da discussão e prática preservacionista. Hoje, sobretudo ao falarmos de patrimônio imaterial, as normas e discussões produzidas no Brasil são inspirações no cenário mundial. E a lógica inicial, o ponto de partida das discussões foi a necessidade de conhecer, conhecer para preservar. No caso do patrimônio evocado nesta dissertação – as memórias traumáticas da ditadura –, sua preservação ressignifica essas memórias para que se possa valorizar a Democracia e os Direitos Humanos. E, apesar das incompletudes do processo, já há muito caminho andado.

Neste capítulo pretendemos analisar o que tem sido produzido, sobretudo no âmbito acadêmico, sobre o passado traumático da ditadura Militar. Antes de abordarmos o campo da Museologia – objeto da pesquisa dessa dissertação –, apresentamos uma análise do estado da arte, na qual, em lugar de dados quantitativos, são destacadas as contribuições de maior relevo no campo das ciências sociais e humanas, cujas contribuições têm concorrido para as reflexões acerca do processo social de visitar o passado e o uso das memórias da ditadura. Ainda que não tenha sido elaborado no âmbito acadêmico, é feita também uma análise do Relatório da Comissão Nacional da Verdade, documento que referencia demais produções e iniciativas de memorialização, caras ao campo da Museologia.

2.1 As memórias da ditadura nas investigações acadêmicas brasileiras

É importante destacar que, no âmbito das reivindicações pelo fim da ditadura no Brasil, foi aprovada em 1979 a Lei de Anistia, que concedeu “perdão” a todos os crimes políticos cometidos durante o período ditatorial. Nesse contexto de transição política, registra-se uma manipulação da memória em prol de uma suposta reconciliação nacional. Por isso, diferente de outras experiências internacionais, seja no continente latino-americano, que também enfrentou ditaduras militares, ou mesmo no continente Europeu, que trabalhou com a musealização do pós-guerra, o

Brasil tardou significativamente a promover o enfrentamento ao seu passado ditatorial.

A história dos obstáculos enfrentados pela justiça de transição no Brasil explica o atraso, em relação aos demais países vizinhos, para enfrentar o tema na esfera pública. Foram executadas, por décadas, tentativas de apagamentos de elementos do passado ditatorial, destacando-se um trabalho de construir uma narrativa memorial que privilegiasse o esquecimento tácito em nome da construção democrática.

A memória deveria ser singular em nome do avanço da nação e esse foi o tom dado à escrita da história sobre o período, então chamado de “regime militar”, do livro didático aos livros biográficos. Foi necessária uma articulação de diversos atores sociais, com protagonismo de algumas organizações da sociedade civil, notadamente associações de vítimas e familiares de mortos e desaparecidos políticos, para que, a partir do fim da década de 1990, o tema passasse a ocupar a esfera pública. Essa ocupação precisa ser entendida a partir de vários elementos sociais e políticos, sobretudo deste último.

Por isso, este levantamento inicia-se com as publicações produzidas fora do âmbito acadêmico, que nem por isso presidiram de pesquisas importantes, sendo muitas destas referências de leitura obrigatória para quem investiga o tema. É o caso da publicação *Brasil Nunca Mais (BNM)*⁸. Publicado em 1985, o livro é resultado de um trabalho investigativo realizado durante a ditadura, junto aos arquivos dos processos judiciais das Auditorias Militares, que buscava dar ares de legalidade aos julgamentos de civis, feitos por um tribunal de exceção. Desenvolvida a partir de fontes primárias, a coleta dos documentos e organização da obra foi coordenada por Dom Paulo Evaristo Arns e pelo Reverendo Jaime Wright. Lançado no período da transição política, o livro continua sendo a primeira grande referência bibliográfica para entender a ditadura no Brasil, fruto do trabalho investigativo de movimentos sociais, com apoio de líderes religiosos.

O jornalismo tem sido historicamente um grande aliado para esse rompimento do silêncio institucionalizado sobre a ditadura no espaço público. A divulgação dos trabalhos investigativos feitos sobre a Vala Clandestina de Perus, em São Paulo, lançou o alerta nacional sobre a importância de visitarmos esse passado, a partir da

⁸ Brasil: nunca mais. Arquidiocese de São Paulo. Editora Vozes, Petrópolis, 1985.

identificação de seus efeitos no presente. Publicações, como a do jornalista Caco Barcelos – *Rota 66: a história da polícia que mata*, 1992⁹ –, demonstravam essa conexão entre o passado repressivo da ditadura, os desaparecimentos de civis e as sequelas no presente, com a violência da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Práticas de torturas do passado ditatorial seguem sendo executadas pelas polícias brasileiras, de modo que podemos facilmente identificar muitas das metodologias de repressão descritas na obra *Brasil Nunca Mais*, de 1985, se compararmos com os relatos de vítimas sobre abuso do poder policial no presente.

Outro jornalista que contribuiu com obras que aqueceram o debate no espaço público e marcou sua época foi o ítalo-brasileiro Elio Gaspari¹⁰, com a série de livros publicados durante a década de 2000 e que buscavam contar a história da ditadura a partir de documentos da gestão dos ditadores Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva, preservados pelo secretário de ambos, Heitor Ferreira. Nas publicações, o jornalista apresenta outras fontes documentais, como entrevistas feitas para a pesquisa que resultaram na publicação de quatro volumes. Poderíamos sugerir tratar-se de uma história narrativa, que alcançou grande destaque nacional e despertou o debate público sobre a ditadura, mas a obra também acumulou críticas de intelectuais e políticos, sobretudo por relativizar o caráter autoritário do governo Geisel.

Outro livro polêmico e importante, lançado na primeira década dos anos 2000, foi a obra do militar Carlos Alberto Brilhante Ustra, *A verdade sufocada*¹¹, publicada em 2006. Trata-se de um livro biográfico que, ao falar sobre o combate à luta armada da esquerda no Brasil, revela as experiências de Ustra como chefe do centro clandestino de detenção, tortura e assassinato: o Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna - DOI-Codi. A obra ganha importância histórica ainda maior após 2012, quando o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) manteve a decisão de reconhecer oficialmente Ustra como torturador da ditadura, na primeira responsabilização judicial da história brasileira. A ação foi movida pela família Teles, que tem uma atuação significativa tanto em investigações no âmbito das organizações de vítimas como no âmbito acadêmico.

⁹ BARCELO, Caco. *Rota 66: a história da polícia que mata*. Editora Record, São Paulo, 1992.

¹⁰ Coleção de livros, entre os quais se destaca: *A ditadura envergonhada*; *A ditadura escancarada*; *A ditadura derrotada*; *A ditadura encurralada*. As publicações foram editadas pela Editora Companhia das Letras.

¹¹ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada*. São Paulo: Ed. Brilhante Ustra, 2006.

Podemos também analisar a produção no âmbito acadêmico realizada por personagens que vivenciaram o tempo histórico, ao qual se referem nas obras, como participantes diretos dos combates. É o caso da emblemática obra *Combate nas Trevas - A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*¹², escrito pelo historiador, militante comunista e ex-presos político Jacob Gorender (1987). O livro é considerado, pelo sociólogo Marcelo Ridenti, como “indicação obrigatória” para os leitores que desejam conhecer a história da esquerda brasileira nos anos 60 e 70, particularmente da esquerda armada.

Outro historiador que atuou na resistência à ditadura e que possui muitas publicações sobre o período é Daniel Aarão Reis. O autor publicou diversas obras sobre o socialismo e a história da esquerda no Brasil. Pode-se sugerir que a história social e a história econômica foram as primeiras grandes áreas em que a história da ditadura foi observada e escrita.

Outra janela de observação da produção sobre o tema da ditadura são as obras produzidas pelas vítimas diretas da repressão do estado ditatorial. O fato de ter vivido em carne própria a experiência da ditadura, mobilizou muitas vítimas a escreverem sobre o tema. É o caso do frade dominicano Carlos Alberto Libânio Christo, conhecido como Frei Betto. Em 1982, o frade publicou o livro *Batismo de sangue – guerrilha e morte de Carlos Marighella*¹³, no qual compartilha memórias pessoais enquanto religioso perseguido pela ditadura e suas descobertas sobre o assassinato do militante Carlos Marighella, líder da Ação Libertadora Nacional - ALN. O livro conta com dezenas de edições e foi base para um filme com o mesmo nome.

É interessante destacar que as obras de maior destaque sobre o período ditatorial, publicadas entre o fim da década de 1980 e a década de 1990, foram produzidas por pessoas afetadas diretamente pela violência do Estado. Nesse sentido, é fundamental pontuarmos a importância do trabalho empreendido por grupos de ex-presos políticos e, sobretudo, familiares de vítimas de mortos e desaparecidos políticos. Esses atores sociais foram e continuam sendo muito importantes para a história da preservação das memórias da ditadura no Brasil.

¹² GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*, 2. ed., São Paulo, Ática, 1987.

¹³ BETTO, Frei. *Batismo de sangue. Guerrilha e morte de Carlos Marighella*. São Paulo, Editora Rocco, 2006.

Há também o segmento de livros de pesquisadores universitários, muitos deles fruto de teses e dissertações de mestrado. Entre a grande diversidade, cabe destaque obras que possuem viés político, político-cultural e estudos comparados, entre outros¹⁴.

Sem perder de vista alguns exemplos das obras, nestes segmentos apontados, cabe registrar que, considerando um levantamento das obras publicadas com alcance nacional no âmbito da historiografia da ditadura brasileira, sobretudo entre a década de 1990 e primeira metade da década de 2000, destacam-se análises publicadas por homens. Destarte, registra-se o espaço limitado no mercado editorial à publicação sobre a história da ditadura feita por mulheres. É válido, ainda, mencionar que o tema, hoje, não ocupa lugar de destaque no mercado editorial nacional. A matéria publicada em 27/03/2019 pelo jornal Estado de São Paulo, e republicada pelo Arquivo Nacional, no programa Memórias Reveladas, vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, em resposta à ordem do presidente Jair Bolsonaro, em 2019, de comemorar a data de 31 de março, divulgou uma lista com 36 livros sobre o golpe de 1964 e a ditadura brasileira. Dos 40 autores e/ou organizadores, apenas nove são mulheres, contra 31 homens que assinam obras de ficção e não-ficção sobre a ditadura com destaque no mercado editorial nacional.

Ainda sobre a invisibilidade das produções intelectuais das mulheres no Brasil, especificamente sobre publicações no tema da ditadura, outro exemplo é a tese de doutorado em Ciências Sociais da ex-presa política Rosalina Santa Cruz, intitulada “Imprensa Alternativa pós luta armada: os jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres”, defendida em 2004. Somente em 2013, a pesquisadora conseguiu publicar a obra como livro, juntamente com Amelinha Teles¹⁵, outra ex-presa política e grande expoente nacional sobre feminismo e ditadura.

Foi somente a partir dos anos 2000 que se notabilizou um aumento exponencial de livros, artigos e revistas dedicadas à discussão sobre as memórias da ditadura. Inclui-se, além de publicações feitas por mulheres, um alargamento do olhar sobre o passado, a partir de fontes documentais diversas, que foram paulatinamente sendo acessadas. Isso porque, nessa década, a Comissão da

¹⁴ Entre eles: BRITO, Ana Paula. Escracho aos torturadores da ditadura. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2014.

¹⁵ TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. Da Guerrilha à imprensa feminista: a construção de um feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980). São Paulo: Intermeios, 2013.

Anistia, a partir do projeto Marcas da Memória, protagonizou a implantação de políticas públicas de memória preocupadas com pesquisa e comunicação dessas memórias.

Um dos fomentos e contribuição à produção e circulação do conhecimento sobre o tema foram as publicações da “Revista da Anistia”, do Ministério da Justiça. A coletânea da revista, com artigos acadêmicos, possui inúmeros artigos que analisam as conjunturas e nos ajudam a entender como a justiça de transição se deu no Brasil. Justiça de Transição é um conceito que desponta do direito internacional, também na década de 1990, e que assume a necessidade de refletir criticamente sobre fenômenos traumáticos e as continuidades das sociedades quanto às ações em busca de verdade, memória, reparação, justiça e reformas das instituições.

Pensando sobre a produção de conhecimento acadêmico sobre o período ditatorial, há que se registrar o protagonismo das pesquisas realizadas na área da História. Mas paulatinamente tem se notabilizado a importância do alargamento do olhar para esse passado, a partir das práticas investigativas de outras áreas do conhecimento, como as ciências sociais, o direito, a psicologia, a antropologia, a Museologia, entre outros.

Ao longo dos anos, outras janelas dessa grande casa chamada “memórias da ditadura” foram abertas em abordagens como a do historiador Marcos Napolitano, que analisou o período ditatorial a partir da música, mais especificamente a música popular brasileira - MPB. A relação entre a cultura e a política é também investigada pelo historiador Marcelo Ridenti, na obra *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*, publicada no ano 2000.¹⁶

Aos poucos, a história cultural foi ocupando seu espaço na análise sobre o passado ditatorial brasileiro, considerando a importância dos estudos culturais nas investigações históricas. As contribuições não apenas consideram outras fontes documentais, como filmes, músicas, entre outros, para entender o passado, mas elementos da representação da cultura, como estratégias de abordagem para análise da história política. Nesse sentido, trabalhos como o da historiadora Angela de Castro Gomes, “História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas

¹⁶ NAPOLITANO, Marcos. História & música – história cultural da música popular. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. e; RIDENTE, Marcelo. Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV. São Paulo, Editora Record, 2000.

reflexões”¹⁷, ajudaram no arcabouço teórico e historiográfico de novas abordagens da cultura política. Da mesma forma, tem-se a obra de Rodrigo Patto Sá Motta, que, desde o fim da década de 1990, em diálogo com as ciências sociais, busca discutir o conceito de cultura política com um tom inspirador para pesquisas na área de história¹⁸. As interconexões estimuladas em torno do conceito têm rendido frutos que, resguardadas as devidas proporções, contribuem em pesquisas como a que está sendo construída e aqui apresentada.

Um parêntese interessante a ser pontuado é que muitas das obras de historiadores publicadas sobre a ditadura no Brasil foram resultado de pesquisas acadêmicas, como a tese de doutorado de Carlos Fico “Reinventando o otimismo”, publicada em 1997¹⁹. Na obra, Fico pontua uma série de aspectos históricos sobre o tema no Brasil, destacando que a memória e o imaginário social, elaborados publicamente a partir da propaganda, compuseram um quadro que não poderia ser ignorado nos estudos sobre o período ditatorial. As “batalhas das imagens” é também o tema de Maria Helena Rolim Capelato²⁰, que tem importantes análises sobre o papel das artes visuais como armas de lutas políticas na ditadura brasileira.

Esses pontos de observação, deveras importantes, mas que não estão no universo do objeto de pesquisa, são postos apenas para sinalizar a potência investigativa do campo, indicando a existência de disputas e conexões intrigantes de serem analisadas no âmbito dos usos do passado e da produção de conhecimento sobre o tema da preservação das memórias sobre a ditadura no Brasil. Por isso, não é demais ressaltar que, para produzir uma investigação sobre a memorialização, patrimonialização ou musealização sobre a ditadura no Brasil, a investigação sempre utilizará marcos interpretativos e critérios do presente. Assim, pontuar os desafios e o percurso do que já foi produzido nos ajuda a entender como este tema ganhou outras possibilidades de olhares investigativos, recortes e pesquisadores.

¹⁷ GOMES, Ângela de Castro. História, Historiografia e Cultura Política no Brasil: Algumas Reflexões. In: Culturas Políticas: Ensaio de História Cultural, História Política e Ensino de História. (Orgs.) SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Rio de Janeiro: MAUAD, 2005.

¹⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O conceito de cultura política. In: Encontro Regional da ANPUHMG, X, 1996, Mariana. LPH: Revista de História. Ouro Preto, v. 6, p. 83-91; e, _____. Culturas Políticas na História: Novos Estudos. 1. ed. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009.

¹⁹ FICO, Carlos. Um tribunal de exceção na ditadura: as investigações do sistema CGI e o combate à corrupção. 2019. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo. 1996.

²⁰ CAPELATO, M. H. R.; MORETIN, E. V. (Org.); NAPOLITANO, M. (Org.); SALIBA, Elias Thomé (Org.) . História e Cinema. A Dimensão Histórica do Audiovisual. São Paulo: Alameda, 2007.

Um dos olhares que foi ampliado nos estudos sobre a história da ditadura foi a visibilização dos chamados lugares de memória (NORA, 1993), a partir das investigações sobre o aparato repressivo da ditadura. O trabalho investigativo do jornalista Marcelo Godoy “A Casa da Vovó: Uma biografia do DOI-Codi (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar”²¹, publicado em 2014, é um trabalho de referência para entender detalhes do sistema repressivo da ditadura no Brasil, mas também é referência para quem estuda hoje o processo de tombamento do antigo DOI-Codi e deseja entender sobre as reivindicações sociais para transformação do espaço em um centro de memória.

Outro exemplo é o trabalho de Carla Reis Longhi (2005)²², sobre a documentação produzida pela comunicação entre o Serviço Nacional de Informação e os agentes infiltrados do DEOPS/SP (1964-1985). Ao analisar as características do autoritarismo e o sistema de organização da repressão ditatorial, Longhi nos apresenta detalhes sobre um dos cárceres oficiais da ditadura em São Paulo, também patrimonializado e, posteriormente, musealizado. A autora ainda alerta sobre a importância da preservação dos documentos do período militar para entender o passado e exercer a cidadania no presente. E aqui cabe o registro de que o Arquivo Público do Estado de São Paulo foi o primeiro arquivo brasileiro a abrir para consulta pública os documentos do período ditatorial em 1994, o chamado Dossiê DEOPS.

Pesquisas produzidas por autoras, como Maria Aparecida Aquino, Lúcia de Fátima Guerra, Heloísa Cruz e Jeanne Marie Gagnebin, abordam a importância da preservação dos documentos da ditadura e o direito à memória no Brasil.²³ Muitas pesquisas foram publicadas em revistas e livros produzidos pelo Arquivo Público do

²¹ GODOY, Marcelo. A casa da vovó: uma Biografia do DOI-Codi (1969-1991), o Centro de Sequestro, Tortura e Morte da Ditadura Militar. São Paulo: Editora Alameda, 2014.

²²

LONGHI, C. R.; AQUINO, M. A. (Org.) ; MATOS, M. A. V. L. (Org.) ; SWENSON JUNIOR, (Org.) . Dossiês DEOPS/SP: Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro - vol. 4 - O DEOPS/SP em usca do crime político. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

²³ AQUINO, M. A.. DEOPS/SP: visita ao centro da mentalidade autoritária. In: AQUINO, Maria Aparecida de. (Org.). Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro. 1ªed. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003, v. 3 e 4, p. 17-43.; BRITO, A. P. F. ; FERREIRA, L. F. G. ; BARBUTO, M. V. ; MEDEIROS, S. R. S. D. . Função Social dos Arquivos do Memorial da Democracia da Paraíba. PESQUISA BRASILEIRA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA , v. 15, p. 180-191, 2020.; CRUZ, H. de F. Direito à memória e patrimônio documental. Revista História & Perspectivas, [S. I.], v. 29, n. 54, 2016.; Gagnebin, J. M. O preço de uma reconciliação extorquida. In: O que resta da ditadura. São Paulo: Boitempo, 2010.

Estado de São Paulo, pelo Arquivo Público Mineiro, pelo Arquivo Nacional, pelo Programa Memórias Reveladas, entre outros.

Não se tem a pretensão aqui de apresentar um estado da arte sobre as publicações e pesquisas feitas sobre a ditadura no Brasil, mas demonstrar, a partir de alguns exemplos, em um breve levantamento, que o campo foi inaugurado ainda na década de 1990, por memorialistas, jornalistas e historiadores. Porém, esse campo tem sido cada vez mais reinterpretado e alargado, a partir de outras disciplinas e pelas novas gerações de intelectuais brasileiros.

No sentido da interdisciplinaridade cabível ao tema, cabe destacar o resultado do seminário acadêmico realizado em 2008 pela Universidade de São Paulo, que resultou na publicação do livro *O que resta da ditadura*, organizado por Edson Telles e Vladimir Safatle²⁴. A obra foi publicada em 2010, ano em que a Ordem dos Advogados do Brasil perdeu a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF-153), que pedia ao Superior Tribunal de Justiça a reinterpretação da Lei de Anistia.

Na coletânea de artigos, é possível encontrar discussões sobre os impasses e as disputas sobre a escrita desse passado, desvelando a permanência de hábitos e práticas autoritárias, institucionalizadas no presente democrático. O livro é uma grande contribuição para revelar a potência da interdisciplinaridade da análise desse passado socialmente traumático, contando com artigos de historiadores, cientistas sociais, psicanalistas, juristas, entre outros.

Considerando as conotações dessa interdisciplinaridade que foi sendo construída no olhar de outras disciplinas sobre o passado ditatorial brasileiro, há que se destacar a contribuição de pesquisadores como Pedro Paulo Funari, historiador e arqueólogo, que teve grande responsabilidade na construção da chamada “arqueologia da repressão e da resistência” no Brasil. Tal área tem recebido forte influência de antropólogos e arqueólogos forenses argentinos, dentre os quais se destaca a produção de André Zarankin, que, para além de suas próprias pesquisas e consultorias, fomenta o tema nos discentes, orientando trabalhos como o de Denise Costa, quem, tendo como estudo de caso o estudo arqueológico do antigo DOPS de Minas Gerais, apresentou uma discussão acerca das estratégias de repressão e tortura materializadas no prédio, a partir dos princípios teóricos da

²⁴ TELES, Edson. SAFLATE, Vladimir Safatle (Orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

arqueologia da repressão e da resistência. A atuação de grupos de pesquisa, como “Arqueologia da Repressão e da Resistência” (CNPq/IFCH/UNICAMP), coordenados por Inês Virgínia Soares e Rita Juliana Poloni, tem realizado uma série de eventos e publicações que estimulam a curiosidade de estudantes a saber mais e colaborar com a consolidação deste campo, contribuindo com o surgimento de outros trabalhos acadêmicos.²⁵

O compartilhamento de peculiaridades do acionamento repressivo das ditaduras do Cone Sul, como a prática de sequestros e desaparecimentos forçados, foi se constituindo em elo que fortaleceu a necessidade de realizar estudos comparados da ditadura brasileira com seus vizinhos, sobretudo Argentina, Chile e Uruguai.

Caroline Bauer, historiadora, desenvolveu sua tese de doutorado sobre os desaparecimentos durante a ditadura na Argentina e no Brasil, sendo premiada em ambos os países. Suas investigações sobre a história recente tocam em análises feitas a partir de diversas fontes documentais para discutir como o tema dos desaparecimentos da ditadura foi enfrentado por regimes democráticos. A obra nos ajuda a pensar também nos desaparecidos do presente, vítimas da perpetuação das práticas repressivas da ditadura, como o emblemático caso brasileiro “Amarildo” ou mesmo o caso argentino “Julio Lopez”, ambos desaparecidos em períodos de democracia.²⁶

Ainda nas análises comparativas, cabe destaque aos trabalhos das historiadoras Mariana Joffily, “A repressão em carne e osso. Formação, treinamento e trajetória profissional de agentes repressivos da ditadura militar brasileira (1961-1988)”,²⁷ publicado em 2008, e Samantha Quadrat, “A repressão sem fronteiras: perseguição política e colaboração entre as ditaduras do Cone Sul”. A trajetória de investigação de Quadrat também desembocou nos estudos dos lugares de memória, em que se ressalta o projeto de pesquisa “O ensino de temas sensíveis e lugares de

²⁵ SOARES, I. V. P. Novas perspectivas para a arqueologia da repressão e da resistência no Brasil depois da Comissão Nacional da Verdade. *Revista Arqueologia Pública*, Campinas, SP, v. 8, n. 2[10], p. 177–194, 2015.

²⁶ BAUER, Caroline. Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países. (Tese de doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2011.

²⁷ JOFFILY, Mariana. No centro da engrenagem: os interrogatórios da Operação Bandeirante e do DOI de São Paulo (1969-1975). (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo. 2008.; QUADRAT, Samantha. A repressão sem fronteiras: perseguição política e colaboração entre as ditaduras do Cone Sul. (Tese de doutorado). Universidade Federal Fluminense, 2005.

consciência nas Américas”, dedicado à análise da contribuição de museus e espaços de memória no ensino de temas sensíveis na Argentina, no Brasil, no Chile, nos Estados Unidos e no México.

No trabalho feito por Renan Quinalha, advogado e cientista social, publicado em 2013, intitulado “Justiça de transição: contornos do conceito”, o autor delimita o campo teórico do conceito de justiça de transição, a partir de uma revisão teórica e análise crítica dos eixos consagrados: verdade, memória, reparação, justiça e reformas das instituições. Para Quinalha (2013), o uso do termo justiça de transição carrega uma ideia de justiça excepcional e precária, cabível o uso em contexto de situações adversas, “apenas em situações de extremo conflito ou forte instabilidade política”. Por isso, o autor questiona o uso do termo em países que dispõem de democracias relativamente bem consolidadas, como é o caso do Brasil.

É interessante observar a trajetória investigativa de Quinalha, pois, a partir de uma abordagem político-jurídica contemporânea, sobre a justiça de transição, o autor percorre um caminho de reflexão a partir de uma conexão entre as violações aos direitos do passado e do presente. Isso fica ainda mais claro na sua mais recente obra *Contra a moral e os bons costumes: A ditadura e a repressão à comunidade LGBT*, publicada em 2021²⁸. Esse caminho investigativo nos comunica como o tema é atual e interdisciplinar e o quanto ainda temos a percorrer para conhecer e ressignificar esse passado ditatorial, entendendo sua importância no presente.

O que se apreende desse breve levantamento da produção do conhecimento sobre a ditadura no Brasil, sobretudo a partir da História, é que os lugares de memória foram paulatinamente ganhando o interesse de quem lidava com os vestígios materiais do acionar repressivo nos lugares da repressão. O que as sociedades vizinhas faziam com esses vestígios também passou a ser pauta da produção de conhecimento dos intelectuais brasileiros, notadamente influenciados pela criação dos Sítios de Memória e Consciência argentinos e chilenos.

As disputas de memória em torno dos processos de patrimonialização são evidenciadas em muitos trabalhos da historiadora Deborah Neves²⁹, que apresenta análises enquanto pesquisadora, mas também enquanto técnica da Unidade de

²⁸ QUINALHA, Renan. *Contra a moral e os bons costumes: A ditadura e a repressão à comunidade LGBT*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

²⁹ NEVES, Deborah. O símbolo de uma história escolhida: o patrimônio cultural e a difícil tarefa de construir a memória da ditadura *Revista Memória Em Rede*, 2011.

Preservação do Patrimônio de São Paulo, aliando reflexões teóricas com a experiência prática com instrumentos de patrimonialização. Neves foi uma das primeiras autoras que evidenciou os conflitos em torno da patrimonialização do prédio do antigo DOPS/SP, em seu estudo comparativo com a patrimonialização do prédio da Escola Superior de Mecânica da Armada - ESMA, da Argentina. A partir de diversas fontes documentais, Neves revela o pioneirismo brasileiro quanto ao uso do tombamento, enquanto instrumento de preservação do patrimônio, para preservar memórias traumáticas, como foram as da ditadura.

À luz de cruzamentos de reflexões de autoras latino-americanas, como Elizabeth Jelin (2002), Ludmila Catela (2014), Isabel Piper (2011), Victoria Langland (2003), Loreto Lopes (2013), Luciana Messina (2010), entre outras, sobre direito à memória, memorialização e patrimonialização de passados traumáticos, temos que as disputas não são fragilidades desses processos, pelo contrário, são um dos elementos de potência para a ressignificação geracional dessas memórias evocadas.

Na arquitetura, o destaque para o tema das memórias da ditadura parece ser evocado a partir de análises comparativas também com foco nos lugares de memória da ditadura. Um exemplo é o trabalho da arquiteta Rebeca Lopes Cabral, “Memórias de dor em Buenos Aires: de ex-centros clandestinos a lugares de memória e consciência”³⁰, defendido em 2019, no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Seu orientador, o arquiteto Renato Cymbalista, possui investigações sobre territórios e memórias sensíveis, sobretudo a partir da óptica de cidades e outros urbanismos. Cymbalista tem organizado publicações como “Guia dos Lugares Difíceis de São Paulo” (2019), além de estimular ações de pesquisa e extensão junto aos SMC da ditadura em São Paulo.

Na mesma sintonia de interesse de pesquisa, de urbanismo, patrimônio cultural e direitos humanos, destaca-se o trabalho de Jenniffer Cuty, que coordena o projeto de pesquisa “S.M.S - Sítios de Memória do Sofrimento: valoração do patrimônio sob a perspectiva dos Direitos Humanos”³¹, da Universidade Federal do

³⁰ CABRAL, Rebeca Lopes. Memórias de dor em Buenos Aires: de ex-centros clandestinos a lugares de memória e consciência. (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo, 2019.

³¹CUTY, Jeniffer. Mensagem Premente: SMS - Sítios de Memória do Sofrimento em tempos de Necropolítica. In: Francisca Ferreira Michelin e Desirée Salasar Nobre. (Org.). Acessibilidade

Rio Grande do Sul. À luz de autores clássicos como Paul Ricoeur (2007, p. 423), consagrado entre outros motivos por colocar em pé de igualdade a memória, a história e o esquecimento, Cuty faz uma análise vinculando o dever de memória com o patrimônio cultural e as memórias do sofrimento. O imperativo categórico sinalizado pela autora tem assento vinculado a questões éticas, entrelaçando a memória e o patrimônio, aos direitos humanos enquanto direito fundamental. Nessa tessitura, o crítico literário Márcio Seligmann-Silva³² tem contribuído com reflexões sobre os testemunhos da ditadura no Brasil. Para o autor, cabe, antes de mais nada, o estabelecimento de um dever de memória e um dever de justiça.

Seligman-Silva constrói suas argumentações sobre dever de memória e justiça, muito atravessado por reflexões feitas a partir de seus estudos sobre a obra e trajetória de Walter Benjamin (1892-1940). Questões sobre barbárie, memória ética e testemunho são pontos estruturantes, a partir dos quais Seligman Silva estrutura suas análises sobre os testemunhos da ditadura no Brasil e a potência das escritas de violência e de passados traumáticos. Com este breve levantamento, demonstra-se a diversidade de abordagens e campos do conhecimento possíveis para discutir o tema das memórias da ditadura, assumido por disciplinas como história, arqueologia, arquitetura, literatura, entre outros. Essas pesquisas têm contribuído com a consolidação e relevância social do tema, favorecendo o entendimento compartilhado de que as disputas pelas narrativas em torno de um passado traumático é um campo fértil e interdisciplinar.

2.2 O relatório da CNV e suas recomendações de continuidade investigativa sobre o período ditatorial brasileiro

A Comissão Nacional da Verdade atuou com investigações sobre o período de 1946 a 1985, durante dois anos e sete meses, em busca de esclarecimentos oficiais sobre um passado que foi silenciado e manipulado por muitos anos. Dos livros didáticos aos comunicados oficiais dos Governos, falava-se no Brasil de um

Cultural: atravessando fronteiras. 1ed. Pelotas: Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPEL, 2020, v. 1, p. 164-181.

³² SELIGMANN-SILVA, MARCIO. O local do testemunho?, In: Tempo e Argumento. Revista do Programa de Pós-graduação em História, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 3 ? 20, jan. / jun. 2010. TEMPO E ARGUMENTO, v. 2, p. 3-20, 2010.

Regime Militar, ocultando toda violência e censura e os crimes que foram cometidos pelo Estado em nome de uma suposta “Segurança Nacional”.

Cabia à comissão investigar o não dito, o silenciado, o que foi determinado esquecer em nome da reconciliação nacional durante a transição para o regime democrático. Há que se marcar que muitas expectativas foram geradas em vários setores da sociedade, como organizações de vítimas e entidades de direitos humanos, instituições culturais e de ensino, entre outros, além de preocupação com as possíveis revelações de atos de repressão e violência por parte dos setores mais conservadores da sociedade, sobretudo das Forças Armadas.

A Comissão designada pela Presidência da República foi composta por sete integrantes, majoritariamente de homens e juristas. Dos seis juristas, cinco eram homens e uma mulher, sendo completada por uma psicanalista. Entre maio de 2012 e dezembro de 2014, esses profissionais assumiram o desafio de fazer uma investigação histórica de um amplo recorte temporal sobre memórias que estavam sendo disputadas no espaço público. Mesmo contando com diversos pesquisadores e consultores em diferentes áreas, parcerias com arquivos e com 28 outras comissões da verdade estabelecidas em municípios, estados e setoriais instaladas em todo território nacional, a composição disciplinar jurídica dos comissionados deu o tom da abordagem e o caminho que seria percorrido no olhar para o passado.

A lei que cria a CNV, Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, estabelece no seu primeiro artigo a função da comissão de “examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional”. O relatório entregue no dia dos direitos humanos, no ano de 2014, demonstra que a comissão se ocupou mais em estabelecer narrativa descritiva dos fatos, em atendimento à efetivação da verdade histórica, e menos com a análise crítica do passado e com a perspectiva do direito à memória.

Na obra *Como será o passado?*, Caroline Bauer³³, historiadora especialista no tema e consultora da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (2011-2013), afirma que, no Relatório da CNV, “explicita-se o caráter jurídico positivista da narrativa, que se aproxima de uma concepção historicista da

³³ BAUER, Carolina. *Como será o Passado? História, Historiadores e a Comissão Nacional da Verdade*. Jundiaí: Paco editorial, 2017.

história” (2017, p. 179). A historiadora nos apresenta elementos que demonstram como o relatório foi pouco analítico e como a escrita sobre o passado ditatorial, no relatório, se ateve à explicitação dos fatos relacionados aos crimes da ditadura. Ao apontar esse predomínio de uma abordagem investigativa jurídica dos crimes do Estado ditatorial, Bauer nos provoca a pensar sobre “quais significados os membros da comissão atribuíam à história como possibilidade compreensiva e interpretativa do passado neste privilégio da ‘realidade fatídica’” (2017, p. 179).

Essa provocação nos fez pensar na história das políticas de preservação do patrimônio brasileiro, em especial no instrumento jurídico do tombamento do patrimônio material. Por muitas décadas, convencionou-se acreditar que, ao tombado determinado edifício histórico, atribuir oficialmente um “selo” de importância para a história seria suficiente para preservar o bem e para que as diversas comunidades conhecessem e reconhecessem sua história, seus valores e significados. Hoje vemos que não é assim, que, na verdade, o tombamento, apesar de seu grande valor para a preservação do patrimônio cultural brasileiro, garante pouca coisa sozinho. É apenas um dos muitos instrumentos e ferramentas para a efetivação da preservação do patrimônio brasileiro.

O tombamento, sozinho, não garante o direito à memória. Um relatório, com a descrição dos crimes cometidos pelo Estado ditatorial brasileiro, também não garante a efetivação do direito à memória. Em que pese sua importância vital para a história da democracia brasileira, o relatório da CNV causou muita insatisfação de inúmeros grupos sociais. Da ala dos militares, a insatisfação veio em razão do registro de nomes de seus agentes como perpetradores de crimes de lesa humanidade. Ainda que limitado, podemos ver nesta ação da CNV uma responsabilização moral pelos crimes investigados. Para muitas vítimas diretas da ditadura, acessar esse passado publicamente reativou gatilhos de sequelas das torturas físicas e psicológicas sofridas. E após reviver esses traumas de modo público durante dois anos e setes meses de atuação da Comissão, ler no relatório que “não foi possível desvendar a maior parte dos casos de mortes e desaparecimento ocorridos durante os anos de 1964 a 1988” causou grande descontentamento, sobretudo porque a maior parte desses casos são de “sujeitos de direitos humanos” histórica e continuamente violados, os camponeses e indígenas. No compilado de informações reunidas em mais de três mil páginas,

camponeses e indígenas tiveram pouco espaço, sendo relegados para a continuidade de outras comissões, que não existiram.

Aqui peço licença para fazer um parêntese e estimular outras provocações no âmbito da produção acadêmica, em relação ao termo sujeito, apresentado pelas pesquisadoras já citadas anteriormente. A mestra Makota Kidoiale, do Quilombo Manzo Ngunzo Kaiango, refletindo sobre a dificuldade na leitura de produções acadêmicas sobre saberes produzidos nos territórios de populações negras, povos tradicionais e povos originários, compartilhou a seguinte reflexão sobre o termo “sujeito” usado em textos elaborados por acadêmicos, sobre práticas do território de saberes populares:

Não consigo me reconhecer, sequer, nas passagens que indicam mais diretamente falar sobre mim. Parece que estou em outra fase do meu eu. (...) “Sujeito”. Estão falando de mim? Sou eu? Sou eu não! Sujeito ou sujeitos, são pessoas que perderam a própria identidade. Tipo: toma jeito, sujeito (KAIANGO, 2022).

Camponeses e povos originários seguem sendo continuamente diminuídos quanto à amplitude e diversidade de suas histórias no âmbito da história pública oficial. Na problematização sugerida neste parêntese, quanto à referência da Academia a camponeses e povos originários como “sujeitos”, o intuito foi provocar uma reflexão de como, na escrita, podemos afastar determinado público, diminuindo o alcance da nossa produção intelectual e do nosso diálogo enquanto sociedade. Nesse bojo de discussão, cabe perguntar: a quem se destinou o relatório da CNV, com sua abordagem, narrativa e linguagem? Com quem efetivamente suas páginas dialogam?

Outra questão deveras significativa para nossa análise é quanto às recomendações, cuja demanda foi prevista na lei de criação da CNV. Apresentadas após as conclusões do relatório, foram sugeridas 29 ações diante do conteúdo investigado. Para o conteúdo analisado nesta dissertação, interessa-nos sobretudo sublinhar as duas últimas recomendações, que dizem respeito à preservação da memória e à continuidade das investigações sobre esse passado traumático: Recomendação nº 28 - Preservação da memória das graves violações de direitos humanos; e Recomendação nº 29 - Prosseguimento e fortalecimento da política de localização e abertura dos arquivos da ditadura militar. Cada uma das recomendações foi apresentada com breves sugestões de medidas, algumas mais

subjetivas e outras mais concretas e diretas. Vejamos, a seguir, algumas das medidas dessas recomendações.

2.2.1 Recomendação nº 29, medida nº 53 – estímulo à pesquisa

Devem-se estimular e apoiar, nas universidades, nos arquivos e nos museus, o estabelecimento de linhas de pesquisa, a produção de conteúdo, a tomada de depoimentos, o registro de informações e o recolhimento e tratamento técnico de acervos sobre fatos ainda não conhecidos ou esclarecidos sobre o período da ditadura militar.

Na última recomendação, a Comissão volta ao início do Relatório, destacando que o resultado de sua missão está incompleto, por isso, é necessário continuar investigando. Essa não é uma peculiaridade da comissão da verdade brasileira. Muitas outras comissões da verdade, não apenas de países latino-americanos, mas de todo o mundo, precisaram de várias comissões da verdade e longos anos de investigações e discussões públicas para entender o passado de violações de lesa-humanidade e como, enquanto sociedade, poderiam atuar para uma reconciliação nacional e para evitar novos crimes de tal tipologia.

Na recomendação nº 29, a CNV não se limita a sugerir outras comissões públicas da verdade, mas que os diversos territórios educativos e culturais atuem para a efetivação do direito à memória. E essa sugestão pode nos conduzir a uma breve reflexão sobre dever e direito à memória.

Nas reivindicações nacionais e internacionais pela preservação das memórias de passados traumáticos, o termo dever de memória é sempre evocado. A ênfase tem assento em sua dimensão ética e moral, vinculado ao compromisso de lembrar do padecimento das vítimas que lutaram pela democracia. O tema do dever de memória tem sido muito estudado por intelectuais de todo o mundo, sobretudo após o Holocausto e a obrigação de lembrar e celebrar os judeus mortos. Sobre isso, é interessante o entendimento de Heymann (2006, p.7) que nos ressoa como alerta, quando afirma que: “Nesse sentido, defender o dever de memória é afirmar a obrigação que tem um país de reconhecer o sofrimento vivido por certas categorias da população, sobretudo na medida em que o Estado tem responsabilidade nesse sofrimento”. Pensando, sobretudo, nos limites desse dever, cabe ressaltar a atribuição do Estado à essa responsabilidade, e, para a sociedade em geral, a perspectiva de direito de acesso a essa memória.

Nesse entendimento de dever e direito de memória, acompanhamos a perspectiva da “justa memória” proposta por Ricoeur (2007), que demarca a importância do equilíbrio entre a memória e o esquecimento, que, para nós, relacionamos aqui como dever e direito à memória. Para Ricoeur, a ideia de dever de memória se relaciona à justiça, numa perspectiva ética, quanto ao uso de determinado passado.

Responsabilidade e dívida ética poderiam ser percebidos como alguns desses elementos do conceito de dever de memória apresentado pelo filósofo francês. Essa responsabilidade com a memória nos leva ao compromisso com a justiça no âmbito da alteridade, sobretudo considerando o direito das vítimas de passados traumáticos. A questão da justiça, no caso brasileiro, a discussão sobre o passado ditatorial é muito delicada, porque a Lei de Anistia impossibilitou a responsabilização pelos crimes de lesa humanidade praticados pelo Estado. O que se viu, em certa medida, foi uma responsabilização moral, empreendida pela CNV ao registrar, no relatório, uma lista com nomes de militares que cometeram crimes em nome da “segurança nacional”. Analisando o trabalho com as memórias do passado ditatorial e o dever de memória, por dispor de uma questão ética vinculada à justiça, pressupõe um caráter imperativo.

O dever de memória não se limita a guardar o rastro material, escrito ou outro, dos fatos acabados, mas entretém o sentimento de dever a outros, dos quais diremos mais adiante que não são mais, mas já foram. Pagar a dívida, diremos, mas também submeter a herança a inventário (RICOEUR, 2007, p.101).

O autor ressalta a alteridade em seu conceito, focado no elemento da justiça, destacando uma aplicação objetiva desse trabalho de memória. Importa atenção ao aspecto imperativo do conceito, mas, sobretudo, à dimensão prática do mesmo, vinculado ao processo de inventariar esse passado.

Nesse contexto de discussão, o entendimento de Ricard Vinyes (2011; 2009) de direito à memória tem assento importante nas análises dos trabalhos que serão feitas. Para o autor catalão, o direito à memória é entendido como um direito civil e não um imperativo moral, uma obrigação imposta às novas gerações.

A preocupação de Vinyes, aqui compartilhada, se manifesta no cuidado para que as políticas públicas de memória, sobretudo as administrações públicas, não encarem o tema sob uma perspectiva de que deva existir uma memória para ser imposta de geração em geração, de modo intransitivo, repetitivo, sem novas

ressignificações do presente. Nesse contexto, a crítica à perspectiva do dever é assumida, sobretudo por alguns grupos de vítimas da ditadura, como algo coercitivo às novas gerações, repetida sem discussões, que é diferente da perspectiva trazida por Ricoeur sobre o dever de memória.

Quando Vinyes discute política pública de memória, afirma que ela deve garantir e proteger um direito, e estimular um exercício, garantindo, ainda, o acesso da cidadania à confecção da memória pública (2011). Para o autor, importa que cada indivíduo que se relacione com esse patrimônio tenha a garantia de poder interpretá-lo a partir de sua perspectiva individual, não de modo coercitivo, recebendo uma memória imposta, mas sendo o único responsável pela preservação dessas memórias e dos valores que carrega, pois esse é um dever que pertence ao Estado.

Para que não se confunda: o dever de memória aqui reputado diz respeito ao impositivo às novas gerações, não o dever de memória do Estado, sobretudo quanto a sua vinculação com a justiça, como argumenta Ricoeur. Assim, a última recomendação da CNV assume o dever de memória do Estado, de continuar com investigações sobre o passado ditatorial, e o direito à memória de que os diversos territórios educativos, culturais e de memórias possam contribuir para que esta seja uma pauta socialmente conhecida, preservada e cujos valores do respeito aos direitos humanos sejam defendidos pelos diversos grupos da sociedade brasileira.

Ao contemplar uma diversidade de territórios de saberes e memórias, como escolas, universidades, arquivos e museus, podemos identificar uma expectativa da CNV, de não apenas ser estimulada a produção de novas pesquisas, com registros de novas memórias, com fomento à elaboração de outras análises a partir da transmissão das memórias das lutas pela democracia, mas o anseio pela formação de uma cultura histórica voltada para princípios democráticos e de valorização da dignidade da pessoa humana. Trata-se de uma perspectiva social que ressignifique o passado cotidianamente, que contemple memórias plurais e conflitivas, que não oculte as disputas no espaço público sobre a legitimidade de suas versões, pelo contrário, que nos diversos territórios de saberes e memórias se perceba como essa disputa pode fortalecer a preservação dessas memórias.

Como vimos no início do capítulo, há muitas pesquisas produzidas sobre a ditadura no Brasil, sobretudo no âmbito da História. Mas se compartilha da recomendação nº 29 da CNV de que o estabelecimento das comissões da verdade nas universidades tenha contribuído com o fortalecimento deste tema, nas linhas de

pesquisa dos cursos de formação de diversas áreas do conhecimento, não apenas no universo das ciências sociais e humanas; que as agências públicas de fomento à pesquisa possam apoiar novas investigações que conectem o passado ditatorial com o presente; que outros territórios de saberes possam discutir o tema; e, sobretudo, que a Museologia, enquanto campo do conhecimento disciplinar, possa ter um papel de maior protagonismo nos processos e nas ações práticas de comunicar e ressignificar as memórias do passado traumático da ditadura no Brasil.

2.2.2 As recomendações da CNV sobre patrimônio cultural, museus e as memórias da ditadura

Muitos países vizinhos, como Argentina, Chile, Paraguai, Colômbia, entre outros, possuem museus dedicados exclusivamente à memória nacional dos períodos ditatoriais e suas consequências para a nação. Criar uma instituição museológica dedicada exclusivamente ao tema também foi uma preocupação e recomendação sugerida pela CNV no Brasil, sobretudo na recomendação nº 28, medida nº 48, que versa sobre instituir e instalar, em Brasília, um Museu da Memória.

Até a conclusão desta dissertação, em dezembro de 2022, não foi estabelecida nenhuma instituição museológica de caráter nacional cujo tema se dedique exclusivamente ao passado ditatorial brasileiro. Aqui vale destacar que todas as instituições de memória podem e devem ser de direitos humanos. Não é papel exclusivo dos chamados “Sítios de Memória e Consciência” trabalhar com as memórias traumáticas de violências coletivas, como é o caso de ditaduras. De acordo com Marília Bonas (2019), “Todos museus são museus de direitos humanos, pois são repositórios da humanidade”. E nesse sentido, todo museu pode abordar o tema das violências e da importância da valorização dos direitos humanos, sem necessariamente ter em seu conceito gerador o tema da ditadura.

Apesar disso, reconhece-se como de fundamental importância que o Brasil disponha de uma instituição museológica dedicada exclusivamente ao tema, considerando, sobretudo, as décadas de silêncio institucionalizado que a sociedade enfrentou após a redemocratização. Reitera a pertinência de uma instituição nesses moldes a continuidade de crimes, como desaparecimentos forçados por parte do Estado (como o caso Amarildo), a crescente taxa de impunidade de crimes políticos (como

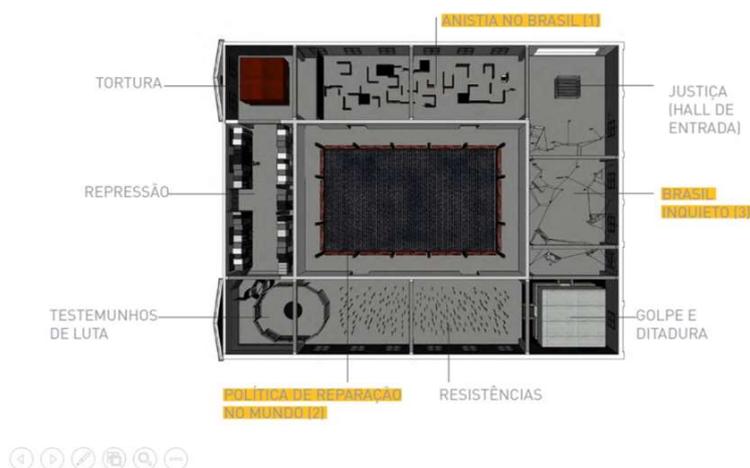
o caso do assassinato da Deputada Marielle), entre tantas outras heranças da ditadura que ainda estão presentes e que comprometem o fortalecimento da Democracia e o respeito aos direitos humanos no Brasil.

Atualmente, em todo território nacional, há apenas três instituições museológicas dedicadas ao tema da ditadura e com funcionamento regular de atendimento público. Outros projetos em diversos estados ou estão em andamento ou não foram bem-sucedidos na sua execução completa. E o que tivemos mais próximo de uma instituição nacional dedicada ao tema, que poderia contribuir com o cumprimento da recomendação da CNV, seria a criação do Memorial da Anistia, previsto para ser instalado no antigo Colégio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte. As obras para a criação deste memorial foram iniciadas em 2009 e a discussão do projeto reuniu especialistas nacionais e internacionais, sobretudo vinculados à Coalizão Internacional de Sítios de Consciência, para criar um espaço dedicado à documentação preservada pela Comissão da Anistia, do Governo Federal.

O projeto museográfico foi idealizado pelo Comitê Curador composto por ex-presos políticos, como Alípio Freire (*in memoriam*) e Valter Pomar. A então coordenadora do projeto, Amarilis Tavares, afirmou que o documento conceitual foi aprovado pela Comissão de Anistia e que há um plano museográfico que foi elaborado por Daniela Thomas.

Imagem 01: Slide de apresentação do projeto do Memorial da Anistia, disponibilizado por Amarilis Tavares, então coordenadora do projeto pelo Ministério da Justiça.

O PERCURSO MUSEOGRÁFICO



Fonte: Amarilis Tavares.

Imagens 02 e 03: Imagens do projeto museográfico elaborado por Daniela Thomas e Felipe Tassara (Empresa T&T), apresentado em slide de apresentação do projeto do Memorial da Anistia, disponibilizado por Amarilis Tavares, então coordenadora do projeto pelo Ministério da Justiça.



Fonte: Amarilis Tavares.

De acordo com documento de apresentação pública elaborado pela então coordenadora do projeto, Amarilis Tavares, a estrutura do Memorial da Anistia seria composta por: Edifício administrativo – onde se localizarão o Centro de

Documentação e Pesquisa e as exposições temporárias; Prédio de Exposição – Coleginho – prédio histórico em que se localizará a exposição permanente; Praça pública da Memória e Consciência; Edifício de Acolhimento; e o Bosque da recordação para homenagear os mortos e desaparecidos políticos.

O projeto era administrado por duas comissões – Comissão de Implantação no âmbito da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, Comissão de Implantação do Memorial no âmbito da UFMG –, um Comitê Curador, um Comitê de Acompanhamento da Sociedade Civil e uma Associação de Amigos do Memorial. Pouco se sabe sobre a metodologia de trabalho executada, mas essa estrutura chama atenção quanto à perspectiva de diálogos horizontais em relação à elaboração deste que teria sido o primeiro equipamento museológico federal dedicado ao tema da ditadura no Brasil. Apesar de sua importância e do avançado desenvolvimento dos projetos, as obras de instalação do memorial foram encerradas em 2019, pela então ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damarens Alves. Uma polêmica foi instaurada em torno de possíveis desvios de recursos para a construção do Memorial durante os anos de planejamento museológico.

Para esta dissertação, foi solicitado o acesso aos documentos oficiais do projeto do Memorial da Anistia para a Comissão de Anistia (Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos). A resposta foi que “Após busca em nosso acervo de dados, não foram localizados os documentos solicitados.” A falta de acesso ao documento público é evidência do retrocesso nacional em matéria de acesso à informação e direito à memória estabelecido desde a deposição da presidenta Dilma Rousseff e acentuada durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022).

A legislação vigente que regulamenta o acesso à informação, Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, importante dispositivo para o trabalho da CNV, foi publicada no mesmo dia em que foi criada a norma que regulamentou a criação da comissão. Mas, apesar de estar regulamentada em lei nacional, avolumam-se os exemplos de casos de descumprimento, inclusive pela própria administração pública, como no exemplo citado.

As notícias e denúncias sobre o suposto crime de irregularidades na construção do Memorial da Anistia ocorreram no ano de 2016, mesmo ano em que a então Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, foi deposta de seu cargo por um impeachment que a julgou culpada de crime de responsabilidade. Anos depois,

vários tribunais, a exemplo do Tribunal de Contas da União, Tribunal Regional Federal da 2ª Região, entre outros, inocentaram a ex-presidenta das acusações. Dilma é uma vítima da ditadura, foi presa, torturada e cumpriu sentença após julgamento pelos militares durante a ditadura. Na sessão de julgamento do processo de impeachment na Câmara dos Deputados Federais, o então deputado Jair Bolsonaro presidente da República entre 2019 e 2022 fez menção direta a esse passado de Dilma, ao votar favorável à cassação do mandato, da então presidenta. Bolsonaro dedicou seu voto ao único militar brasileiro reconhecido como torturador da ditadura: “Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim”. A declaração causou grande revolta e manifestações de repúdio por grupos de direitos humanos do país e do mundo.

Com o impeachment, assumiu interinamente o cargo de presidente da República Brasileira Michel Temer, em 31 de agosto de 2016. Neste ano, as obras de construção do Memorial da Anistia foram suspensas por recomendação da Controladoria-Geral da União, que questionou ausência de informações sobre o plano de trabalho feito pelo órgão governamental responsável pela execução do projeto, a Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG.

Após a paralisação da obra, em março de 2017, foi divulgado pelos meios de comunicação a denúncia de desvio de recursos públicos na construção do Memorial. O reitor, a vice-reitora, o presidente da Fundação de Desenvolvimento e Pesquisa e professores da UFMG vinculados ao projeto foram conduzidos coercitivamente pela Polícia Federal - PF, para prestar esclarecimentos sobre o caso. De acordo com o jornal O Globo³⁴, a operação da PF contou com “84 policiais federais e 15 auditores da Controladoria-Geral da União”, chamada de “Esperança Equilibrista”. Era uma referência direta a famosa canção de Aldir Blanc Mendes e João Bosco De Freitas Mucci, imortalizada pela interpretação da cantora Elis Regina em 1979. A música tem inúmeras referências à resistência e à repressão da ditadura no Brasil e é uma das canções mais emblemáticas no imaginário nacional na resistência aos crimes ditatoriais.

³⁴<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/operacao-da-pf-apura-suspeita-de-desvio-de-recursos-na-construcao-do-memorial-da-anistia-em-belo-horizonte.ghtml>. Acesso em 09/01/2023.

Somente em 2020, o Ministério Público Federal de Minas Gerais arquivou os inquéritos policial e civil público, por ausência de provas sobre o suposto crime, não encontrando indícios de improbidade administrativa. Após a decisão, o Ministério Público pediu ao Governo Federal a retomada da obra. Apesar disso, a então responsável pela pasta, a Ministra Damares Alves, afirmou que "Não vai ser um Memorial da Anistia. Podemos encontrar outro destino para este prédio".

Sem dúvida, a polêmica do cancelamento da instalação do Memorial da Anistia, por parte do Governo Federal, constituiu um dos casos mais emblemáticos quanto aos retrocessos no âmbito da preservação da memória e da musealização sobre a ditadura no Brasil. Nesse cenário, a ideia de construir um "Museu da Memória" destinado a trabalhar com a narrativa registrada pela CNV parece ainda mais difícil.

Na recomendação nº 28 da CNV, medida nº48, a Comissão foi bastante explícita ao sinalizar a importância de preservar, restaurar e promover o tombamento ou a criação de marcas de memória em imóveis urbanos ou rurais onde ocorreram graves violações de direitos humanos. Essa recomendação registra, em documento oficial da nação, diversas iniciativas da sociedade civil de pedidos de tombamento de imóveis usados pela ditadura para repressão em vários estados do país. O tombamento mais emblemático nesta matéria, quanto ao conteúdo do processo, aos argumentos históricos para justificativa da preservação patrimonial, bem como à relatoria dos conselheiros, é sem dúvida o dossiê do processo de tombamento do DOI-Codi de São Paulo, assinado pela historiadora Deborah Neves, do CONDEPHAAT.

Há inúmeros casos de outros pedidos de tombamento, aprovações e negativas, mas, nos últimos anos, ganhou muita notoriedade pública o caso do destombamento da Casa da Morte de Petrópolis, no Rio de Janeiro. A chamada "Casa da Morte de Petrópolis" foi um centro clandestino de detenção, tortura e assassinato administrado pelo Centro de Informações do Exército-CIE, na qual há registro de apenas uma sobrevivente. A casa situava-se na rua Arthur Barbosa, número 50 (antigo 668), no bairro de Caxambu, e foi cedida em 1971 pelo proprietário à época, Mario Lodders, ao ex-comandante da companhia aérea Panair e ex-interventor de Petrópolis Fernando Aires da Mota. O chefe do CIE [Centro de Informações do Exército] à época era o general de Brigada Milton Tavares de Souza, sendo o subchefe José Luiz Coelho Neto, então coronel da arma de Infantaria. A

casa funcionou como apoio ao DOI-Codi do Rio de Janeiro, por isso era chamada de "Cordão". Paulo Malhães, à época capitão de cavalaria lotado no CIE e um dos coordenadores da Casa da Morte, apontou o tenente-coronel Cyro Guedes Etchegoyen, chefe de contrainformações do CIE, como o responsável pela casa (CNV, cap. 15, p. 71).

De acordo com o relatório da CNV, os primeiros desaparecimentos de civis assassinados no local ocorreram em 1971. A única sobrevivente deste Centro Clandestino de Detenção- CCD foi Inês Etienne Romeu, militante das organizações de resistência à ditadura. Inês ficou presa no local durante três meses (maio a agosto de 1971), nos quais foi recorrentemente torturada, estuprada e submetida a tratamentos cruéis por agentes do Estado. Após ter sua prisão registrada e cumprir pena, Inês fez o reconhecimento da Casa da Morte em 1981, “ao procurar o endereço relativo a um número de telefone que ouvira durante o cativeiro” em lista telefônica (CNV, 2014, p. 533).

Imagem 04: Inês Etienne (direita), única sobrevivente da Casa da Morte, assiste vídeo onde reconhece alguns dos seus torturadores e carcereiros na casa. Audiência Pública sobre a Casa da Morte de Petrópolis. RJ 25/03/2014. Autor desconhecido.



Fonte: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/fotos.html>.

A história de Inês Romeu é repleta de tragédias, pois seu suplício não teve fim com a saída da Casa da Morte, este lugar marcou sua vida com sequelas irreparáveis. Na democracia, a sobrevivente conseguiu identificar a casa e denunciou publicamente tudo o que recordava ter presenciado no lugar.

A experiência latino-americana de patrimonialização e musealização de lugares vinculados a crimes de lesa humanidade demonstra que um dos primeiros passos para a ressignificação patrimonial do lugar é a identificação desses edifícios e a denúncia pública de seu uso para repressão política. Na maioria dos registros históricos sobre o tema, visibilizavam-se esses lugares de repressão ocorrida durante o regime de exceção quando familiares e amigos das vítimas desaparecidas ou presas buscavam informações sobre o paradeiro ou estado de seus entes queridos. Mas o caso emblemático da Casa da Morte é que os militares conseguiram que esse fosse um equipamento totalmente clandestino. Isso porque há muitos centros ditos clandestinos, mas que seu endereço e uso era público. A marca da clandestinidade estava tão somente em não dispor de registros tradicionais dos cárceres da repressão, como as delegacias e presídios. Não fosse o trabalho de reconhecimento e denúncia feita pela única sobrevivente da Casa da Morte, dificilmente a sociedade brasileira saberia deste CCD em Petrópolis.

Atento aos detalhes da investigação do fato, no caso, os crimes ditatoriais, o trabalho investigativo da CNV comprovou que a propriedade da Casa da Morte era de um empresário alemão Mario Ladders e que o imóvel foi cedido para o interventor da cidade de Petrópolis. Na parte I do Relatório da CNV é possível saber detalhes sobre a cessão da casa, os colaboradores para que esse aparato repressivo funcionasse, a articulação com outros CCD do Rio de Janeiro e de outros estados, como São Paulo, os mortos e desaparecidos do local, entre outros detalhes.

De acordo com a CNV, “Nada é mais impactante na investigação sobre o papel dos civis ao longo do regime ditatorial do que a colaboração de grandes empresários no financiamento da estrutura da repressão” (2014, p. 329). Desse modo, a revelação sobre esse CCD põe em destaque a participação ativa de civis na ditadura, apoiando a repressão ao disponibilizar espaços para tortura e assassinatos, frequentando esses espaços e também facilitando a ocultação e o desaparecimento de cadáveres. A visibilidade do uso do lugar, as denúncias contra agentes públicos que atuaram neste CCD e as reivindicações públicas para que as memórias do período ditatorial fossem preservadas naquele espaço motivou uma

série de atos, vigílias e articulações que conduziram ao tombamento do imóvel por um decreto municipal, em 2018.

A atuação da Comissão Municipal da Verdade em Petrópolis teve grande destaque na aprovação do tombamento do imóvel pelo Conselho Municipal de Tombamento, com quatro votos favoráveis contra três, no ano de 2018. Após o tombamento, no ano de 2019, foi publicado no Diário Oficial da União um decreto declarando a casa de utilidade pública, para fins de desapropriação, o que não foi concretizado por não haver acordo sobre o valor a ser recebido pelo proprietário do imóvel. Apesar da luta que se seguiu pela desapropriação da casa, para então efetuar a criação do Centro de Verdade, Justiça e Memória no local, no ano de 2020 o tombamento foi anulado pela 20ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça (TJ) do Rio de Janeiro. A justificativa foi a de que o Conselho Municipal de Tombamento Histórico, Cultural e Artístico havia desconsiderado o disposto no artigo 15 da Lei Municipal nº 4.182/83, que estabelece a necessidade de haver quórum legal para a aprovação do tombamento³⁵.

O que o caso nos revela é que somente o tombamento ou a criação de marcas de memória em imóveis, como sugere a comissão e como foi feito durante gestões progressistas, como o tombamento da chamada Casa da Morte, não garante a preservação dessas memórias. Estes atos do poder público são passíveis de serem cancelados por gestões conservadoras. Isso é um reflexo de que, no Brasil, tivemos políticas públicas de governos sobre a memória em questão. Não conseguimos, enquanto sociedade, dispor de engajamento público. O tema não causa comoção nacional, não foi historicamente assumido como uma questão de Estado na transição e isso teve sequelas de silenciamento até o presente.

Trabalhos, como o da museóloga e jurista Jaqueline Custódio (2021), abordam outros exemplos pertinentes ao tombamento e inscrições públicas de memórias traumáticas da ditadura, que foram desmobilizados e com apagamento de inscrições públicas, como é o caso da placa em frente ao prédio do antigo “Dopinho” de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, que foi coberta por cimento. A máxima de Aloizio Magalhães está correta: não se preserva o que não se conhece.

³⁵ Ver matérias: <https://oglobo.globo.com/rio/casa-da-morte-local-de-tortura-na-ditadura-tombada-pela-prefeitura-de-petropolis-23309994>; <https://www.conjur.com.br/2020-jan-30/tombamento-casa-morte-anulado-tj-rj>, e <https://tribunadepetropolis.com.br/noticias/justica-nega-novo-recurso-e-casa-da-morte-perde-o-tombamento/>. Acesso em 09/01/2023.

CAPÍTULO 3 – Museologia no Brasil e as memórias traumáticas da ditadura

No Brasil, a Museologia enquanto disciplina se desenvolve formalmente desde meados da década de 1930, quando foi instituído o primeiro curso no Museu Histórico Nacional. E no caminho percorrido pela disciplina no país, é notável que o fortalecimento do campo acadêmico museológico foi marcado pelo estabelecimento de políticas públicas culturais, especialmente a partir da implantação de ações e programas da Política Nacional de Museus. Por isso, vejamos a seguir algumas considerações sobre a Museologia no Brasil, seu fortalecimento no âmbito das políticas públicas, o desenvolvimento do cenário acadêmico, para então visualizar os dados reunidos do nosso objeto de estudo, que carece ser situado nesse contexto de desenvolvimento da Museologia no Brasil.

3.1 Fortalecimento do campo museológico no Brasil

Antes de apresentar algumas considerações sobre o desenvolvimento da Museologia no Brasil, cabe mencionar que muitos artigos e dissertações tratam exclusivamente sobre o tema, com análises de fontes primárias, estudos sobre os currículos da formação dos cursos, suas renovações, entrevistas com professores e coordenadores de programas de graduação e pós-graduação, entre outros dados primários. Trabalhos de fôlego investigativo e crítico foram produzidos por museólogos de referência nacional como Maria Célia Santos (2008) e Ivan Correia de Sá (2007), e tantos outros trabalhos foram produzidos por jovens investigadores como Graciele Siqueira (UniRio, 2009), Gabrielle Francinne (UFMG, 2013), Fiorela Isolan (USP, 2017), entre outros.

Destacamos com ênfase essa informação preliminar pois nossa intenção é tão somente transitar por esse breve panorama histórico do fortalecimento da Museologia, para situar o leitor ao apresentar e analisar nosso objeto: estudos na área da Museologia brasileira, sobre as memórias da ditadura.

A formação em Museologia, como mencionado na introdução deste capítulo, foi fortalecida com ênfase na primeira década dos anos 2000, com a criação de

normas e políticas no âmbito dos museus, entre os quais cabe destacar a Política Nacional de Museus-PNM e a criação do Departamento de Museus-DEMU. Em maio de 2003, durante as comemorações do Dia Internacional de Museus, foi lançado o documento de criação do PNM. Viabilizado dentro da estrutura do Estado, o documento registra que sua origem está vinculada à participação social, haja vista que foram realizadas diversas consultas e discussões com a sociedade civil, entidades e organizações museológicas, universidades e profissionais de destaque na área, para sua criação. Essa ampla consulta resultou no entendimento dos museus como práticas e processos sociais colocados a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, comprometidos com a gestão democrática e participativa (BRASIL, 2007).

Entre os princípios adotados pelo PNM, cabe ressaltar: políticas públicas para os campos do patrimônio cultural, da memória social e dos museus, visando à democratização das instituições; valorização do patrimônio cultural sob a guarda dos museus; desenvolvimento de práticas e políticas educacionais orientadas para a diversidade; reconhecimento e garantia dos direitos das comunidades organizadas; estímulo e apoio à participação de museus comunitários; incentivo a programas e ações que viabilizem a preservação do patrimônio cultural; e respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas e afrodescendentes.

Dividido em sete eixos, interessa particularmente destacar o eixo 3 do documento, pois visa a cumprir uma demanda nacional quanto à “Formação e Capacitação de Recursos Humanos” na área da Museologia. Nesse sentido, o eixo discute e prevê ações de criação e implementação de um programa de formação e capacitação em museus e em Museologia; considera ainda a necessidade de promover uma ampliação da oferta de cursos de graduação e pós-graduação, também cursos técnicos e oficinas sobre temas relacionados ao fazer museal, entre outras ações no ensino fundamental e médio em todo o território nacional.

Um dos principais desdobramentos do estabelecimento do PNM foi a criação do DEMU. Concebido no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 2003, o DEMU aparece como uma necessidade de suprir a inexistência de um setor formal voltado para ações no campo da Museologia. Uma das ações do Departamento foi estabelecer parcerias com universidades, contribuindo com a criação de novos cursos de graduação e pós-graduação em Museologia. Também foi fundamental para a elaboração do mapeamento censitário dos museus no Brasil.

De acordo com Toletino (2013), a criação do DEMU permitiu a existência de um setor específico para a efetivação da Política Nacional de Museus, além de servir como interlocutor dentro do Ministério da Cultura - MinC, fortalecendo a rede do setor museológico em todo país. Veremos no próximo tópico como essa frente de discussão impactou no aumento de cursos de formação em Museologia, em todas as regiões da federação.

Outra demanda atendida, além da formação, foi quanto à organização dos museus do país, sendo eles públicos ou privados. Nesse contexto de reivindicação de grupos da sociedade civil, foi criado em 2004 o Sistema Brasileiro de Museus - SBM, regulamentado pelo Decreto nº 5264/2004. O Sistema foi criado para atuar no desenvolvimento da gestão e configuração do setor museológico, além de fomentar ações dos museus e conduzir políticas públicas para o setor. Tolentino (2013) registra que a construção do SBM se deu por meio de um processo democrático, e que o Sistema implementou editais de apoio financeiro a projetos, democratização do acesso aos equipamentos culturais, formação e capacitação de profissionais do setor, oferta de cursos de graduação em Museologia, criação de aparato legal para regulamentação da Museologia e implementação de políticas públicas para o campo museológico. Um desdobramento foi a criação do Cadastro Nacional de Museu - CNM, estabelecido para produzir conhecimento sobre o setor museológico em toda a sua diversidade nacional. Esse levantamento foi iniciado em 2005, contando com recursos disponibilizados pelo Ministério da Cultura da Espanha, numa articulação com a Organização dos Estados Ibero-Americanos.

De acordo com verbete sobre o CNM, escrito por Rose Moreira de Miranda e Alejandra Saladino no Dicionário³⁶ do Patrimônio Cultural do IPHAN, a implantação do CNM ocorreu em maio de 2006, a partir da distribuição de material (impresso e digital), enviado aos 1.241 museus que constavam à época, da mala direta do DEMU/IPHAN e, ainda, aos organismos públicos e privados ligados ao patrimônio e à cultura. Miranda e Saladino (2017) afirmam que esta coleta de dados foi ampliada com a contratação de profissionais locais, para realização do cadastramento dos museus. A ação foi promovida em parceria com as secretarias estaduais de cultura

³⁶ MIRANDA, Rose Moreira de; SALADINO, Alejandra. Cadastro Nacional de Museus. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbetes). ISBN 978-85-7334-299-4. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/86/cadastro-nacional-de-museus>. Acesso em 04/01/2023.

e os sistemas estaduais de museus, e visava a disponibilizar auxílio às instituições museológicas no preenchimento do questionário e, ainda, proceder ao levantamento local de instituições museológicas através do contato direto com prefeituras e secretarias municipais de cultura.

Outro importante marco do desenvolvimento da política nacional dos museus brasileiros foi a criação do Estatuto dos Museus e Instituto Brasileiro de Museus-IBRAM, aprovado no Congresso Nacional por meio da Lei nº 11.904/2009. O Estatuto é considerado uma conquista que formalizou a consolidação da Museologia brasileira, sendo constantemente referenciado em encontros internacionais da Museologia Ibero-americana como o Programa Intergovernamental Ibermuseos. Do regulamento, destaca-se: a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental; a universalização do acesso à cultura; o respeito e valorização à diversidade cultural e intercâmbio institucional para os museus. e a importância de se construir Planos Museológicos como sendo princípios das instituições museológicas. Essas questões relacionadas às políticas públicas de museus são refletidas nos estudos museológicos e formativos, desenvolvidos ao longo dos anos no país. Nesse contexto de preocupação da gestão pública com os museus e a Museologia, os cursos de formação foram fortalecidos e ampliados.

O cenário acadêmico da Museologia no Brasil

O primeiro curso de formação em Museologia no Brasil foi criado nos anos de 1930, durante a ditadura de Getúlio Vargas, no âmbito da constituição do corpo técnico do Museu Histórico Nacional. Inspirado em um modelo tradicional de museus, o Museu Histórico Nacional previa através de seu decreto de criação um curso técnico de dois anos. O curso deveria integrar as três áreas: patrimônio, preservação e documentação e contava com o quadro de professores formados pelos técnicos do Museu Histórico Nacional. De acordo com Ivan Sá (2007), uma das disciplinas, Técnica em Museus, era considerada como uma proposta inovadora para época, a qual possibilitava ter contato com noções de documentação, pesquisa, preservação e comunicação.

Ivan Sá (2007) afirma, em sua investigação, que o Curso Técnico de Museus possuía atributos que o qualificaram como curso universitário, de extensão cultural especializada. E dele saíram trabalhos pioneiros em museus recém-criados na

década de 1930. À frente do curso, destaca-se a atuação da coordenadora Nair Moraes de Carvalho. Ainda de acordo com Ivan Sá (2007), na década de 1940, o curso passou por algumas mudanças relevantes, como a transformação em curso universitário. Em 1966 foi aprovado o Regimento do Curso de Museus que ampliou a duração da formação que passou a ser de três anos e com três habilitações: Museus Históricos, Museus Artísticos e Museus Científicos. Ainda na década de 1970, mais reformas foram implementadas e, na década de 1980, o Curso integrou-se de vez na estrutura universitária.

A experiência pioneira do Curso de Museus – que durante cerca de 40 anos foi o único existente no cenário brasileiro – desempenhou papel crucial no estabelecimento desta área no país, sendo responsável pela formação de diversas gerações de profissionais que vieram a atuar em instituições localizadas em diferentes regiões do território nacional (ISOLAN; ARAÚJO, 2017, p. 5).

Outrossim, fora da estrutura do Museu Histórico Nacional e da região Sudeste, cabe destacar a importância do curso de Museologia criado em 1970 na Universidade Federal da Bahia. De acordo com Sidélia Texeira (2022), o estado da Bahia foi pioneiro das regiões Norte e Nordeste em implementar cursos de graduação e pós-graduação em Museologia. Sobre o estabelecimento do curso de graduação, a autora afirma que seu surgimento se deu “[...] no âmago do desenvolvimento industrial e turístico do nordeste brasileiro e associado à necessidade do Estado de estimular práticas de integração nacional por meio dos bens culturais” (2022, p. 54).

O segundo curso de Museologia do Brasil, de acordo com o Parecer nº 971/69 (BRASIL, 1969) *apud* Teixeira (2022), disponibilizava duas habilitações: museus de arte e museus de história, numa formação que durava entre três e cinco anos, administrada pelo Departamento de História da UFBA.

Isolan e Araújo (2017) afirmam que, no início de 1980, o curso de Museologia da UFBA indicava possível fechamento, devido ao pequeno número de vagas para museólogo em Salvador. Entretanto, neste mesmo período, foi regulamentada a profissão de museólogo, possibilitando a permanência do curso da UFBA e o surgimento da Associação de Museólogos da Bahia. Aqui, vemos como ações de políticas públicas voltadas para o setor museal foram importantes para a consolidação da formação acadêmica em Museologia no Brasil.

A regulamentação da profissão de museólogo ampliou a demanda pela qualificação em Museologia. E um dos caminhos legais para se tornar museólogo no Brasil, até o presente, além da graduação é cursar uma formação de pós-graduação *strictu sensu* em Museologia.

O primeiro curso de pós-graduação *lato sensu* no Brasil – Curso de Museologia da Fundação Escola de Sociologia e Política (FESP-SP) – foi criado ainda na década de 1970. De acordo com Isolan³⁷ e Araújo (2017), o curso tinha forte influência da área da Sociologia e destacava a preocupação com a educação em museus, acessibilidade e com a visão de trabalho social do museólogo. Mas foi somente nos anos 2000 que foi criado o primeiro mestrado em Museologia do Brasil, o Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da UniRio.

A década dos anos 2000 é salutar para uma consolidação da formação em Museologia no país, sobretudo em razão do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), durante o Governo do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que resultou na criação de mais de dez cursos de formação em Museologia em universidades públicas.

A despeito da tradição da formação na área no Brasil com os cursos criados em 1932 no Museu Histórico Nacional, em 1969 na Universidade Federal da Bahia (UFBA), além da Pós-Graduação Lato Sensu na Universidade de São Paulo (USP) em 1977 (TANUS: 2013), o salto quantitativo dado com a criação dos novos cursos pelo Programa Reuni alterou qualitativamente o quadro acadêmico da Museologia no país. [...] a consolidação dos novos Cursos de Graduação, como no caso da UFMG, implicou em construir um lugar para esta disciplina no ambiente universitário, compreendendo um reordenamento do estado das relações de poder, com a acomodação de novos atores e sujeitos, instituições, discursos intelectuais e científicos (JULIÃO, PACHECO, BRAGA, e GARCIA, 2022, p. 257).

O Reuni promoveu por sua vez, uma ampliação e descentralização da formação e discussão sobre a Museologia no Brasil, fato que contribuiu para que novas perspectivas, interesses de pesquisa e alcances da Museologia fossem estabelecidos no território nacional.

Sobre a ampliação dos cursos de formação, cabe destacar o Dossiê da Revista Museologia e Patrimônio (Vol. 15, No 2 (2022)), que ao discutir os 90 anos da formação em Museologia no Brasil, traz quinze artigos que analisam os cursos universitários de Museologia em todas as regiões do país. Rio de Janeiro, Bahia,

³⁷ Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984.

Sergipe, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Brasília, Santa Catarina e Amazônia são alguns dos estados representados nessas reflexões.

As ações no âmbito de extensão universitária dos docentes dos cursos de graduação e pós-graduação em Museologia no Brasil também contribuíram para a consolidação da área. Além da organização de encontros e eventos científicos para circulação de novas ideias e pesquisas do campo, as publicações em anais de eventos acadêmicos e o surgimento de revistas acadêmicas nacionais, têm constituído importantes lugares no campo de estudos museológicos. Esses lugares foram fundamentais para serem acessados para composição do objeto de pesquisa desta dissertação, como se verá nos itens seguintes do atual capítulo.

3.2 Produção acadêmica sobre processos de musealização de memórias traumáticas da ditadura anterior à CNV (2014) e após nosso recorte de pesquisa (2020)

A produção sobre as memórias da ditadura mencionada no capítulo anterior tem contribuído de algum modo para que a Museologia brasileira, possa paulatinamente se ocupar do tema, ainda que ocorra de maneira incipiente, comparado com a produção de outras disciplinas no país.

Antes de apresentar os resultados obtidos no levantamento da produção acadêmica no âmbito da Museologia brasileira sobre a ditadura entre os anos 2014 a 2020, cabe compartilhar algumas publicações na área que escapam do recorte proposto para o objeto da dissertação, mas que podem ajudar a delinear o pensamento museológico de memórias traumáticas no Brasil.

Sobre essa produção, merece destaque, especialmente, a produção sobre o Memorial da Resistência de São Paulo (MRSP) feita pela professora Maria Cristina Bruno, da Universidade de São Paulo, com destaque para artigos publicados entre os anos 2008 e 2009. Cristina Bruno trabalhou como consultora na equipe de criação do MRSP, e é a museóloga responsável pela assinatura das duas versões do Plano Museológico da instituição, tendo atuado também como consultora de outros memoriais vinculados ao tema do passado ditatorial, como é o caso do projeto de criação do Memorial da Luta pela Justiça.

Nestes trabalhos da professora Bruno voltados para temas traumáticos, como a ditadura, chama atenção a formação de uma equipe multidisciplinar que incorpora,

além de acadêmicos e profissionais, representantes de grupos de vítimas. Em seus textos cabe destaque seu olhar para a Museologia com vocação para ser transgressora, sobretudo ao refletir sobre a função social dos museus. Discípula da museóloga Waldisia Rússio Camargo Guarnieri (1992), vemos na obra de Bruno o aprofundamento de muitos pressupostos apontados na obra de Guarnieri, como o desenvolvimento de reflexões sobre a “cadeia operatória” da Museologia, o conceito de “fato museal”, o qual dialoga com o uso de conceito gerador, adotado por Bruno nos planos museológicos; além de muitas outras contribuições que buscam demonstrar a Museologia como “uma área de conhecimento que estabelece ligações cognitivas e afetivas entre as referências patrimoniais e os diferentes segmentos da sociedade contemporânea” (BRUNO, 2006, p.14).

No âmbito da produção³⁸ de programas de pós-graduação, destaca-se o pioneirismo da dissertação de mestrado de Kátia Felipini Neves, que trabalhou junto com Cristina Bruno em ambos projetos citados acima. A autora, graduada em Museologia e com especialização e mestrado também na área, tem uma trajetória de estudos e de experiências práticas que partiram sempre de reflexões teóricas desta disciplina. Em publicações, atividades de formação e na prática profissional, Felipini Neves é defensora do entendimento de que a instituição museológica é um agente de transformação social (NEVES, 2011, p.153). Ancorada nesta perspectiva, ela foi a primeira pesquisadora brasileira a escrever uma dissertação de mestrado em Museologia, sobre as memórias traumáticas da ditadura brasileira. O trabalho, com o título “A potencialidade dos lugares da memória sob uma perspectiva museológica processual: um estudo de caso. O Memorial da Resistência de São Paulo”³⁹, foi defendido na Universidade Lusófona, em Lisboa, Portugal, instituição que tem recebido historicamente muitos brasileiros para estudos de mestrado e doutorado em Museologia.

Na dissertação, a autora pondera acerca dos limites da comunicação em lugares de memória musealizados, quanto às possibilidades de cumprir uma função social que gere ações transformadoras. A autora propõe uma reflexão sobre uma

³⁸ Este recorte focado na produção de mestrado, se justifica pela maior maturidade das pesquisas produzidas numa pós-graduação, que em relação a produção de monografias de graduação dos discentes.

³⁹ NEVES, Kátia Felipini. A potencialidade dos lugares da memória sob uma perspectiva museológica processual: um estudo de caso. O Memorial da Resistência de São Paulo. (Dissertação de mestrado). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Departamento de Museologia Lisboa 2011.

perspectiva museológica processual, a partir de um estudo de caso. A produção não teve a intenção de evidenciar os conflitos de memória no processo e, mesmo não tendo a intenção de ser um relato de experiência, traz muitas informações e sentimentos da experiência vivida na gestão do caso analisado.

O embasamento teórico do trabalho esteve muito orientado para a discussão sobre lugar de memória e museu-processo. Também não perdeu de vista a historicização das principais reivindicações no âmbito da Justiça de Transição que culminou em políticas públicas de memórias favoráveis ao enfrentamento público e social do tema da ditadura no território nacional, como foi o caso das considerações feitas sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos -PNPD-3, entre outros. Felipini Neves apresenta ainda, informações sobre instituições museológicas congêneres na América Latina, sediadas ou não em lugares onde ocorreram violações aos direitos humanos. Muitas das instituições apresentadas são parceiras do MRSP, a partir do trabalho de reunião regional feito pela Red Latinoamericana e Caribeña de Sítios de Memória, da Coalizão Internacional de Sítios de Consciência. Ao apresentar as instituições divididas em duas categorias, a saber: sediadas ou não em lugares de memória vinculados ao tema, Felipini Neves já demonstrava aqui, que a experiência latino-americana de musealização de memórias traumáticas não reduz sua comunicação museológica a experiências de comunicação *in situ*. Esse será um alerta deveras importante de ser observado na produção acadêmica sobre o tema no Brasil.

Discípula da teoria museológica de Waldisia Russo Guarnieri, Felipini Neves destaca a necessidade e importância da “aplicação de procedimentos técnicos e científicos da cadeia operatória museológica”. E nesse sentido, pontua iniciativas de musealização em outros estados, que nunca saíram do papel, como é o caso da Casa da Morte de Petrópolis, no Rio de Janeiro, entre outros.

O estudo de caso sobre a musealização do prédio do antigo DOPS/SP, pode ser definido como pertencente à área de história de museus, sendo recorrentemente consultado e citado por sua diversidade de fontes (algumas até então com acesso exclusivo da gestão da instituição), ineditismo e coragem ao destacar questões como: a importância do comprometimento político em projetos como esse; o desafio e importância do trabalho colaborativo entre diversos atores sociais e uma equipe de profissionais de diferentes disciplinas. Felipini Neves destaca ainda que esses processos museológicos devem estar embasados numa abordagem de trabalho

sociomuseológico, visão que será compartilhada em outras produções acadêmicas nos anos seguintes, por outros profissionais que atuaram no MRSP, a maioria historiadoras e, que se aventuraram em produções acadêmicas no campo da Museologia.

Outro importante trabalho sobre o MRSP, mas que se destaca questões de patrimonialização da memória política, foi o produzido pela historiadora Deborah Neves, técnica do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico-CONDEPHAT, que defendeu em 2011 a dissertação intitulada “A potencialidade dos lugares da memória sob uma perspectiva museológica processual: um estudo de caso. O Memorial da Resistência de São Paulo”⁴⁰. As inquietações trazidas no trabalho, ainda hoje, mobilizam muitos pesquisadores no campo das ciências sociais e humanas, porque a autora trata de questões centrais, tais como: quais as razões para preservar as memórias de um cárcere da ditadura? Por que o projeto do Memorial da Liberdade (primeira intervenção museológica no prédio do antigo DOPS/SP) causou tanta insatisfação? Deborah Neves também é responsável pela assinatura do estudo do processo de tombamento de outro importante lugar de memória da ditadura brasileira, o antigo Destacamento de Operação Interna (DOI) e Centro de Operação e Defesa Interna (CODI). E atualmente, coordena o grupo de trabalho interdisciplinar que viabiliza os estudos de musealização do local.

Há trabalhos publicados por pesquisadores em programas de outras áreas que contemplam discussões museológicas sobre as memórias da ditadura, alguns destes produzidos fora do nosso recorte cronológico. É o caso da dissertação de mestrado de Carlos Beltrão do Valle, de 2012, defendido no programa de pós-graduação em Memória Social da UniRio. A dissertação intitulada “A patrimonialização e a musealização de lugares de memória da ditadura de 1964 – o Memorial da Resistência de SP”⁴¹, aborda o processo de transformação e musealização do prédio do antigo DOPS/SP para a implantação do MRSP, e analisa algumas das disputas e dos conflitos em torno dessa operação museológica. Até

⁴⁰ NEVES, Deborah Regina. A potencialidade dos lugares da memória sob uma perspectiva museológica processual: um estudo de caso. O Memorial da Resistência de São Paulo. (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo. 2011.

⁴¹ VALLE, Carlos Beltrão do. A patrimonialização e a musealização de lugares de memória da ditadura de 1964 – o Memorial da Resistência de SP. (Dissertação de mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

onde se pôde verificar, figura como a primeira dissertação de mestrado a ser defendida no Brasil, que não resultou do envolvimento direto de seu autor com a implantação da instituição. Como a dissertação de Valle, outras interessantes pesquisas podem ser citadas no âmbito de programas de campos interdisciplinares dedicados aos estudos de memória social e patrimônio, sobretudo, dos programas de pós-graduação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e da Universidade Federal de Pelotas. Dentre esses trabalhos, cabe destacar a produção de Letícia Mazzucchi, da UFPel, sobre práticas de memorialização e criação de museus memoriais. As abordagens realizadas por Mazzucchi refletem sobre práticas de memorialização de passados sensíveis, não exclusivamente sobre a ditadura, apontando sobre a importância de democratizar memórias em disputas, discussão essencial para entender as práticas de musealização do tema da Ditadura no Brasil⁴².

Assumindo que poderão haver outros trabalhos acadêmicos sobre processos de musealização das memórias da ditadura anteriores à CNV, nos pareceu fundamental ressaltar a produção anteriormente citada pela importância pioneira que possuem e porque muitos desses trabalhos estão referenciados nos estudos que constituem nosso objeto de estudos, que será apresentado no tópico seguinte.

Mas antes do encontro com o objeto, alargando um pouco mais nosso recorte temporal por considerar importante compartilhar com o leitor, que o tema das memórias da ditadura vem ganhando, pouco a pouco, mais espaço nas pesquisas produzidas no âmbito da Museologia brasileira, trazemos alguns trabalhos posteriores ao ano de 2020.

É interessante notar que alguns desses trabalhos foram produzidos no PPGMUS da USP, por profissionais do Memorial da Resistência de São Paulo, o que mostra o quanto a trajetória profissional desses autores tem impactado a produção acadêmica realizada no campo da Museologia brasileira voltada para o tema das memórias da ditadura.

Um exemplo é a dissertação de Alessandra Santiago da Silva, “Para além dos muros do museu: algumas propostas para o Programa de Ação Educativa do

⁴²FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Entre memória e patrimônio: a difícil gestão do passado. *Historiae*, Rio Grande, v. 3, n. 3, p. 9-26, 2012. Disponível em: <https://www.seer.furg.br/hist/article/view/3259/1936>. Acesso em: 09/01/2023.

Memorial da Resistência de São Paulo”⁴³, defendida em 2021, sob a orientação de Camilo de Mello Vasconcellos. Alessandra Santiago, historiadora de formação e educadora do Memorial da Resistência, busca registrar o percurso do Programa Educativo da instituição, do qual ela acompanhou enquanto profissional por mais de uma década. A autora relata a experiência da mediação educativa na instituição, que por anos esteve dedicada exclusivamente para as memórias da ditadura brasileira, a partir da exposição de longa duração do MRSP. Ao apresentar este conteúdo, a autora se abre para o desafio acadêmico de refletir sobre inclusão sociocultural e trabalho no território.

A dissertação de Luiza Giandalia Ramos “Musealidade e Território: uma metodologia de curadoria colaborativa para o Memorial da Resistência de São Paulo”⁴⁴, orientada por Maria Cristina Oliveira Bruno e também defendida em 2021, aborda o período correspondente à gestão de Marília Bonnas. Luiza Giandália é historiadora e especialista em Museologia, e atuou no programa “Coleta Regular de Testemunhos” do MRSP, desenvolvido com o intuito de subsidiar a curadoria da instituição. Sua trajetória no Memorial contribuiu para que a dissertação de mestrado resultasse em uma análise robusta de fontes e análises críticas sobre possibilidades de curadorias coletivas para a instituição, em um trabalho com o território. Giandália propõe uma contribuição sobre metodologia de curadoria colaborativa, cabendo destacar as reflexões sobre o projeto “Resistências no Território”, iniciado em 2018 pelo MRSP. A partir de suas análises, a autora destaca que essa atuação voltada para o território, contribuiu para “ampliar o fato museal” em torno do qual a instituição se organiza.

Saindo de São Paulo, encontramos no PPGMUSPA da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o trabalho, já mencionado no capítulo anterior, da advogada e médica, Jaqueline Custódio. Com uma trajetória profissional notadamente marcada por defesas jurídicas e militantes no campo da preservação do patrimônio histórico na região de Porto Alegre, Custódio defendeu em 2021 a dissertação “Dopinho, entre

⁴³ SILVA, Alessandra Santiago da. Para além dos muros do museu: algumas propostas para o Programa de Ação Educativa do Memorial da Resistência de São Paulo. (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo, 2021.

⁴⁴ RAMOS, Luiza Giandalia. Musealidade e Território: uma metodologia de curadoria colaborativa para o Memorial da Resistência de São Paulo. (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo, 2021.

evocar e apagar: as disputas de memória relativas ao DOPS/RS⁴⁵, sob orientação da professora Letícia Julião. No trabalho, um ponto central de discussão é o processo de tombamento do prédio onde funcionou o antigo centro clandestino de detenção e assassinatos conhecido como Dopinho. Custódio se ocupa do processo que se seguiu à patrimonialização, cabendo destaque a análise de fontes de processos administrativos nas escalas municipal, estadual e federal. Além de adentrar na discussão sobre as disputas pela musealização do local e a criação de um Sítio de Memória a partir do olhar de reparação simbólica.

Vale mencionar também a tese defendida em 2021, de Sérgio Ricardo Retroz “Memória em tempos de democracia: patrimônio e Museologia na gestão municipal de São Paulo, de 1989 a 1992”⁴⁶, que traz importantes reflexões para os estudos da musealização de memórias traumáticas, mas que também escapa do nosso escopo cronológico.

Esse breve alargamento sobre as teses acima inserido, é aqui pontuado, também como um registro esperançoso, no âmbito da esperança Freiriana, de que o tema possa ocupar ainda mais espaços nas investigações brasileiras:

É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo...” (FREIRE, 1992, s. p.).

Este breve mapeamento demonstra que pesquisas e pesquisadores de diversas áreas do conhecimento têm se dedicado aos estudos da salvaguarda e da comunicação das memórias traumáticas da ditadura no Brasil. Assim, a pesquisa aqui compartilhada, se justifica pela importância de fomentar a discussão sobre o trabalho com as memórias traumáticas da ditadura, no campo da Museologia, tendo como marco a produção acadêmica após a publicação do relatório da CNV (2014-2020). Vamos finalmente ao encontro com o objeto.

⁴⁵ CUSTÓDIO, Jacqueline. Dopinho, entre evocar e apagar: as disputas de memória relativas ao DOPS/RS. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2022.

⁴⁶RETROZ, Sérgio Ricardo. Memória em tempos de democracia: patrimônio e Museologia na gestão municipal de São Paulo, de 1989 a 1992. (Tese de doutorado). Unirio, 2021.

3.3 Produção acadêmica sobre processos de musealização de memórias traumáticas da ditadura posterior à CNV (2014-2020)

Conforme apresentado na introdução deste trabalho, a análise da produção acadêmica considerou o marco cronológico de investigações publicadas entre 2014-2020, oriundas de buscas realizadas nos seguintes repositórios: Programas *strictu sensu* em Museologia; Periódicos científicos brasileiros da Museologia; Anais de eventos da Museologia; Anais de eventos de áreas congêneres a Museologia; Repositório da Capes. Foram cinco blocos de repositórios, dos quais, foram analisados 22 trabalhos que serão apresentados nos tópicos a seguir.

Enfatizamos que os critérios das escolhas de um, dos aqui chamados “blocos de estudos”, estão sinalizados na introdução deste trabalho. Por isso, em cada tópico desta sessão, serão apresentados os resultados obtidos por bloco de estudos. Após o compartilhamento da relação dos estudos correspondentes, trazemos algumas considerações sobre a análise feita, considerando, sobretudo, o referencial teórico utilizado nos estudos e a recorrência de palavras nos títulos, resumos e palavras-chave dos estudos.

Cabe mencionar que no referencial teórico dividimos a análise em três categorias de produção: memória e patrimônio cultural – nacional e internacional; Museologia – nacional e internacional; e Justiça de transição.

Por memória e patrimônio, identificamos durante a leitura dos estudos, os autores consagrados que abordam a temática, e cujas produções servem como âncoras para se problematizar as correlações entre ditadura e museologia. Na Museologia, identificamos a recorrência do arcabouço teórico da disciplina. Na categoria de Justiça de transição, nos detivemos a registrar somente o uso da produção no campo do Direito.

Em que pese este capítulo realizar uma apresentação dos resultados da busca e coleta de dados dos estudos encontrados, e apresentar análises qualitativas, as reflexões se apoiam predominantemente nos dados quantitativos para operar análises qualitativas que cruzam informações recorrentes nos estudos, no sentido de unificar essas observações para ajudar a compor o que seria a sugerida “Museologia de memórias traumáticas”, título desta dissertação.

Prepare o labirinto, canetinhas na mão, por que agora vamos adentrar em muitos fios de linhas que puxados por diferentes mãos, vão se cruzando e se

entrelaçando a outros fios, unidos por interesses convergentes. Temas que se aproximam e, em alguns momentos, separam os estudos selecionados nesta pesquisa.

Vejamos essas agrupações formadas, pensando em cinco blocos de estudos e no final dessa observação, podemos contemplar os formatos de cada fio agrupador. Vamos partir das dissertações em Museologia, seguido dos anais de eventos da Museologia, então revistas científicas da Museologia, para seguir a anais de eventos das áreas congêneres da Museologia, e finalmente, o repositório do portal da CAPES.

3.3.1 Dissertações e teses de programas *strictu sensu* em Museologia dedicadas às memórias traumáticas da ditadura

Considerando o recorte temporal de 2014 a 2020 estabelecido para esta busca, sobre a ocupação da Museologia brasileira com as memórias traumáticas da ditadura, priorizamos a produção acadêmica da pós-graduação, em detrimento da produção oriunda da graduação. Um dos fatores da escolha, foi o entendimento de que as reflexões em nível de mestrado e doutorado, estão mais amadurecidas quanto a metodologias investigativas e de análises críticas.

Atualmente temos cinco programas de pós-graduação específicos em Museologia em todo o território nacional. Os programas são ainda muito recentes, no Brasi. O mais antigo curso de mestrado data de 2006, no estado do Rio de Janeiro e o mais recente, 2017, no estado do Rio Grande do Sul. Há somente um curso de doutorado ativo, funcionando no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UniRio.

Reconhecemos aqui, que a produção destes programas tem contribuído para a estruturação de um arcabouço teórico da Museologia brasileira. Por isso, optamos por analisar a produção discente desses os programas de pós-graduação em Museologia, o que nos permitirá mensurar como esses profissionais do campo dos museus, e do patrimônio, estão se relacionando com o passado ditatorial brasileiro.

Foram levantados 284 dissertações dos cursos de mestrado em Museologia em universidades públicas brasileiras, a saber: Programa de Pós-Graduação em Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do

Sul; Programa de Pós-Graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia; Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo; e, Programa de Pós-graduação em Artes, Patrimônio e Museologia da Universidade Federal do Piauí. Quanto às teses de doutorado, foram levantados 40 estudos produzidos no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Destaca-se que o exame inicial dessa produção consistiu na leitura e análise dos resumos das dissertações e teses, a partir dos repositórios dos programas. A busca ocorreu a partir dos seguintes termos: ditadura, Sítios de Memória, Memorialização, Museu, Sítios de consciência, Musealização da ditadura, Lugares de memória da Ditadura, Patrimônios difíceis da ditadura.

Nesta cartografia, de produções acadêmicas produzidas no âmbito de estudos museológicos em nível de pós-graduação, foram levantados um total de 324 trabalhos, dos quais, menos de um por cento corresponde a alguma vinculação com memórias traumáticas da ditadura. Ou seja, identificamos apenas três dissertações de mestrado em Museologia, todas elaboradas por mulheres que têm relação com o tema do período ditatorial. Vejamos um pouco mais de detalhes sobre o resultado da pesquisa feita em cada repositório de dissertações dos programas:

Quadro 01 - Relação dos estudos encontrados nos PPGs de Museologia.

Nome do programa	Ano	Título	Pesquisadora	Orientador(a)
Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia – USP	2014	O patrimônio imaterial sob a ótica dos museus: novas aproximações, perspectivas e rupturas	Karina Alves Texeira	Maria Cristina Oliveira Bruno
Programa de Pós-Graduação em Museologia - UFBA	2015	As instâncias da gestão de museus vinculados ao Governo da Bahia: uma análise das políticas e das ações socioculturais e educativas de 1967-2013	Maria de Fátima dos Santos	Eugênio de Ávila Lins

Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia – USP	2017	Organizações sociais de cultura: um modelo de gestão sob o ponto de vista da Museologia – Um estudo de caso do Memorial da Resistência de São Paulo	Bianca Corazza	Maria Cristina Oliveira Bruno
---	------	---	----------------	-------------------------------

Fonte: Elaboração própria, a partir de pesquisa nos repositórios dos programas de Mestrado

O resultado da pesquisa demonstra que gestão museal e história da Museologia foram os gatilhos, para que essas pesquisadoras da Museologia adentrassem no caminho da construção de uma suposta Museologia das memórias traumáticas da ditadura brasileira.

Alguns detalhes contextuais são indispensáveis de serem pontuados. No caso da produção do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia – USP, as duas pesquisadoras Karina Alves Texeira e Bianca Corazza foram funcionárias da APAC, associação que administra o Memorial da Resistência, durante o desenvolvimento e conclusão de suas dissertações. Na pesquisa feita por Bianca Corazza, o escopo da análise é gestão museal, mas tendo como objeto o Memorial da Resistência de São Paulo. E a dissertação de Karina Teixeira, cujo título não faz qualquer menção ao tema de nosso interesse, e que poderia passar despercebido, traz uma importante contribuição ao analisar o programa de testemunhos do Memorial da Resistência. Na análise, a museóloga registra a atuação do programa, sob uma ótica do patrimônio cultural imaterial.

No caso da dissertação produzida no Programa de Pós-Graduação em Museologia - UFBA há que se registrar que neste programa o destaque é para pesquisas no âmbito da Museologia social. O trabalho de Maria de Fátima Santos atende aos requisitos de nossa busca, embora o título não faça menção direta ao tema, ainda que indique período que abrange o da ditadura militar no Brasil.

Importa destacar que a abrangência desse período da história brasileira em títulos dos trabalhos não significa tratar-se de pesquisa sobre memórias traumáticas. Este é o exemplo da dissertação “Memória da Associação Brasileira de Museologia (1963-1985). Contribuições para a institucionalização de um campo de atuação profissional”, de Natália de Figueirêdo Biserra, defendida em 2017 no Programa de Pós-Graduação em Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de

Janeiro, na qual o termo ditadura aparece somente uma vez, e outros termos como censura, repressão, violência não foram registrados.

As buscas feitas nos repositórios do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – UFRGS e do Programa de Pós-graduação em Artes, Patrimônio e Museologia/CMRV – UFPI não registraram trabalhos que correspondem ao tema no recorte temporal proposto por nossa pesquisa. É preciso considerar que ambos os programas foram implantados recentemente. O mestrado da UFPI teve sua primeira turma em 2015 e o da UFRGS, em 2017. Não foram registradas também teses que atendessem aos requisitos de nossa pesquisa, produzidas pelo Programa de Pós-Graduação em Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – único que oferece doutoramento na área no Brasil.

Após décadas da vigência de um silêncio institucionalizado (BRITO, 2019) sobre a ditadura no Brasil, de um “esquecimento” manipulado em escala pública, encontramos três dissertações de mestrado em Museologia que abordam esse período. Três trabalhos acadêmicos que mencionam um olhar da Museologia para esse passado, após a publicação do relatório da CNV. Essa existência confirma o indício de um movimento de observação da Museologia brasileira, para memórias traumáticas. E como já mencionado, dois dos três trabalhos são de profissionais diretamente ligados ao trabalho cotidiano desenvolvido no MRSP. De modo que, podemos observar que essa produção acadêmica veio de uma vivência, atuação e conhecimento prático.

Ainda que indicativas de uma agenda de pesquisa acadêmica, vale ressaltar que são apenas três dissertações de mestrado. Ou seja, na Museologia construída pela Academia, o tema é incipiente, tendo um vasto caminho a ser investigado, registrado, experimentado, confrontado e refletido. Frente a essa timidez investigativa quanto ao enfrentamento do tema na produção de conhecimento da Museologia, cabe perguntarmos se seria legítimo falarmos de uma museologia da ditadura brasileira. Independentemente da resposta, é preciso admitir a necessidade de avançarmos nas investigações científicas, com maior aproximação e relação entre a Academia e as iniciativas de musealização desse passado.

Além da leitura crítica dos textos, se operou uma análise dos metadados de referências bibliográficas, por meio de recursos do programa Excel, visando identificar a recorrência dos autores listados nos estudos por bloco, a saber:

dissertações de programas de mestrado em Museologia, artigos de revistas acadêmicas da Museologia, trabalhos publicados em eventos da Museologia, trabalhos publicados em anais de eventos de áreas congêneres a Museologia, trabalhos do Repositório da Capes. Os dados do quadro abaixo, são mensurações de recorrências de autores. A contagem, que será base para os quadros dos demais blocos de estudos, faz referência à quantidade em que um autor é identificado no conjunto de estudos do bloco em pauta. Dessa maneira, é apresentada a recorrência de autores, a partir das três categorias delineadas para a análise dos referenciais teóricos das três dissertações, quais sejam memória e patrimônio, Museologia e justiça de transição.

Quadro 02 - Recorrência de autores nas referências dos estudos das dissertações de Mestrado em Museologia.

BLOCO DO ESTUDO	Dissertações em Museologia
Patrimônio e memória	
Nacional	José Reginaldo Santos Gonçalves (2), Marília Cecília Fonseca (2), Aloísio Magalhães (1), Ana Paula Brito (1), Antonio Augusto Arantes (1), Átila Tolentino (1), Carlos Beltrão do Valle (1), Deborah Neves (1), Eugênio Lins (1), Márcia Santana (1), Pedro Paulo Funari (1), Sandra Pelegrini (1), Silvana Rubino (1)
Internacional	Françoise Choay (2), Jacques Le Goff (2), Alois Riegl (1), Andreas Huyssen (1), François Hartog (1), James Clifford (1), Joel Candau (1), Johanna Hendrika Heinen (1), Maurice Halbwachs (1), Nestor Canclini (1), Pierre Bourdieu (1), Pierre Nora (1), Roger Chartier (1), Stuart Hall (1), Walter Benjamin (1)
Museologia	
Nacional	Waldísia Russio (2), Beatriz Cavalcanti Arruda (1), Camilo Vasconcellos (1), Cristina Bruno (1), Diana Correia Farjalla (1), Judite Primo (1), Kátia Felipini Neves (1), Manuelina Duarte Candido (1), Mária Célia Santos (1), Maria Cristina Bruno (1), Marília Xavier Cury (1), Suely Ceravolo (1), Tereza Scheiner (1)
Internacional	Dominique Poulot (2), Camille Mazé (1), George Henri Riviere (1), Hugues de Varine Bohan (1), Mario Moutinho (1)
Justiça de transição	
	Inês Soares (1) Jorge Barcelos (1)

Fonte: Elaboração própria

O agrupamento⁴⁷ desses autores por categorias comunica sobre uma aproximação dos estudos museológicos, elaborados pelas autoras das dissertações, com teóricos da memória e dos estudos culturais. Isso reforça o entendimento, basilar desta pesquisa, de que o campo teórico da Museologia está em constante diálogo com campos e disciplinas, especialmente das ciências sociais e humanas. A interdisciplinaridade é uma tônica que não se pode menosprezar na análise da produção teórica dos estudos museológicos.

Cabe ressaltar que dos três estudos, somente uma dissertação, a de Karina Teixeira, se reporta a dois autores - Inês Soares e Jorge Barcelos - estabelecendo diálogo com o campo da chamada “Justiça de transição”, abordado predominantemente pelo Direito. Importante também ressaltar que, efetivamente, neste bloco de análise composto pelas dissertações de mestrado o estudo de Teixeira é o único que se detém mais especificamente ao tema evocado nesta investigação, qual seja, as memórias traumáticas da ditadura. As outras duas dissertações permeiam a discussão do tema. O trabalho de Maria de Fátima trata da gestão e construção da política museológica na Bahia, que perpassa acontecimentos importantes durante a ditadura no Brasil. A autora desenvolve análises operando com autores importantes do campo teórico da Museologia. A dissertação de Bianca Corazza, em que pese não dialogar com pesquisas importantes sobre o tema, como os trabalhos investigativos de Filipini Neves, Deborah Neves e Ana Paula Brito, sobre as memórias da ditadura e a transformação do prédio do antigo DOPS, traz contribuições a respeito do modelo de gestão por organização social, questão que merece mais estudos considerando as crises financeiras que atravessam os museus em todo o mundo. Além de não dialogarem com autores do universo da justiça de transição, estes dois estudos não se propõem, efetivamente, avançar no debate específico do tema das memórias traumáticas da ditadura.

Chama atenção também a maior quantidade de citação de autores da Museologia brasileira utilizados nos estudos, se comparado a quantidade de citações de consagrados teóricos da museologia internacional. Quanto às categorias de memória e patrimônio, há certa equidade entre os usos dos autores no cenário

⁴⁷ No quadro anterior a esta nota, optamos por listar os autores agrupados por categorias, mas no apêndice é possível verificar detalhadamente, como cada autora das dissertações utiliza os autores. Sendo possível verificar inclusive, que houve autora que não fez uso de nenhum autor do campo da memória e patrimônio.

Patrimônio é outra palavra que ganha destaque nos trabalhos, sobretudo nas dissertações de Teixeira (2014), de Santos (2015). A leitura das dissertações forneceu elementos para pensar o lugar das memórias traumáticas na Museologia, e lograram êxito em demonstrar que a interdisciplinaridade nos estudos museológicos é uma tônica real, necessária e defensável.

3.3.2 Debates em eventos da Museologia

Buscando avançar de modo esperançoso, no sentido freiriano, ampliamos a procura por artigos científicos da área de estudos da Museologia em eventos científicos da própria disciplina. Isso porque os eventos acadêmicos constituem fóruns de divulgação de pesquisas, circulação de ideias, intercâmbio profissional, parcerias institucionais e de emergência de novos interesses temáticos para a disciplina. Buscamos então analisar tanto a programação quanto os anais dos eventos, que foram selecionados dentre aqueles de maior destaque no cenário nacional, sobretudo, por seu alcance interestadual. São os eventos: Seminário Brasileiro de Museologia, Simpósio Internacional de Pesquisa em Museologia - SINPEM e o Fórum Nacional de Museus - Fórum. Dessa forma Colóquios Acadêmicos, Semanas acadêmicas e Encontros de Estudantes não foram examinados, em razão do alcance desses eventos, da dificuldade de encontrar anais e diante dos limites de tempo para elaboração desta pesquisa.

Outro ponto a ser destacado quanto à limitação da pesquisa empreendida é que a busca considerou somente a leitura dos títulos dos trabalhos nas páginas de divulgação dos eventos e nos anais existentes. Essa identificação por títulos tem obviamente riscos pois há casos de trabalhos com denominações mais genéricas, não sendo possível se certificar se apresentam abordagens que interessam a esta pesquisa.

O Seminário Brasileiro de Museologia – SEBRAMUS é resultado de um trabalho articulado da Rede de Docentes e Cientistas do Campo da Museologia. Sua criação foi justificada pela “carência de um fórum permanente, de natureza acadêmica e específico da área, no qual os pesquisadores atuantes nos cursos de formação universitária e nas instituições de pesquisa, pudessem divulgar suas

produções científicas”⁴⁸. A organização do evento ocorre a cada dois anos, sendo sediado por instituições universitárias de estados diferentes. Essa diversidade geográfica da realização dos eventos favorece o envolvimento de parceiros locais em prol do fortalecimento regional em torno das instituições museológicas e da produção museológica em cada região. Além de ser profícuo para divulgar as investigações e estudos de casos locais e regionais, ampliando seu alcance para o público especializado na área. É possível notar também certo destaque em cada evento, de relevo da produção científica local nos temas tratados nas comunicações orais de cada edição. E que muitos pesquisadores da região atual do evento, marca presença também na edição seguinte do encontro.

Foi fundamental para acesso a essa produção, o Repositório Virtual⁴⁹ criado pelo Curso de Museologia da Universidade de Brasília, pelo Projeto Museologia Virtual, em parceria com a Rede de Docentes e Cientistas do Campo da Museologia. Foi a partir desta plataforma que se pode consultar os anais do SEBRAMUS.

O I Seminário Brasileiro de Museologia ocorreu em 2014 no estado de Minas Gerais, organizado pelo Curso de Museologia da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Dos cinco grupos de trabalho listados, nenhum corresponde diretamente ao tema das memórias traumáticas. Apesar disso, pode-se sugerir que alguns trabalhos perpassam o universo de discussão da memória de violências e intolerâncias e, da valorização da democracia, cidadania e dos direitos humanos. É o caso dos trabalhos⁵⁰:

Quadro 03 - Relação de produção do I SEBRAMUS, possivelmente em diálogos com a ocupação da Museologia com as memórias traumáticas

I Seminário Brasileiro de Museologia – 2014	
Título	Autor(e)s
Dos objetos aos sujeitos: deslocamentos da educação e da Museologia no movimento da democratização dos museus	Lana Mara de Castro Siman e Kelly Amaral de Freitas

⁴⁸ Disponível em: <http://www.museologia.fci.unb.br/edicoesanteriores/1sebramus>, acessado em 17/12/2022.

⁴⁹ Disponível em: <http://www.sebramusrepositorio.unb.br/index.php/index/index/index/index>, acessado em 2/07/2022.

⁵⁰ É possível acessar a lista completa dos trabalhos e descarregar o arquivo completo em: <http://www.sebramusrepositorio.unb.br/index.php/1sebramus/ISebramus/schedConf/presentations>, acessado em 12/07/2022.

Museus como instrumento de cidadania	Vera Lúcia Cardim de Cerqueira
A superação dos “lugares de memória”: museus, direito à cidade e aos “lugares comuns”	Vladimir Sibylla Pires
Notícias de uma investigação: coleção Estácio de lima - tratamento, estudo e divulgação de uma Coleção testemunha da intolerância – um projeto, várias perspectivas e resultados diversos	Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha

Fonte: Elaboração própria, a partir de pesquisa nos anais do evento

Nenhum destes artigos abordam o tema da ditadura, mas possuem conceitos que podem ser importantes de serem considerados na construção do olhar da Museologia sobre as memórias traumáticas da ditadura.

No II Seminário Brasileiro de Museologia, “Pesquisa em Museologia e perspectivas disciplinares”, ocorreu no Estado de Pernambuco no ano de 2015. Neste, chama atenção nos anais o GT “Museu e cultura política”. Mas a partir da leitura dos títulos e resumos, somente o artigo “Um olhar sobre Museologia e Política: Tanatomuseologia”, de Marcelo Sá de Sousa, que se vincula mais diretamente com a temática de memórias traumáticas, ao refletir sobre os conceitos de “Museu da Paz”, “Museu Memorial” e “Patrimônio Traumático”, trazendo perspectivas interessantes para o olhar da Museologia sobre o passado traumático da ditadura. Outros artigos, embora não tratem diretamente do tema da pesquisa, podem dar conta de provocações estimulantes para pensarmos a ocupação da Museologia com as memórias traumáticas, tais sejam:

Quadro 04 - Relação de produção do II SEBRAMUS, possivelmente em diálogos com a ocupação da Museologia com as memórias traumáticas

II Seminário Brasileiro de Museologia – 2015	
Título	Autor(e)s
Um olhar sobre Museologia e Política: Tanatomuseologia	Marcelo Sá de Sousa
Museus e políticas de ativismo: pode o museu comportar dispositivos para uma cultura participativa?	Francisco Sá Barreto e Tatiana Coelho da Paz
Memória e morte como tema e discurso de museus e coleções	Marijara Souza Queiroz
Museus, Museologia Social e Sociologia das ausências: Uma aproximação teórica	Marcelle Pereira

Fonte: Elaboração própria, a partir de pesquisa nos anais do evento.

O III Seminário Brasileiro de Museologia - Museologia e suas interfaces críticas: museu, sociedade e os patrimônios, foi realizado no Estado do Pará, no ano de 2017. Podemos sugerir⁵¹ os seguintes artigos como trabalhos que estabelecem diálogo no horizonte de uma Museologia das memórias traumáticas:

Quadro 05 - Relação de produção do III SEBRAMUS, possivelmente em diálogos com a ocupação da Museologia com as memórias traumáticas

III Seminário Brasileiro de Museologia – 2017	
Título	Autor(e)s
“Memórias Negras”: Conflitos em torno do Memorial das Baianas em Salvador Bahia	Rafael Jesus da Silva Dantas
Caminhos de um patrimônio simbólico marginalizado: a rota museológica do Cangaço	Luan Vinícius Carvalho de Almeida

Fonte: Elaboração própria, a partir de pesquisa nos anais do evento.

O IV Seminário Brasileiro de Museologia – Democracia: Desafios para a Universidade e para a Museologia, foi realizado no Distrito Federal, no ano de 2019. Do evento, cabe destacar as palestras⁵² dos professores Ivan Sá e Mária Célia, que abordaram como a ditadura e o contexto do pós-ditadura atravessou a história da formação acadêmica em Museologia no Brasil. Também relacionado ao tema, foi a palestra de Kátia Felipini que abordou especificamente sobre a relação da Museologia e os Direitos Humanos, à luz de sua experiência de trabalho na gestão do Memorial da Resistência de São Paulo.

A partir dos anais⁵³ do evento, foi possível a identificação de inúmeros trabalhos correlatos a memórias traumáticas. Vejamos o título e os autores de alguns artigos, desse Anais potente para visitarmos com essa busca do olhar museológico sobre passados (e presentes) traumáticos:

⁵¹ Disponível em: <http://www.sebramusrepositorio.unb.br/index.php/3sebramus/3Sebramus/schedConf/presentations>, acessado em 14/07/2022.

⁵² Playlist do Canal de Youtube da Faculdade FCI “IV Seminário brasileiro de Museologia. Democracia: desafios para a universidade e para a Museologia”, disponível em: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLYk4r4kCzQwYDriZ55OK2u59AHN3vUPm8>, acessado em 14/07/2022.

⁵³ Disponível em: <http://www.sebramusrepositorio.unb.br/index.php/4sebramus/4sebramus>, acessado em 14/07/2022.

Quadro 06 - Relação de produção do IV SEBRAMUS, possivelmente em diálogos com a ocupação da Museologia com as memórias traumáticas

IV Seminário Brasileiro de Museologia – 2019	
Título	Autor(e)s
Novas memórias traumáticas nas comunidades LGBT brasileiras: marcos na democracia tensionados pelo esquecer e o lembrar	Jean Baptista
Direito de memória e dever de museus	Inês Cordeiro Gouveia e Mirela Leite Araujo
Memória do Sofrimento na América Latina: a relação patrimônio e direitos humanos	Jeniffer Alves Cuty
Seja museu, seja herói: repensando estratégias de sobrevivência e alinhamento dos museus à Declaração Universal dos Direitos Humanos	Alejandra Saladino
O Aspecto Político dos Museus: Análise das Políticas Públicas para Cultura e Museus	Amanda Costa Soares
Museus e Gênero no Brasil: uma cartografia de silenciamentos e resistências	Camila Azevedo de Moraes Wichers, Allinny Raphaelle Vitor de Lima e Jéssica Alves Vieira
Museologia colaborativa e povos indígenas – os desafios do contemporâneo em museus	Adriana Russi e Marília Cury
Museologia Social e Direitos Humanos no Museu Afro-Brasileiro em Salvador – BA, 2019	Anaylton de Jesus de Lima e Cecília Conceição Soares
MST: patrimônio cultural, memória e cidadania	Rose Elke Debiasi
Presenças e Silenciamentos nas Representações da Irmandade de Santa Bárbara Virgem no MABS	Fernando Ferreira Aguiar
Direito as memórias: interlocuções indígenas com a museologia e o museu	Josué Carvalho
O Legado de Waldisa Rússio para a formação de museólogos engajados com as questões sociais de seu tempo	Viviane Panelli Sarraf

Fonte: Elaboração própria, a partir de pesquisa nos anais do evento.

No V Seminário Brasileiro de Museologia, intitulado “Museologia em movimento: lutas e resistências”, realizado em dezembro de 2022, portanto fora do nosso recorte temporal, dispôs de um Grupo Temático sobre o tema, o GT “Musealização e gestão de memórias traumáticas”⁵⁴.

⁵⁴ Cabe ainda registrar que a iniciativa de realização deste GT é fruto da investigação desta dissertação. Isso porque, acredita-se que as investigações acadêmicas precisam ser ademais de investigativas, propositivas. Contribuindo para mudanças de cenários analisados.

Outros dois importantes eventos da Museologia nacional foram pesquisados: o Simpósio Internacional de Pesquisa em Museologia - SINPEM e o Fórum Nacional de Museus - Fórum.

O SINPEM é organizado pelo Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo⁵⁵, dispondo de um acentuado alcance junto ao público da Museologia brasileira. Do que se pode observar nas últimas edições presenciais, cabe destacar a presença de um público não limitado a profissionais da academia, mas também, profissionais que atuam nos museus do Estado e de outras regiões do país.

Diferente do SEBRAMUS, não há um repositório reunindo as informações sobre os eventos. O que dificulta a análise sobre suas programações e trabalhos apresentados no evento. Além disso, nas páginas de algumas edições do evento, como o I e o III Sinpem, não há informações sobre os títulos dos trabalhos, apenas os nomes dos pesquisadores. Por isso, levantamos os temas dos Simpósios e analisamos apenas as programações das palestras.

Quadro 07 - Relação de produção do SINPEM, possivelmente em diálogos com a ocupação da Museologia com as memórias traumáticas

Simpósio Internacional de Pesquisa em Museologia- SINPEM	
Nome do evento	Data
I Simpósio Internacional de Pesquisa em Museologia - "Pesquisa em Museologia: abordagens interdisciplinares"	2 a 5 de setembro de 2013
II Simpósio Internacional de Pesquisa em Museologia "Museu e Produção de Conhecimento"	5 a 8 de outubro de 2015
III Simpósio Internacional de Pesquisa em Museologia "O futuro dos museus e os museus do futuro"	7 a 9 de novembro de 2017
IV Simpósio Internacional de Pesquisa em Museologia "Resiliência Científica: Ações Museológico-Curatoriais" (evento virtual)	16 a 19 de novembro de 2021

Fonte: Elaboração própria, a partir de pesquisa nos anais do evento

⁵⁵ Apesar disso, não há um compilado desses eventos no site do programa. As informações estão dispostas em várias páginas virtuais do evento e de parceiros dos mesmos. Para saber mais, se recomenda: Edição 2013, consulte: https://www.researchgate.net/publication/286456170_II_SInPeM_-_Museu_e_Producao_de_Conhecimento_Caderno_de_Comunicacoes ; Edição 2015, consultar: <https://www.sisemsp.org.br/ii-simposio-internacional-de-pesquisa-em-museologia-ii-sinpem/>; Edição 2017, consultar: <https://sites.usp.br/ppgmus/iii-sinpem-iii-simposio-internacional-de-pesquisa-em-museologia/>; Edição 2021, consultar: https://sites.usp.br/ppgmus/ivsinpem_menu/; todos os links foram acessados em 11/07/2022.

Não foi encontrada nenhuma palestra, cujo título se evidenciou de algum modo, vinculação com as memórias do passado ditatorial brasileiro. Apesar disso, na segunda edição do evento, no ano de 2015, chama atenção a realização do seminário “Museos y memorias en tiempos de conflicto: el caso colombiano”, realizado pelos professores William Alfonso López Rosas e Camilo de Mello Vasconcellos.

O Fórum é um evento que tem grande articulação nacional no segmento, e é realizado a cada dois anos: “[...] com o objetivo de refletir, avaliar e delinear diretrizes para a Política Nacional de Museus e consolidar as bases para a implantação de um modelo de gestão integrada dos museus brasileiros, representado pelo Sistema Brasileiro de Museus”⁵⁶.

Na página do Instituto Brasileiro de Museus há registro da realização de sete encontros (2004-2017). Neste período, há duas edições que se enquadram no marco cronológico de observação desta dissertação. Apesar disso, as informações dispostas no site do IBRAM sobre os eventos, não conseguem dar conta de maiores detalhes da programação dos encontros e o site dedicado a mais detalhes do evento, não está mais disponível⁵⁷. Por isso, nos limitamos aqui, a reproduzir a informação de que na sexta edição, realizada em 2017, no estado do Pará, foi discutido o tema “Museus Criativos”. De acordo com o IBRAM⁵⁸, estava sendo retomada a discussão iniciada pelo Fórum em 2014, sobre os desafios da atuação interdisciplinar dos museus para sua efetiva comunicação com as comunidades em que estão inseridos.

A sétima edição, realizada no estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2019, teve como foco as “Recomendações da Unesco para a Proteção e Promoção do Patrimônio Museológico e Coleções”. Nas informações deste encontro, foi possível localizar a relação com os trabalhos aprovados para comunicação oral. Dos 15 trabalhos aprovados⁵⁹, a partir dos títulos dos mesmos, nenhum se relaciona com nossa busca temática.

⁵⁶ Disponível em: <https://antigo.museus.gov.br/acessoainformacao/acoes-e-programas/forum-nacional-de-museus/>, acessado em 11/07/2022.

⁵⁷ Disponível em: <http://fnm.museus.gov.br/>, erro (DNS_PROBE_FINISHED_NXDOMAIN), acessado em 11/07/2022.

⁵⁸ Disponível em: <https://antigo.museus.gov.br/6o-forum-nacional-de-museus/>, acessado em 11/07/2022.

⁵⁹ É possível consultar a lista completa, no APÊNDICE C, deste trabalho.

Com isso, temos que nos eventos realizados no âmbito da Museologia, seja em palestras ou artigos publicados em anais de eventos, há temas que tangenciam a discussão sobre memórias e grupos historicamente marginalizados. Mas, nenhum destaque ao conteúdo específico do passado ditatorial brasileiro.

3.3.3 Artigos em periódicos científicos da Museologia

As revistas científicas desempenham papel destaque no cenário acadêmico. No Brasil, as publicações se pautam no rigor dos trabalhos apresentados, em normas e critérios uniformes e na revisão por pares, especialistas em cada tema abordado. As revistas são avaliadas a cada período, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio de critérios definidos em cada área do conhecimento⁶⁰, resultando nas classificações Qualis A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C, sendo a categoria A, a mais bem avaliada. Essa classificação tem contribuído com o fortalecimento dos periódicos, sobretudo quanto à credibilidade e visibilidade.

Por entender que as revistas científicas têm uma capacidade de alcance nacional e internacional e, que contribui com a democratização do acesso e a circulação dos saberes, buscamos realizar um levantamento de artigos sobre as memórias traumáticas da ditadura em períodos da área da Museologia.

Para a seleção das revistas que seriam consultadas, considerando o mesmo marco cronológico e palavras-chave já citadas anteriormente, optamos por buscar no Portal de Periódicos da CAPES/MEC aquelas correspondentes às Ciências Sociais Aplicadas - Museologia. A busca encontrou 17 periódicos, mas destes, apenas cinco (5) são revistas de portais brasileiros.

Visando a ampliar a busca, consideramos a indicação da Biblioteca da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), que em seu portal⁶¹, listou para seus consulentes, nove (9) revistas virtuais da área da Museologia. Cabe lembrar, que a UFRB não possui curso de pós-graduação em Museologia, mas desde o ano de 2003 possui curso de bacharelado em Museologia⁶². Ainda em um esforço de ampliação na busca por revistas na área da Museologia no Brasil

⁶⁰ Saiba mais em: <https://www.periodicosdeminas.ufmg.br/entenda-mais-sobre-o-qualis-periodicos/>, Acesso em 20/07/2022.

⁶¹ Disponível em: <https://ufrb.edu.br/bibliotecacahl/links-interessantes/2-uncategorised/28-periodicos-Museologia>. Acesso em: 14/06/2021.

⁶² Para saber mais, consulte: <https://www.ufrb.edu.br/cahl/cursos/museologia>. Acesso em 30/01/2022.

considerou-se a importância histórica e interdisciplinar de outros três (3) periódicos, que atualmente não foram avaliados pela Capes ou não possuem o sistema de classificação Qualis específico para a área da Museologia. São elas: o Anais do Museu Histórico Nacional, a Revista Brasileira de Museus e Museologia (MUSAS) e a Revista Cadernos do CEOM, de Chapecó. Totalizamos o levantamento de 17 revistas para nossa pesquisa, conforme tabela a seguir:

Quadro 08 - Relação de revistas científicas levantadas da área da Museologia no Brasil.

Periódicos da Museologia	
Nome do periódico	Instituição sede (se houver)
Anais do Museu Histórico Nacional: História, Museologia e Patrimônio	MHN
Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material	MP/USP
Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas	MPEG
Canindé: Revista do Museu de Arqueologia de Xingó	UFS
Ciência e cultura - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência da Universidade Estadual de Campinas	SBPC-Unicamp
MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia	-
Mouseion: revista do museu e arquivo histórico La Salle	-
Museologia & Interdisciplinaridade	UNB
Museu Oscar Niemeyer em Revista (MON)	-
Recôncavos - Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB
Revista “Cadernos do CEOM de Chapecó”	-
Revista CPC	USP
Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia	MAE-USP
Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio	PPG-PMUS Unirio MAST
Revista Eletrônica Jovem Museologia: Estudos sobre Museus, Museologia e Patrimônio	Unirio
Revista Musear	UFOP
Revista Museu Virtual	UFRJ

Fonte: Elaboração própria.

Desse total de revistas acadêmicas selecionadas, apenas 12 periódicos se enquadram nos critérios de especialidade, recorte cronológico e forma de pesquisa (online). As revistas: Canindé: Revista do Museu de Arqueologia de Xingó (UFS); Recôncavos - Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); Revista Eletrônica Jovem Museologia: Estudos sobre Museus, Museologia e Patrimônio (Unirio); Museu Oscar Niemeyer em Revista (MON); e Revista Musear (UFOP), não estavam disponíveis⁶³ ou não dispunham de publicações no nosso recorte cronológico. Das 12 revistas foram levantados **2.439** títulos de artigos e deste montante, apenas seis (**6**) títulos se conectam diretamente com nossa problemática, como podemos ver no quadro abaixo:

Quadro 09 - Relação dos estudos encontrados nas revistas selecionadas de Museologia.

Artigos de periódicos da Museologia	
Título	Autor(e)s
Educar em museus históricos: entre deveres e devires da memória	Carina Martins Costa
Políticas de patrimonialização evidenciam locais de conflito e luto	Chris Bueno
Formação em Museologia no Brasil e conquistas democráticas: a politização dos alunos do Curso de Museus na transição das décadas de 1960 – 1970	Ivan Coelho de Sá
Jornada “Lugares de Memória e Consciência em São Paulo”	Renato Cymbalista
Memoria musealizada: un estudio sobre los procesos de patrimonialización de memorias traumáticas en Uruguay y Brasil	Ana Maria Sosa e Maria Leticia Mazzucchi Ferreira
Museus e Memórias da Repressão e Resistência em Belo Horizonte: reflexões sobre o espaço construído na produção de lugares de memória	Felipe Eleutério Hoffman e Maria Guiomar da Cunha Frota

Fonte: Elaboração própria, a partir de pesquisa nos repositórios⁶⁴

⁶³ Para saber mais, consulte o Apêndice B que dispõe de mais informações sobre a busca empreendida.

⁶⁴ Cabe mencionar que no apêndice B há uma lista completa com a descrição da busca feita em cada portal referente as revistas em questão.

Importa sinalizar que deste material identificamos: quatro artigos científicos que trazem interessantes elementos para nossa discussão; um ensaio: “Lugares de Memória e Consciência em São Paulo”, de Renato Cymbalista e, um relato de experiência, sobre a patrimonialização de lugares de conflitos”, de Chris Bueno, no qual a autora apresenta olhares para a área do turismo. Neste bloco de estudos, nos deparamos com textos escritos por profissionais provenientes de distintas áreas de conhecimento, unidos pelo interesse temático de memórias traumáticas. Por serem estudos publicados em revistas específicas de Museologia é surpreendente o limitado uso de autores desse campo, seja nacional ou internacional.

Quadro 10 - Recorrência de autores nas categorias selecionadas, do Bloco de estudos de Revistas de Museologia.

BLOCO DO ESTUDO	Revistas em Museologia
Patrimônio e memória	
Nacional	Andréa Queiroz (1), Durval Muniz (1), Ecléa Bosi (1), José Reginaldo Santos Gonçalves (1), Leonardo Castriota (1), Sandra Pesavento (1), Ulpiano Menezes (1)
Internacional	Michael Pollak (2), Andreas Huyssen (1), Gabriel Peluffo (1), Llorenç Prats (1), Maurice Halbwachs (1), Paul Ricoeur (1), Pierre Nora (1), Susan Bock-Morss (1)
Museologia	
Nacional	Geralda Armond (1), Kátia Felipini Neves (1)
Internacional	Jennifer Carter (1), Terence Duffy (1)
Justiça de transição	
Não foram identificados registros	

Fonte: Elaboração própria

No referencial teórico chama atenção autores do campo dos estudos sobre memória, no cenário nacional e internacional e a ausência de diálogo com autores da Justiça de transição. Cabe registrar que, embora todos os artigos dialoguem com o tema da pesquisa, somente três estudos estão efetivamente focados em memórias traumáticas da ditadura: Sosa e Ferreira; Bueno e Frota e Hoffman.

3.3.4 Artigos de anais de eventos em áreas congêneres (História, Ciências Sociais e Antropologia)

Visando a reforçar a importância da interdisciplinaridade nos estudos museológicos, mas também ampliar o alcance do levantamento dos estudos sobre a temática convocada nessa dissertação, contemplamos a identificação de trabalhos acadêmicos publicados em áreas congêneres da Museologia. Focamos na produção feita em áreas que podem apresentar contrapontos importantes para a reflexão.

No Brasil, a Museologia integra a área de Comunicação e Informação, cujo Documento de área⁶⁵, elaborado pela Diretoria de Avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, informa:

Esta área diz respeito a fenômenos centrais da sociedade contemporânea e tem um importante papel junto à sociedade brasileira na produção de conhecimentos e na formação acadêmica de profissionais e pesquisadores, no sentido de propiciar uma percepção mais ampla da realidade e mobilizar práticas criativas e inovadoras. (...) Nessa perspectiva, as apreciações sobre a área evidenciam a responsabilidade acadêmico-científica de seu corpo de pesquisadores e pesquisadoras no sentido de responder às novas problemáticas sociais, envolvendo de modo multi/pluri, **inter e/ou transdisciplinar, áreas correlatas que contribuam para a compreensão de fenômenos sociais contemporâneos** [grifo nosso]. (2019, p.03)

É nessa perspectiva que Judite Primo (1999) também destaca a importância de que, no contexto de estudos museológicos, haja discussão com profissionais de áreas afins, para avanços da área da Museologia. Maria Cristina Bruno também é categórica ao defender a importância da interdisciplinaridade nos estudos museológicos, a exemplo dos estudos históricos e antropológicos, uma vez que “permitem ampliar a nossa compreensão sobre as distintas inserções dos museus e dos processos museológicos ao longo do tempo, em distintas sociedades (BRUNO, 2019)⁶⁶.

Considerando estas reflexões, realizamos o levantamento dos estudos desse bloco⁶⁷ nos anais dos eventos mais importantes das áreas da Antropologia (ABA), História(ANPUH) e Ciências Sociais no Brasil(ANPOCS), considerando a temática

⁶⁵ Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Diretoria de Avaliação. **Documento de Área 31: Comunicação e Informação**. Coordenador da Área: Edson Fernando D'Almonte. Coordenador Adjunto de Programas Acadêmicos: Fabio Assis Pinho. Coordenador Adjunto de Programas Profissionais: Jonathas Luiz Carvalho Silva. Brasília, 2019.

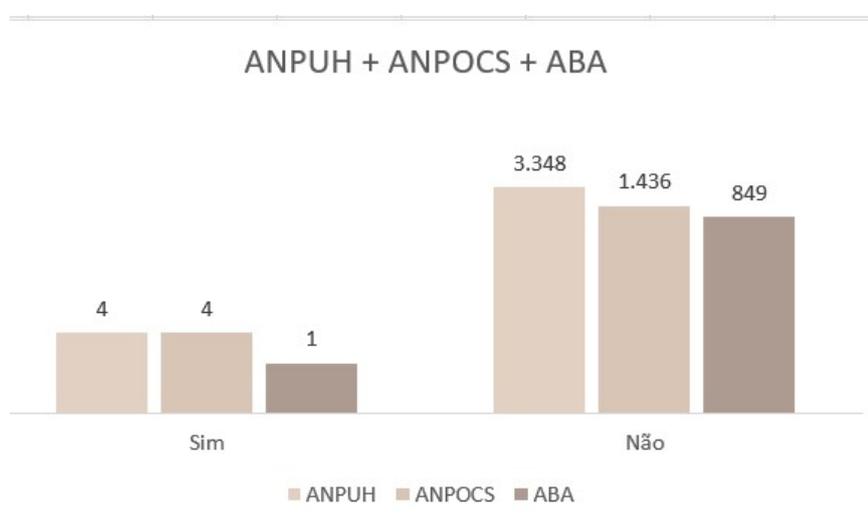
⁶⁶ Fala de Maria Cristina Bruno, durante o IV SEBRAMUS, 3h11m, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=J_05il3sB90&list=PLyk4r4kCzQwYDriZ55OK2u59AHN3vUPm8&index=2, acessado em 16/07/2022.

⁶⁷ Pesquisa realizada em artigos publicados até 15 de agosto de 2021 no Repositório da Capes.

das memórias traumáticas da ditadura, o mesmo marco temporal (2014-2020) e as mesmas palavras-chave já citadas nas seções anteriores.

Muitos estudiosos dessas áreas atuam em instituições museológicas brasileiras, assim como muitos estudantes de cursos de pós-graduações em Museologia são oriundos dessas áreas, havendo, portanto, uma intensa circulação de profissionais e pesquisadores de museus – dentre os quais museólogos – nestes campos que se dedicam, entre outros, a estudar a memória e as relações sociais. Vejamos a seguir um gráfico que ilustra o resultado dos dados encontrados.

Gráfico 01: Dados da pesquisa feita sobre estudos publicados pela ANPUH, ANPOCS e ABA



Fonte: Elaboração própria

No universo de 5.336 títulos de estudos, somente nove estudos possuem alguma correspondência temática com o tema abordado nessa dissertação, sendo apenas um, correspondente à área da Antropologia e os demais como visto na ilustração acima, quatro da História e quatro das Ciências Sociais. Os nove estudos encontrados são:

Quadro 11 - Relação dos estudos encontrados nos anais de eventos de áreas congêneres a Museologia

Produção de Anais de eventos de áreas congêneres	
Título	Autor(e)s
O passado que não passa: a sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina	Claudia Wasserman
Entre o passado e o presente: a memória militar sobre o golpe de 1964 nas páginas da Revista do Clube Militar	Adrielly Natharry Leite da Silva Oliveira
A invenção do passado e a construção do presente: imprensa e memória no longo fim da ditadura civil-militar (1974-1985)	João Batista Teófilo Silva
Compartilhando metodologias de preservação de memórias do passado recente: os arquivos de história oral em sítios de memória do Cone Sul	Ana Paula Brito
O complicado papel de vítima: a ressignificação da ditadura militar no contexto dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade	Vanessa Veiga de Oliveira e Rousiley Celi Moreira Maia
Lembrando o passado autoritário: memórias sobre a ditadura militar no Brasil	Barbara Goulart
(Re)construção da memória de repressão e resistências camponesas: reflexões sobre a Comissão Camponesa da Verdade	Sérgio Sauer e Regina Coelly Fernandes Saraiva
Os camponeses e o regime militar: reconstruindo memórias traumáticas	Marta Ciocari
Caso Vladimir Herzog: um debate sobre memória e simbolismo	Bárbara Rossin Costa

Fonte: Elaboração própria, a partir de pesquisa nos anais dos eventos: ANPUH, ANPOCS e ABA⁶⁸

Chama atenção o protagonismo da observação dos autores desses estudos, aos trabalhos da CNV, seja quanto a seus avanços, ou as pautas que foram pouco desenvolvidas pela Comissão. Da produção apresentada no quadro, somente o estudo de Bárbara Costa é um ensaio e os demais, artigos. Cabe mencionar que um deles é uma proposta de metodologia, que dispõe de observação participante, apresentando uma espécie de relato de experiências.

Partindo para uma breve análise do referencial teórico salta à vista operações que privilegiam uso de reflexões de historiadores no campo da memória e patrimônio nacional e internacional. De outra parte, verifica-se ausência de diálogo com autores da Museologia, o que poderia enriquecer, inclusive, as perspectivas do campo de observação.

⁶⁸ No apêndice D, consta mais detalhes da busca feita e os resultados de cada disciplina.

Quadro 12 - Recorrência de autores nas categorias selecionadas, do Bloco de estudos de Anais de eventos de áreas congêneres a Museologia

BLOCO DO ESTUDO	Artigos de Anais de eventos de áreas congêneres
Patrimônio e memória	
Nacional	Antônio Montenegro (2), Denise Rolemberg (2), Samantha Quadrat (2), Ecléa Bosi (1), Francisco Carlos Palomanes Martinho (1), Gregório Bezerra (1), Heloísa Cruz (1), Jeanne Marie Gagnebin (1), Kalina Silva (1), Márcia Motta (1), Maria Helena Capelato (1), Maria Paula Araújo (1), Nancy Magalhães (1), Regina Saraiva (1), Sérgio Sauer (1)
Internacional	Alessandro Portelli (2), Andreas Huyssen (2), Jacques Le Goff (2), Joel Candau (2), Maurice Halbwachs (2), Michael Pollak (2), Pierre Nora (2), Beatriz Sarlo (1), Costa Pinto (1), Elizabeth Jelin (1), Françoise Sironi (1), Hannah Arendt (1), James Yong (1), Paul Veyne (1), Ricard Vinyes (1), Walter Benjamin (1)
Museologia	
Nacional	Não foram identificados registros
Internacional	Não foram identificados registros
Justiça de transição	
Alexandra Baharona de Brito (1), Carlos Gallo (1), José Zamora (1), Ruti Teitel (1)	
Observação: O estudo de Bárbara Rossin Costa não faz uso de nenhuma citação de referências e o estudo de Wasserman é uma resenha, por isso faz uso de poucas citações de referências, usadas pelos autores dos textos sobre os temas.	

Fonte: Elaboração própria

selecionados pelos títulos, cinco estudos correspondentes a nossa busca, que ainda não haviam aparecido nos repositórios anteriormente mencionados.

Essa ampliação foi bastante positiva ao dar, mais uma vez, ênfase à interdisciplinaridade do tema relativo à ocupação da Museologia com as memórias traumáticas da ditadura no Brasil. Nesta busca foram encontrados estudos nas áreas da Ciência da Informação, Artes Visuais e Arquitetura.

Quadro 13 - Relação dos estudos encontrados no repositório da CAPES

Produção encontrada no Repositório da CAPES	
Título	Autor(e)s
Museus e Memórias da Repressão e da Resistência no Brasil: um Estudo Sobre Documentos, Justiça de Transição e os Espaços de Rememoração (Tese de doutorado)	Felipe Eleuterio Hoffman
As atuações e contribuições institucionais de artistas e intelectuais no campo das artes visuais durante o período da redemocratização brasileira (1974-1989) (Tese de doutorado)	Fabricia Cabral de Lira Jordão
Monumentos da Barbárie: arte, resistência e memórias da ditadura civil-militar no Brasil*	Aline Costa Souza
Presença na ausência: amnésias políticas e resistências poéticas na memória da ditadura civil-militar brasileira (1964-1981) (Tese de doutorado)	Adriana Cecilia Gianvecchio Santos
Lugares de Memória Difícil: Iniciativas de Preservação na Cidade de São Paulo	Marina Busson Machado e Silva
* Tese não disponibilizada pela autora, para publicação.	

Fonte: Elaboração própria, a partir de pesquisa no repositório da CAPES⁷⁰

Antes de avançarmos nos comentários sobre a produção desse bloco de estudos, cabe destacar que o estudo de Aline Costa Souza, uma tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Artes da UFMG, sob orientação da professora Maria Angelica Biassizzo, não está disponível⁷¹ para consulta. Por isso, os dados desse bloco se limitaram à análise de quatro estudos, sendo três teses de doutorado e um artigo.

⁷⁰ No apêndice E, é possível identificar o detalhamento dos dados identificados no resultado da pesquisa, listados.

⁷¹ Informação confirmada por e-mail com o PPG de Belas Artes da UFMG.

Sobre a análise do referencial teórico dos estudos disponíveis, cabe mencionar o protagonismo indiscutível de autores vinculados ao campo da memória e do patrimônio cultural, nacional e internacional.

Quadro 14 - Recorrência de autores nas categorias selecionadas, do Bloco de estudos do repositório da CAPES.

BLOCO DO ESTUDO	Estudos do Repositório da CAPES
Patrimônio e memória	
Nacional	<p>Ulpiano Menezes (4), Deborah Neves (3), Ecléa Bosi (2), Jeanne Marie Gagnebin (2), Joana Ferraz (2), Luciana Quillet Heymann (2), Márcia Chuva (2), Márcio Selligmann-Silva (2), Marilena Chauí (2), Adriana Buarque Holanda (1), Andrés Zarankin (1), Antonio Augusto Arantes (1), Carlos Zilio (1), Caroline Bauer (1), Daniela Arbex (1), Déa Fenelon (1), Francisco Alambert (1), Francisco Farias (1), Helenice Silva (1), Janaina Teles (1), José Reginaldo Santos Gonçalves (1), Letícia Julião (1), Márcia Santana (1), Maria Cecília Fonseca (2), Maria Clementina Cunha (1), Mary Rodrigues (1), Milton Nascimento (1), Priscila Cabral Almeida (1), Regina Abreu (1), Renato Cymbalista (1), Rodrigo Patto Motta (1), Silvana Rubino (1), Sônia Salzstein (1), Vera Dodebei (1)</p>
Internacional	<p>Andreas Huyssen (4), Pierre Nora (3), Theodor Adorno (3), Walter Benjamin (3), Elizabeth Jelin (2), Françoise Choay (2), George Didi-Huberman (2), Homi Bhabha (2), Jeanne Marie Gagnebin (2), Naidu Ereshnee (2), Beatriz Sarlo (1), Bronislaw Baczko (1), Gilles Deleuze (1), Giorgio Agamben (1), Hannah Arendt (1), Jacques Derrida (1), Jacques Le Goff (1), Jay Winter (1), Joel Candau (1), Judith Butler (1), Marc Augé (1), Marcelo Brodsky (1), Maurice Halbwachs (1), Michael Foucault (1), Michael Pollak (1), Néstor García Canclini (1), Paul Ricouer (1), Piere Nora (1), Stuart Hall (1), Suely Rolnik (1), Tzvetan Todorov (1), Zygmunt Bauman (1)</p>
Museologia	
Nacional	<p>Cristina Bruno (1), Manuelina Duarte Candido (1), Marcelo Mattos Araújo (1), Maria Helena Martins (1), Marília Xavier Cury (1), Mário Chagas (1), Mirian Sepúlveda dos Santos (1), Waldisia Russio (1)</p>
Internacional	<p>André Desvallées (1), François Mairesse (1), Jennifer Carter (1), Terence Duffy (1)</p>

Nas palavras mais marcadas no bloco, temos ênfase na discussão da pluralidade das memórias, com denotado acento nas violações aos direitos humanos da ditadura brasileira. As palavras arte, ativismo, acontecimentos e informação ajudam o leitor a perceber que os temas do bloco vinculam as memórias da ditadura com representações artísticas, criativas e contemporâneas, nessa relação entre esquecimento e memórias.

3.3.6 Panorama dos dados analisados nos estudos selecionados

Ao todo foi realizada a leitura e análise de 22 estudos acadêmicos, dos 23 levantados que se enquadram no marco cronológico e nos demais critérios estabelecidos. Isso porque um dos estudos, como mencionamos, não foi publicado no repositório do programa. Tendo sido possível o acesso a dados gerais compilados de 4 teses de doutorado, 3 dissertações de mestrado, 11 artigos e 04 ensaios/relatos de experiências. A busca em bases de dados se adequou ao tempo de pesquisa que se prevê para uma dissertação, e observou, como já descrito, o recorte cronológico entre 2014-2020, portanto limitado a 07 anos de produção.

Os dados analisados permitem concluir que a ótica da Museologia não é enfatizada nos estudos de memórias traumáticas. Poucos trabalhos estabelecem diálogos com autores desse campo. Ao olharmos o resultado das nuvens de palavras, formadas por blocos de análises, em nenhuma há registro “memórias traumáticas”, ou de conceitos correlatos. O próprio termo “traumática” só aparece em duas, das quatro nuvens de palavras, com tamanho consideravelmente reduzido, refletindo seu pouco uso nos resumos dos estudos.

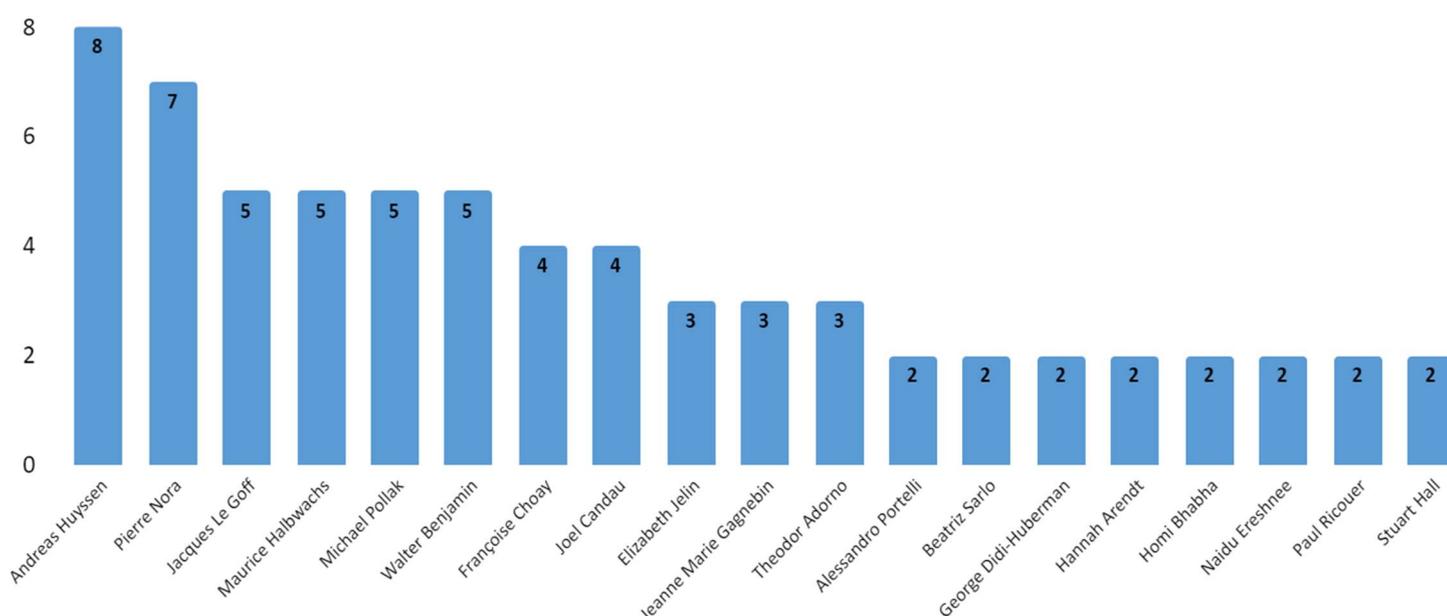
Outro destaque que vale salientar, sobretudo pensando em possíveis estudos vindouros sobre o tema, são os títulos de trabalho adotados por alguns pesquisadores que não expressam efetivamente a temática investigada. Assim sendo, se registra aqui, esta limitação da investigação.

Outra limitação da presente dissertação é que não foram analisados documentos do campo museológico, como cartas e documentos resultantes de encontros nacionais e internacionais, como a Mesa Redonda de Santiago (1972), da Declaração de Quebec (1984) e da Declaração de Caracas (1992), entre outras. Todos esses documentos foram citados na maioria significativa dos estudos

elaborados pelas dissertações de mestrado e artigos publicados em revistas da Museologia. Mas em nenhum estudo, os documentos, suas reflexões e impactos foram aprofundadas. Apontamos que esta é uma seara importante em trabalhos futuros sobre uma suposta Museologia de memórias traumáticas.

Ao analisar as principais referências teóricas para construção e desenvolvimento dos objetos de investigação das autoras e autores, nos distintos blocos de estudo, podemos apontar uma filiação teórica majoritariamente europeia na abordagem da memória e do patrimônio, como pode ser visto no Gráfico 02:

Gráfico 02: Relação quantitativa dos autores da categoria Memória e patrimônio internacional



Fonte: Elaboração própria⁷²

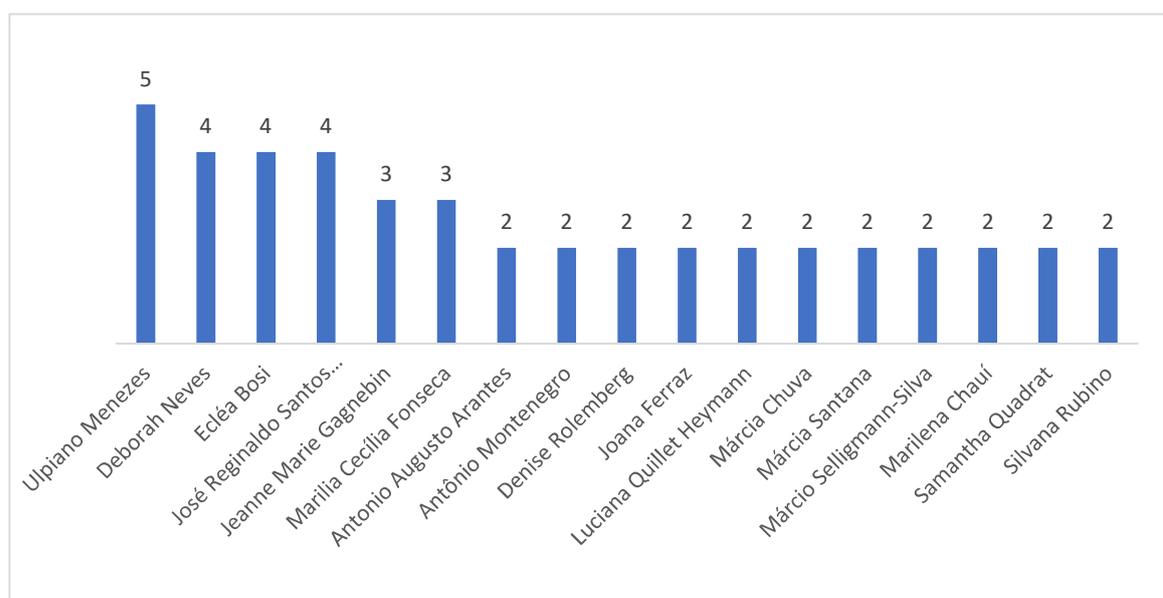
O que podemos visualizar no gráfico apresentado acima é um protagonismo de autores europeus do campo do patrimônio, e sobretudo da memória, para embasar análises sobre a ditadura brasileira. Cabe destacar o uso do conceito de “lugar de

⁷² Este e os demais gráficos apresentados a seguir, foram elaborados a partir do banco de dados organizado no programa Excel, contendo a compilação de uso de autores, nas respectivas categorias, em cada trabalho dos blocos de estudos analisados. No apêndice F é possível conferir a compilação individual de cada estudo feito e que a análise quantitativa da recorrência dos nomes dos autores, alimentou os gráficos desta sessão.

memória”, de Pierre Nora, tendo presença garantida em todos os blocos de estudos. Sublinha-se a limitação do uso das reflexões de Paul Ricouer, mencionado em apenas dois estudos, assim como da produção latino-americana, referenciada somente por duas autoras, Elizabeth Jelin e Beatriz Sarlo, ambas, argentinas. Jacques Le Goff, Maurice Halbwachs e Michael Pollak foram utilizados pelos estudos quase que como um protocolo de escrita sobre o tema de memórias traumáticas. As obras de Walter Benjamin, Adorno, Joel Candau, foram utilizadas em discussões a respeito das memórias dos vencidos, do dever de memória e mesmo do uso da memória para a não repetição. O diálogo com esses autores se deu invariavelmente referenciado em outros autores nacionais que comentam sobre as contribuições desses teóricos ao campo de investigação em questão.

A preponderância do uso de autores do campo da memória e do patrimônio, em detrimento de autores do campo da museologia, também ajuda a entender e elaborar que o eixo condutor de todos os trabalhos esteve mais centrado na memorialização da ditadura. Chamou a atenção autores brasileiros consolidados nas referências sobre memória e patrimônio cultural, como pode ser visto no Gráfico 03.

Gráfico 03: Relação quantitativa dos autores da categoria Memória e patrimônio nacional



Fonte: Elaboração própria

Essa representação do referencial teórico está em diálogo com a proposta de Brito (2019), de que a musealização sobre as memórias da ditadura no Brasil foram

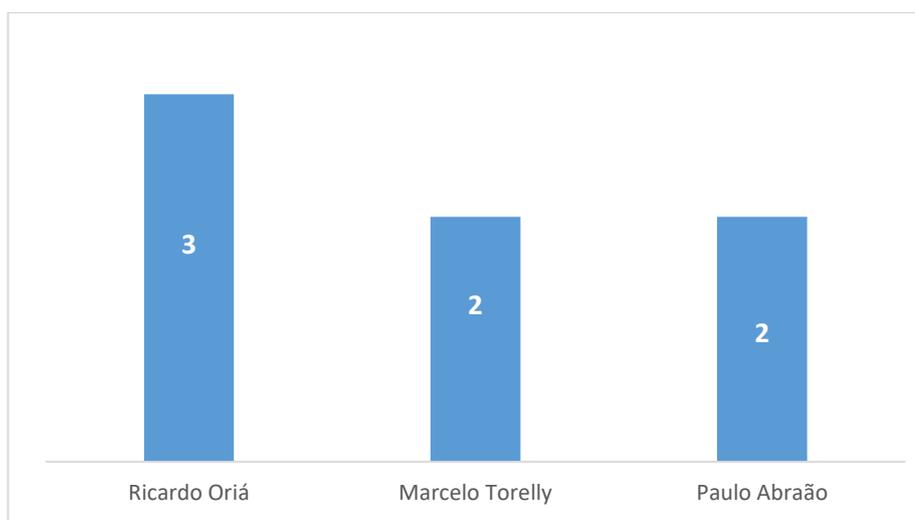
estabelecidas em processos que, em sua maioria, foram visibilizados, com ações de memorialização, seguidos de reconhecimentos de bens materiais imóveis vinculados a lugares que foram palcos de ações de repressão e resistência da ditadura, para então, em uma terceira fase de intervenção, se proceder processos curatoriais e museológicos.

Nesse cenário de autores nacionais vinculados ao campo da memória e do patrimônio cultural, o destaque é para a produção em História. Cabendo também mencionar que a obra de Ecléa Bosi, psicóloga, é consideravelmente citada nos estudos produzidos sobre memória por pesquisadores brasileiros. E dizer que a obra de Jeanne Marie Gagnebin, que é uma filósofa suíça, é posta nas referências nacionais, dada o reconhecimento da atuação da pesquisadora que residente e atua na produção do conhecimento no Brasil, desde meados da década de 1970, período em que ainda vigorava a ditadura no Brasil. Foram estabelecidos muitos diálogos entre a obra de Bosi e Gagnebin, para esmiuçar ideias propostas por Walter Benjamin.

Poucos estudos fizeram a conexão das discussões entre memória, patrimônio e Museologia, assim como foram raros aqueles que dialogam com o campo da Justiça de transição, também nomeado no âmbito social como campo da “Memória, verdade e justiça”. O mesmo se aplica às conexões entre a Museologia e a Justiça de Transição. Tal constatação é um indício sobre os limites da produção acadêmica na perspectiva interdisciplinar, ainda que o tema seja propício a esses diálogos entre áreas de conhecimento.

Dos autores citados do campo da Justiça de Transição, com índice de recorrência de no mínimo duas vezes, temos dois autores - Abraão e Torelly. Ambos integraram a coordenação da Comissão de Anistia e foram responsáveis por ações de políticas públicas de memória sobre o tema da ditadura no Brasil. E o autor mais citado é Ricardo Oriá, que é jurista e historiador, e possui diálogos estreitos com a Museologia, por sua atuação profissional de décadas na área da cultura, na Câmara dos Deputados, em Brasília.

Gráfico 04: Relação quantitativa dos autores da categoria Justiça de transição nos blocos de estudos.

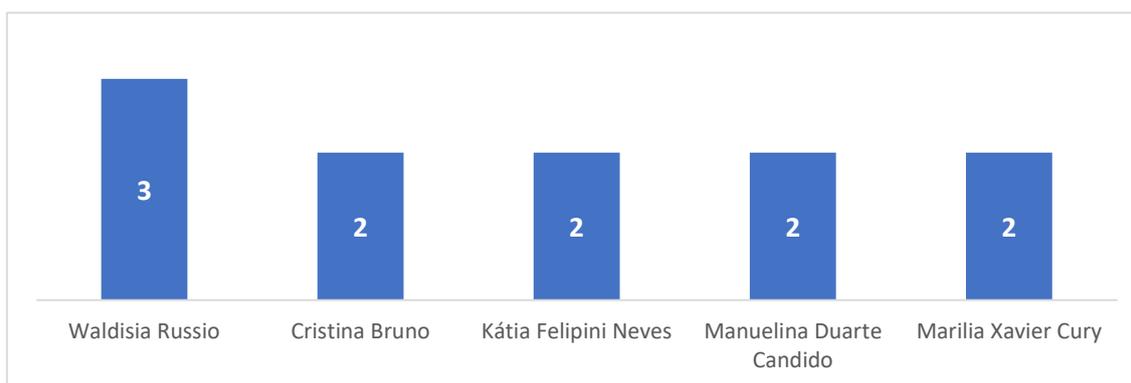


Fonte: Elaboração própria

Todos os três autores, em que pese serem de regiões diferentes do país, atuam em Brasília e, suas produções, em questão, tratam de temas que perpassam sobre ações de políticas públicas de memória, no âmbito da chamada “Justiça de transição”.

No contexto geral dos 22 estudos, verifica-se um uso ainda incipiente da produção da Museologia brasileira, mesmo em trabalhos produzidos por pesquisadoras e pesquisadores do próprio campo (Gráfico 05).

Gráfico 05: Relação quantitativa dos autores da categoria Museologia nacional



Fonte: Elaboração própria

A referência no gráfico é feminina, com predomínio de museólogas do Sudeste (Russio, Bruno e Cury) e do Nordeste (Felipini Neves e Cândido) do país.

Como no caso dos autores da Justiça de transição, a maioria possui denotada atuação na região sudeste, especificamente, na cidade de São Paulo.

A ocupação da Museologia, na produção acadêmica brasileira, com as memórias traumáticas da ditadura, em que pese ter já elementos suficientes para uma análise, ainda é incipiente. Por isso, cabe nas linhas finais deste capítulo, mais denso de dados obtidos dos trabalhos, encerrarmos esta observação dos fios, com cientificidade e resistência, compartilhando uma afirmação de Kátia Neves⁷³ que é, por sua vez, uma ponte com o próximo capítulo, vejamos: “Exposição temporária não é museu. Por isso, defendemos que a temática dos Direitos Humanos deve estar sempre na exposição de longa duração, em exposições itinerantes, nos diferentes programas, deve fazer parte da missão das instituições” (NEVES, 2019).

Nesta sintonia ressaltamos que as discussões sobre memórias socialmente traumáticas precisam ser mais provocadas e discutidas pela Museologia brasileira. Não sendo tarefa exclusiva dos setores expositivos ou de pesquisas dos chamados Sítios de Memória e Consciência. Os direitos humanos constituem, do ponto de vista ético, em um tema que cabe a toda e qualquer instituição museológica. E na academia, as pesquisas recentes em diversas áreas das ciências sociais e humanas, como as apresentadas em alguns blocos dos estudos, demonstram um avanço sobre a potência que é olhar para o passado, com lentes e metodologias de análise de diferentes disciplinas.

⁷³ Palestra “Democracia e Direitos Humanos: desafios para a Museologia e museus”, proferida pela museóloga Kátia Regina Felipini Neves no SEBRAMUS, 2019, minuto 48.

CAPÍTULO 4 – Museologia e Memórias traumáticas: perspectivas conceituais

Diversos países estão trabalhando com a preservação de suas memórias traumáticas, de violações do passado, com um grande esforço para estimular e provocar conexões com o presente. Memoriais, museus de sítio e Sítios de Memória e Consciência se espalham pelos continentes. Todos com o mesmo objetivo de preservar as memórias de violações massivas/coletivas a civis em seus países. Um dos desafios observado no contexto latino-americano e caribenho é, sem dúvida, ultrapassar a barreira de criar e manter instituições de memória e cultura que atuem para além da perspectiva do dever de memória exclusivo de homenagens às vítimas e denúncia aos perpetradores.

Pensando na diversidade de experiências de musealização de memórias de passados traumáticos na região e, especialmente, no caso brasileiro, temos um crescente interesse de pesquisadores de diferentes áreas das ciências sociais e humanas, investigando essas práticas de preservação e comunicação. Por isso, este capítulo está dedicado a discutirmos sobre a especificidade de olharmos para essas memórias peculiares, operando com uma Museologia que tenha como pressuposto o social, a ética e a resignificação da dor. Sem neutralidade possível quando o assunto é a vida e a dignidade da pessoa humana.

Considerando o levantamento e análise dos trabalhos apresentados no capítulo anterior, propõe-se analisar qualitativamente os 22 estudos identificados

como inscritos no campo da Museologia. No quadro a seguir é possível identificar essa produção, dividida pelos blocos dos repositórios da busca empreendida.

Quadro 15 - Relação dos 22 estudos que constituem o objeto da pesquisa.

PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE AS MEMÓRIAS DA DITADURA NO BRASIL (2014-2020)		
BLOCO	Dissertações de mestrado em Museologia	
Título do trabalho	Nome do autor(a)	Ano
O patrimônio imaterial sob a ótica dos museus: novas aproximações, perspectivas e rupturas	Karina Alves Texeira	2014
As instâncias da gestão de museus vinculados ao Governo da Bahia: uma análise das políticas e das ações socioculturais e educativas de 1967-2013	Maria de Fátima dos Santos	2015
Organizações sociais de cultura: um modelo de gestão sob o ponto de vista da Museologia – Um estudo de caso do Memorial da Resistência de São Paulo	Bianca Corazza	2017
BLOCO	Artigos das revistas da Museologia	
Título do trabalho	Nome do autor(a)	Ano
Educar em museus históricos: entre deveres e devires da memória	Carina Martins Costa	2019
Políticas de patrimonialização evidenciam locais de conflito e luto	Chris Bueno	2019
Formação em Museologia no Brasil e conquistas democráticas: a politização dos alunos do Curso de Museus na transição das décadas de 1960 – 1970	Ivan Coelho de Sá	2019
Jornada “Lugares de Memória e Consciência em São Paulo”	Renato Cymbalista	2015
Memoria musealizada: un estudio sobre los procesos de patrimonialización de memorias traumáticas en Uruguay y Brasil	Ana Maria Sosa e Maria Leticia Mazzucchi Ferreira	2014
Museus e Memórias da Repressão e Resistência em Belo Horizonte: reflexões sobre o espaço construído na produção de lugares de memória	Felipe Eleutério Hoffman e Maria Guiomar da Cunha Frota	2018

BLOCO	ARTIGOS PUBLICADOS EM EVENTOS DE ÁREAS AFINS: ANPUH, ANPOC, ABA	
Título do trabalho	Nome do autor(a)	Ano
O passado que não passa: a sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina	Claudia Wasserman	2014
Entre o passado e o presente: a memória militar sobre o golpe de 1964 nas páginas da Revista do Clube Militar	Adrielly Natharry Leite da Silva Oliveira	2015
A invenção do passado e a construção do presente: imprensa e memória no longo fim da ditadura civil-militar (1974-1985)	João Batista Teófilo Silva	2015
Compartilhando metodologias de preservação de memórias do passado recente: os arquivos de história oral em sítios de memória do Cone Sul	Ana Paula Brito	2017
O complicado papel de vítima: a resignificação da ditadura militar no contexto dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade	Vanessa Veiga de Oliveira e Rousiley Celi Moreira Maia	2018
Lembrando o passado autoritário: memórias sobre a ditadura militar no Brasil	Barbara Goulart	2016
(Re)construção da memória de repressão e resistências camponesas: reflexões sobre a Comissão Camponesa da Verdade	Sérgio Sauer e Regina Coelly Fernades Saraiva	2015
Os camponeses e o regime militar: reconstruindo memórias traumáticas	Marta Cioccarri	2015
Caso Vladimir Herzog: um debate sobre memória e simbolismo	Bárbara Rossin Costa	2019
BLOCO	ARTIGOS E TESES ENCONTRADOS NO REPOSITÓRIO DA CAPES	
Título do trabalho	Nome do autor(a)	Ano
Museus e Memórias da Repressão e da Resistência no Brasil: um Estudo Sobre Documentos, Justiça de Transição e os Espaços de Rememoração	Felipe Eleuterio Hoffman	2020
As atuações e contribuições institucionais de artistas e intelectuais no campo das artes visuais durante o período da redemocratização brasileira (1974-1989)	Fabricia Cabral de Lira Jordão	2018
Presença na ausência: amnésias políticas e resistências poéticas na memória da ditadura civil-militar brasileira (1964-1981)	Adriana Cecilia Gianvecchio Santos	2015
Lugares de Memória Difícil: Iniciativas de Preservação na Cidade de São Paulo	Marina Busson Machado e Silva e Andréa de Oliveira Tourinho	2019

Fonte: Elaboração própria

Para traçar e analisar o quadro teórico-conceitual das pesquisas encontradas, é preciso compreender primeiramente algumas vertentes do pensamento museológico que fomentam a produção de conhecimento associando a Museologia ao trabalho com memórias traumáticas. Vale notar que grande parte dos estudos analisados se manifesta tributário dessas vertentes, ao que veremos ao final do tópico com relação aos autores dos estudos e suas vinculações com essas vertentes do pensamento museológico.

4.1 A viragem no pensamento da Museologia: Nova Museologia, Sociomuseologia, Museologia Crítica e Museologia do Afeto

O museólogo croata Tomislav Sladojević Šola tem uma analogia muito didática para explicar a Museologia. Ele diz que do mesmo modo que a pedagogia não é a ciência das escolas e a medicina não é a ciência dos hospitais, a Museologia também não é a ciência dos museus. Não iremos aqui fazer um levantamento dos principais teóricos da Museologia, nem historicizar o surgimento deste campo. Mas interessa situar o universo do debate, instigando a discussão sobre a importância do reconhecimento de novas práticas museais, já amplamente debatido no contexto de reivindicações que emergiram com maior fôlego desde a Mesa Redonda de Santiago do Chile, realizada em 1972.

Resultado deste encontro, a declaração da mesa de Santiago foi muito citada nos trabalhos estudados que são objeto desta dissertação. Mas nenhum aprofundou sua contribuição para as frentes de estudos da Museologia enquanto disciplina. A literatura sobre a teoria museológica registra que foi a partir dos anos 60 e 70 que a Museologia foi “ocupando lugar no sistema de conhecimento, a ser pensada não apenas como trabalho prático, mas também como ciência” (ALVES, SCHEINER, 2012, p.2).

Vários teóricos atuaram nos debates, sobretudo, a partir do final dos anos de 1970, junto ao Comitê Internacional de Museologia-ICOFOM, do Conselho Internacional de Museus, na tarefa de conferir estatuto científico à Museologia. Um dos protagonistas nessa empreitada foi o tcheco Zbynek Stránský (1980), que junto com outros teóricos da área, questionava: seria a Museologia ciência ou apenas trabalho prático? A questão coletiva, assumida pelo ICOFOM no final dos anos de

1970 e início dos anos de 1980, nomeia a primeira publicação do Comitê, de 1980, delineando as reflexões teóricas para esta disciplina científica que se formara⁷⁴.

Para Stránsky (1980) a Museologia abrange um campo específico de estudo, focalizado no fenômeno museu, que confronta a teoria e a prática, possuindo uma linguagem e métodos específicos. O museólogo tcheco assinalou importantes críticas às características estruturais da Museologia, sobretudo entre 1965 e 1995, quando, de acordo com Bruno Brulon (2017, p.403), engendrou a fundamentação teórica necessária para o “início de uma reflexão científica e social para a Museologia”. A discussão a respeito do estatuto científico da Museologia esteve notadamente concentrada no Leste Europeu, sobretudo no fins do século XX, segundo Anna Leshchenko (2017, p. 120). Para a autora a ideia de musealidade, proposta por Stránský, em um primeiro momento, como objeto de estudo da Museologia, levou ao desenvolvimento da Museologia em nível científico.

Pode-se sugerir que a Museologia é uma disciplina ainda jovem, cujos termos e conceitos, de acordo com Alves e Scheiner (2012, p.4), encontram-se em fase de pesquisa e de calorosos e polêmicos debates. Apesar dessa avaliação, há de se reconhecer a grande contribuição da publicação, em 2011, do *Dictionnaire Encyclopédique de Muséologie*, sob a direção de André Desvallées e François Mairesse. Por isso, acompanhamos a reflexão de Pedro Manoel Cardoso, ao dizer que:

Torna-se difícil, portanto, encontrar na contemporaneidade uma resposta adequada para a pergunta “o que é a Museologia”. (...) Durante o percurso histórico houve muitos objetos, muitos usos e muitos valores patrimoniais, e no futuro, certamente, muitos outros hão de surgir (CARDOSO, 2014, p. 127-143).

Os movimentos a que o autor se refere, dizem respeito a intensos debates que puseram a Museologia, enquanto disciplina, em escrutínio nas últimas décadas. Movimentos cujos debates abriram espaço para observar a necessidade de ampliar a delimitação da prática museológica. Para a museóloga brasileira, Cristina Bruno (2006), a Museologia:

[...] pode colaborar com a sociedade contemporânea, na identificação de suas referências culturais, na visualização de procedimentos preservacionistas que as transformem em herança patrimonial e na implementação de processos comunicacionais que contribuam com a

⁷⁴ *Museological Working Papers* – MuWoP n.1 (1980); e *Museological Working Papers* – MuWoP n.2 (1981).

educação formal. [...] Trata-se, portanto, de uma área do conhecimento que estabelece ligações cognitivas e afetivas entre as referências patrimoniais e os diferentes segmentos da sociedade contemporânea (BRUNO, 2006, p.7-14).

Podemos sugerir que esse entendimento da Museologia é resultado de muitas lutas, de movimentos sociais e de pensadores, que defendiam a importância das questões sociais pensadas para essa disciplina. Esta perspectiva da Museologia, comunicada por Bruno, destaca a sua função social e sua metodologia. Mas para se chegar até essa possibilidade de pensamento, é preciso destacar a atuação crítica do Movimento Internacional para uma Nova Museologia, que teve na Mesa de Santiago do Chile (1972) a base de seu arcabouço reivindicativo. Essas discussões trouxeram novas reflexões para o pensar museológico, oriundas, sobretudo, de movimentos sociais. Nesse contexto, novos parâmetros se estabeleceram para pensar o papel, a metodologia e o escopo da Museologia, rompendo com o pensamento vigente e com as organizações que conduziam a organização do pensamento museal internacional.

De acordo com Leshchenko (2017) as discussões evidenciaram que a perspectiva aventada por Stranský sobre o objeto a Museologia, não era consenso entre os estudiosos da área. E foi na efervescência dessa discussão que a Nova Museologia se estabeleceu como um movimento político.

Nos estudos que compõem o objeto desta investigação, como já seria esperado, as dissertações produzidas em programas de mestrado em Museologia e os artigos publicados em revistas acadêmicas da Museologia, são onde encontramos mais referências à teoria da Museologia. Poucos dos estudos produzidos nas áreas congêneres discutem conceitos museológicos.

A maioria das abordagens teóricas da Museologia identificadas fizeram referências à Nova Museologia e à Museologia Crítica. Por isso, parece importante situar a discussão, ainda que brevemente, sobre essas vertentes teóricas do campo museológico, antes de avançarmos na discussão das correlações entre a Museologia e as memórias traumáticas, apresentadas nos estudos analisados.

4.1.1 Nova Museologia

A museóloga portuguesa Alice Duarte afirma que foi nos anos 1980 que a Nova Museologia se estabeleceu como uma “designação elaborada para traduzir a

viragem teórica e reflexiva” da Museologia (2013, p.108). O museólogo espanhol Jesus Pedro Lorente (2006, p.04) afirma que a discussão francófona da *Nouvelle Muséologie* foi assumida inicialmente por “ativistas profissionais de museos” e se dedicou, sobretudo, a analisar as novas experiências produzidas nos ecomuseus. Enquanto a *The New Museology*, discutida sobretudo no Reino Unido, estava orientada para análises da relação dos visitantes com o museu, sobretudo em museus de arte e centros de arte contemporânea.

A Nova Museologia se alimentou da prática em diversas instituições museológicas para produzir um novo pensamento, inaugurando uma potência teórica da Museologia, a partir de reflexões da prática. O chamado Movimento Internacional pela Nova Museologia colocou em evidência as perspectivas distintas entre a Museologia de orientação francófona e a de orientação anglófona. Ambas se nutriram de uma prática reflexiva. Vejamos o que registra Alice Duarte sobre o tema:

Considerando globalmente as vertentes francófona e anglo-saxônica da Nova Museologia, as suas diferenças revelam-se sobretudo ao nível das respectivas fontes teóricas de apoio, já que na primeira surge mais relevante a presença dos profissionais de museu e a sua ligação aos respectivos organismos internacionais, enquanto na segunda é mais preponderante o peso de acadêmicos e a sua ligação à instituição universitária (DUARTE, 2013, p.112).

Entende-se que a Nova Museologia se constituiu nos anos 1980 como um movimento de cisão em relação às discussões fomentadas pelo ICOM. Não estando preocupada em conferir estatuto científico à Museologia, sua preocupação estava mais centrada em reflexões em torno de novos sujeitos e novos patrimônios no cenário museal.

De acordo com Judite Primo (2014, p.8), a Nova Museologia “convoca os sujeitos sociais a intervir ativamente e a resistir aos determinismos da História dos heróis e do passado glorioso que exclui suas habilidades e seus conhecimentos”. Com maior fôlego internacional, desde o último encontro do ICOM, realizado em agosto de 2022 na cidade de Praga, está em discussão a criação de um comitê internacional de Museologia Social, no âmbito do ICOM, percebida como herdeira do movimento da nova museologia.

As discussões atuais sobre Museologia Social e as novas vertentes que também veremos mais adiante e, que aparecem nos estudos, tem um entendimento da Nova Museologia como propulsora de questões basilares da relação da Museologia com questões sociais do presente. E nesse espírito de criticidade, outra

vertente que aparece nos estudos e que marcaram esse movimento de viragem da Museologia é a Museologia Crítica.

4.1.2 Museologia Crítica

Carla Padró (2003, p.74) afirma que a Museologia crítica defende o conhecimento a partir de uma postura interdisciplinar, contextualizada, política, reflexiva e emancipadora. A partir do entendimento da autora, temos que a perspectiva teórica da Museologia Crítica está preocupada em estimular uma ativação da Museologia, que seja capaz de fomentar instituições democráticas, pondo em destaque os museus, a partir da análise da cultura institucional. Padró observa que a literatura que deu base a esta perspectiva da Museologia, coloca em pé de igualdade os estudos de casos institucionais e as reflexões teóricas produzidas na Academia. Acompanhamos a autora quando afirma que:

[...] la practica forma parte de la teoria y vice-versa y que la investigación puede ser también investigación en la acción. [...] la importancia de reconocer la Museologia desde la interconexión de distintas culturas en tensión, mas que desde la dicotomia entre conocimiento experto (forjado en la universidad) y conocimiento práctico (forjado en el museo) (PADRÓ, 2003, p.61 - 63).

Esta perspectiva ressalta a necessidade de promover um conhecimento com postura interdisciplinar, contextual, política, reflexiva e emancipadora. Acompanhando as reflexões de Carla Padró (2003), de que este pensamento tem contribuído com o avanço do pensamento museológico, remarcamos, entre outros aspectos, a importância de:

- Dar as boas-vindas a olhares polifônicos;
- Promover o trabalho em equipe para o intercâmbio profissional;
- Fomentar políticas de diálogo entre contextos museológicos e outros contextos culturais.

Estas perspectivas visam integrar reflexões teóricas e práticas, de modo que a Museologia esteja aberta a analisar múltiplas possibilidades de experiências museológicas.

Temos que os aspectos da Museologia crítica - interdisciplinaridade, contextualização, reflexão e emancipação - são particularmente importantes de serem considerados na ocupação da Museologia com as memórias de passados

traumáticos. Haja vista que reconhece e valoriza a Museologia desde sua vocação indagadora e polifônica.

A discussão dessas abordagens teóricas nos ajuda a pensar o tema da presente pesquisa, na medida em que nos demonstra que a produção do conhecimento se nutre das experiências, e que a produção forjada em meio a uma prática reflexiva é muito importante de ser analisada visando o fortalecimento da Museologia.

Nesse sentido as discussões fomentadas e convocadas pela Nova Museologia e pela Museologia Crítica fortaleceram a emergência de muitas outras vertentes da Museologia. E observando desde nosso conteúdo temático (memórias traumáticas), cabe mencionar mais duas outras vertentes em desenvolvimento e profusão no contexto lusófono de estudos: a Sociomuseologia e a Museologia do Afeto.

4.1.3 Sociomuseologia

Para alguns pesquisadores pode parecer difícil falar de Sociomuseologia sem abordar a Museologia Social. Isso porque é possível encontrar alguns trabalhos produzidos por museólogos brasileiros, em que a Sociomuseologia é posta como sinônimo da Museologia Social, ou usada de modo indistinto. Mas há diferenças dessas vertentes de estudos da Museologia. Ambas possuem a interdisciplinaridade como evidência, pois reconhecem a importância da contribuição de outras disciplinas para sua reflexão.

Acompanhando essa interdisciplinaridade, trazemos as reflexões do sociólogo Átila Tolentino (2017, p.82) para demarcar que “É verdade que elas [a Museologia Social e a Sociomuseologia] se nutrem mutuamente, interpenetram entre si e entrelaçam-se quase que numa simbiose, mas não se podem confundir”. Tolentino, que é um pesquisador e profissional que atua no campo museológico com museus comunitários, entre diversos outros autores brasileiros no campo das ciências sociais e humanas, tem se dedicado a apresentar as interfaces e diferenças entre a Sociomuseologia e a Museologia Social.

De suas reflexões, nos interessa destacar a perspectiva de enxergar a Museologia Social como uma prática museológica. Para o autor, na Museologia Social tem:

[...] as funções básicas de um museu, como preservar, pesquisar e comunicar, que devem ser executadas de forma participativa, os sujeitos sociais são a preocupação primeira, bem como os problemas sociais, econômicos, políticos e ambientais enfrentados pelas comunidades, com vistas à luta e à busca por seu desenvolvimento sociocultural (TOLENTINO, 2017, p.83).

Assim, na Museologia Social lidamos com uma museologia aplicada. Mas considerando o tema central percorrido e identificado no nosso objeto de estudo (as memórias traumáticas da ditadura brasileira), nos interessa particularmente ressaltar a Sociomuseologia, nessa trajetória da viragem dos estudos museológicos. E para entender a Sociomuseologia, recorreremos a um dos teóricos mais expoentes sobre o tema: Mario Moutinho. Suas ideias foram fundamentais para o fortalecimento da Sociomuseologia na região ibero-americana. Para este pensador português, trata-se de uma área disciplinar de ensino, investigação e atuação, que privilegia o papel da Museologia para o desenvolvimento da humanidade.

O que caracteriza a Sociomuseologia não é propriamente a natureza dos seus pressupostos e dos seus objetivos, como acontece em outras áreas do conhecimento, mas a interdisciplinaridade com que apela a áreas do conhecimento perfeitamente consolidadas e as relaciona com a Museologia propriamente dita (MOUTINHO, 2014, p. 423).

Essa abordagem e ativação convocada pela Sociomuseologia, nos mobiliza e estimula a buscar reflexões e metodologias que possam contribuir para a existência de uma nova manifestação e prática reflexiva para os estudos museológicos. Tendo como escopo temático violências, traumas, reparações, mas também, valendo-se de outras áreas do conhecimento interdisciplinar, para sua aplicação social preservacionista e de comunicação.

Interessa contemplar e adentrar na janela da Sociomuseologia, sobretudo por que ela ressalta a importância da função social não apenas do museu, mas também da Museologia. Esta vertente de pensamento museológico põe ênfase em um consistente convite, para que a comunidade internacional aceite as novas tipologias de museus. De modo que a Museologia se abra cada vez mais a novas perspectivas de atuação e estudos museológicos.

Lynne Teather (2012), ao discutir sobre o campo de estudo da Museologia, no âmbito curricular e no campo da atuação profissional, nos provoca a que,

enquanto museólogos, estejamos atentos para ao lidar com o passado, dispor de uma responsabilidade com a memória e com o amanhã.

A autora nos convoca a ir além da discussão de conceitos teóricos e práticos, assumindo o desafio de operar uma prática reflexiva crítica, para lidar com as diversas possibilidades de estudos museológicos (TEATHER, 2012. p.101).

4.1.4 Museologia do Afeto

No bojo de ampliação dos estudos museológicos, sobretudo no caso brasileiro, outro diálogo de proximidade que podemos estabelecer nessa revisão sobre uma viragem do pensamento museológico é em relação a Museologia do Afeto, que tem sido discutida desde o encontro do Movimento Internacional para uma Nova Museologia-MINOM, que se reuniu em Assembleia realizada na cidade do Rio de Janeiro, durante o ano de 2013. Do encontro saiu uma declaração, a Declaração do Rio⁷⁵, na qual se põe ênfase em que defendamos:

[...] uma Museologia com intenção de mudança social, política e econômica, a partir da mobilização social, por intermédio de um processo de conscientização vinculado à memória e que reconhece as tensões e os vários tipos de violências sofridas pelos seres e agentes portadores de memória [...] uma museologia sensível e compreensiva, constituída de novas formas de afetividade, respeito mútuo e indignação.

Assumindo a brevidade da consideração sobre essa vertente, queremos ressaltar que no processo de imersão no trabalho com memórias traumáticas, há muitas variáveis que envolvem o tema e o pesquisador, que, os princípios e preocupações da Museologia do afeto, tem contribuído. Dando relevo ao fato de que encerrar um expediente de trabalho com essas memórias, não é tarefa fácil para os profissionais. Partindo do entendimento que esta não é uma tarefa de que se possa atravessar incólume, cabe estimular uma ampliação da preocupação, apresentada pelo MINOM sobre o afeto e a capacidade de escuta na Museologia, seja para os consumidores como os produtores desse saber, vinculado a memórias de traumas.

Em muitos dos estudos analisados nesta dissertação, destaca-se a emoção e o sentimento do pesquisador/pesquisadora em seu processo investigativo. Carina Costa (2019) em reiterados trechos, pontua “doloroso saber”, “revoltante

⁷⁵ No Apêndice G é possível consultar cópia da Declaração do RIO-2013 Museologia do Afeto, na íntegra.

reconhecer”, Hofman (2020) afirma “Forçoso reconhecer”, entre outros autores que durante o processo de comunicação do resultado da pesquisa, não se limitou ao conteúdo, mas também incluiu sentimentos frente aos desafios do percurso metodológico dos estudos.

Abrindo um parêntese para também pontuar um desafio durante a escrita deste trabalho de investigação, cabe mencionar que na escrita do primeiro capítulo desta dissertação, a experiência foi de travamento durante meses, a escrita ficou “presa” na história de Inês Etienne Romeu e a Casa da Morte, mesmo essa já sendo uma história de violências conhecida. Foi doloroso saber uma vez mais e escrever sobre o caso de Inês Romeu. De modo que se registra essa emoção pois ela comunica e também preocupa. Estas emoções não são algo que possa ser menosprezado no âmbito dos estudos da ocupação da Museologia com as memórias traumáticas da ditadura e de outras violências.

4.2 As vertentes e os estudos analisados

No universo de 22 estudos, divididos em blocos, é interessante sinalizar que somente quatro trabalhos fizeram ponderações sobre essas dimensões museológicas. E merece destaque, o fato de que no bloco relacionado a trabalhos publicados em anais de eventos de áreas congêneres, além de não dispor de uso de autores do campo da Museologia, como vimos no capítulo anterior, nenhum estudo apontou alguma dimensão da Nova Museologia, Museologia Crítica ou outra vertente, das que apontamos anteriormente. Dos estudos que compõem nosso objeto de análise, manifestaram-se tributários, mais declaradamente, os trabalhos de Teixeira (2014), Santos (2015), Hoffman e Frota (2018) e Hoffman (2020).

No estudo de Hoffman (2020) o autor destaca o papel da Nova Museologia para discussão teórica sobre a análise das memórias vinculadas a traumas históricos, como a ditadura no Brasil. O autor apontou a Nova Museologia como “uma Museologia socialmente engajada” (HOFMAN, 2020, p.97). Perspectiva que se aproxima do que encontramos no estudo de Santos (2015, p.78) quando a autora defende que a Museologia atue com a educação, pois esta é “[...] considerada uma ferramenta de transformação social dos indivíduos, devendo, nesse sentido, ser estimulada por meio de ações artísticas inerentes à cultura local, seguindo as orientações da Nova Museologia”. No estudo de Frota e Hoffman (2018), os autores

põem ênfase na Nova Museologia como responsável pela consciência de que os museus precisam ser lugares de escuta.

Claramente influenciados pelas novas práticas museológicas trazidas pelo movimento da Nova Museologia, assumem uma postura quase que terapêutica, em que o museu coloca-se no papel de escutar as comunidades envolvidas, desde questões pessoais, a situações de injustiça social. A partir de então atuam como ferramenta ou instância para o engajamento de seu público (FROTA E HOFMAN, 2018, p. 48).

Já o estudo de Teixeira (2015) defende a Museologia crítica, como sendo a mais adequada para o trabalho com memórias de passados traumáticos. Para a autora: “A museologia compatível com tantas inovações e démarches é a museologia crítica, junto com os museus de comunidade. Estes abrem campo para perspectivas mais abertas, transcendendo as categorias tradicionais de coleção” (2015, p.127). Apesar disso, a autora não faz uso de nenhum autor/a da Museologia crítica e opera muito timidamente com os elementos discutidos por essa vertente museológica.

A Sociomuseologia aparece no estudo de Teixeira (2015, p.44), como herdeira do Movimento da Nova Museologia, enfatizando que ela retoma os paradigmas da Mesa de Santiago do Chile (1972) para reposicionar os museus para uma função social “a serviço da sociedade”. Já Hoffman (2020), destaca que no âmbito do papel social fomentado pela Sociomuseologia, há um “[...] estímulo à reflexão e ao pensamento crítico nas instituições museais e a afirmação da comunicação como uma das funções principais destas instituições”. O autor continua afirmando que:

Fundamentalmente devido aos impulsos de renovação gestados nas décadas finais do século XX, com a criação de um movimento por uma Nova museologia e das perspectivas de uma Sociomuseologia, Museologia social ou ainda Museologia crítica modifica-se por completo o percurso das reflexões teóricas que se convencionou chamar de Museologia. Estes movimentos resultam em um destaque do papel social da Museologia, da necessidade de integração do patrimônio cultural e ambiental, na afirmação da função socioeducativa do museu, no estímulo à reflexão e ao pensamento crítico nas instituições museais e a afirmação da comunicação como uma das funções principais destas instituições (HOFFMAN, 2020, p.53).

Interessa observar que autores como Teixeira e Hoffman, fazem uso em suas referências de autores que produzem no âmbito da Sociomuseologia, sem, no entanto, aprofundar em questões e operar com seus métodos de pesquisa dos estudos sociomuseológicos.

Em linhas gerais, nos estudos analisados, podemos pontuar que os princípios trazidos pela Nova Museologia, são apresentados como uma espécie de chave que abre as portas da discussão de memórias traumáticas, no território investigativo da Museologia, em interface com outras disciplinas. E que no bojo de uma emergência por novos questionamentos para este campo disciplinar, as práticas de musealização das memórias da Ditadura brasileira podem contribuir com o fortalecimento da Museologia.

No Brasil, cuja base teórica da Museologia foi construída a partir das discussões francófonas, a partir da década 2000 houve uma intensificação da ativação de diversos sujeitos sociais, no processo de preservar as memórias da repressão e da resistência à ditadura. E essa ativação tem sido analisada no âmbito da Museologia brasileira, ainda que timidamente e que queremos potencializar, a partir das compilações e provocações desta dissertação. Vejamos a seguir, os que os estudos compilados nos dizem sobre o perfil das instituições dedicadas às práticas e aos interesses da preservação das memórias do passado traumático da ditadura no Brasil.

4.2.1 Tipologia e conceituação das instituições

Os estudos que são objeto da pesquisa nomeiam as instituições dedicadas às memórias traumáticas da ditadura no Brasil de modos distintos. Essa divergência na nomenclatura é indicativa de diferentes concepções institucionais, implicando quase sempre um acento em um ou outro aspecto do processo de musealização. Mas antes de avançar na identificação e discussão desses conceitos, em diálogo com as perspectivas apontadas nos trabalhos, interessa ressaltar que, do ponto de vista da Museologia, todas as nomenclaturas identificadas estão vinculadas com o trabalho de memória e a musealização de um passado socialmente traumático. E a diversidade de possibilidades de trabalho museológico com essas memórias, sem dúvida, é uma das principais peculiaridades dessa operação.

No estudo produzido por Teixeira (2014), a autora cita várias possibilidades de nomenclatura das instituições que lidam com as memórias de passados traumáticos, destacando: museus-memoriais, museus de memória, sítios de consciência, museus de direitos humanos, museus de resistência, museus de paz ou museus antiguerra. Em seu estudo, Hoffman também vai na mesma direção, e

registra essas várias possibilidades de nomeação, trazendo também, em seu estudo, o alcance internacional do debate a respeito desse "novo" perfil de museus (2020, p. 95).

Quando teve como foco os registros nacionais de nomeação, a partir dos relatórios das comissões estaduais da verdade existentes no Brasil, é possível identificar no estudo de Hoffman (2020) por repetição os termos: espaço de memória e memorial.

Quadro 16 - Relação de nomes para instituições encontradas nas recomendações dos relatórios de comissões da verdade, listadas no estudo de Hoffman, 2020

Recomendações dos relatórios das Comissões Estaduais da Verdade		
Estado	Nomeclaturas	
Amapá	Centro de memória e verdade	
Paraíba	Espaço de memória	Memorial
Pernambuco	Centro de memória	
Minas Gerais	Espaço de memória	
Bahia	Espaço de memória	
Rio de Janeiro	Espaço de memória	
São Paulo	Não nomeia as iniciativas e sugere discussão pública para a definição do uso do antigo DOI-Codi.	
Paraná	Espaço de memória	Memorial

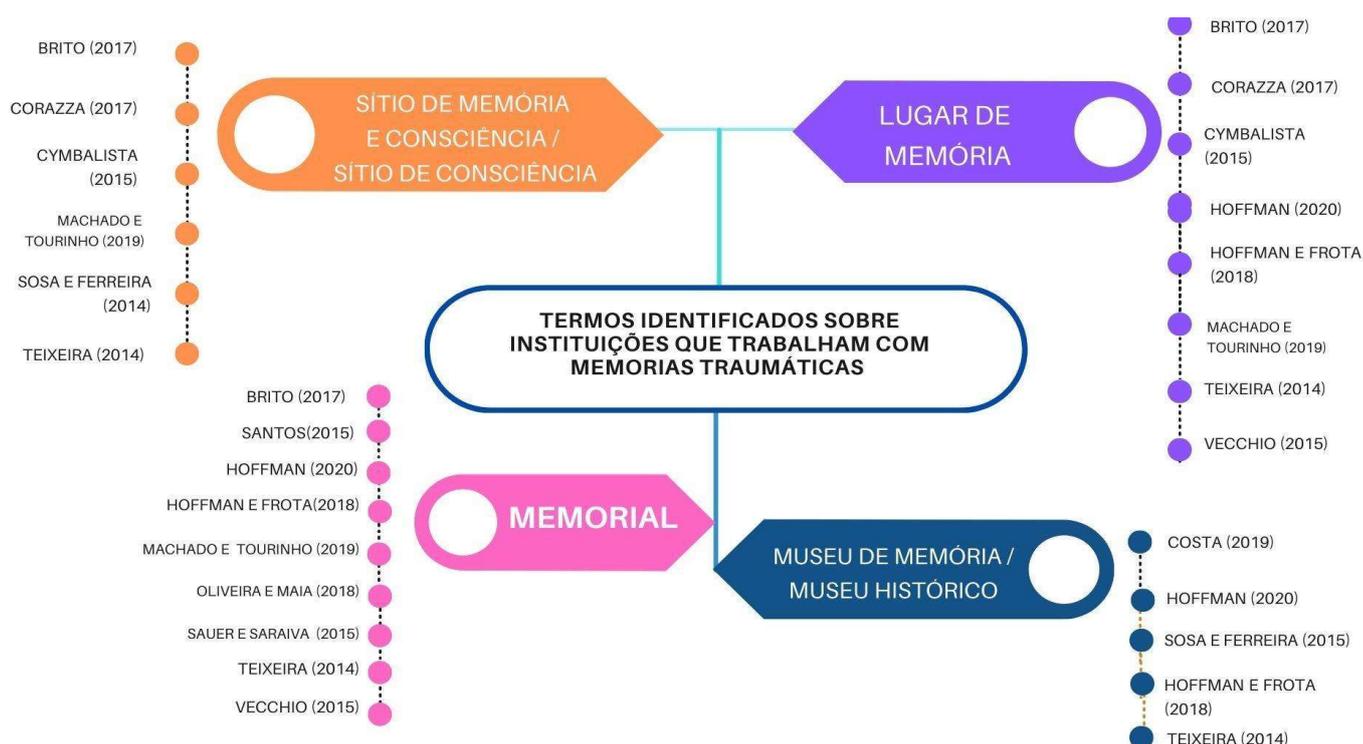
Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados na tese de Doutorado de Hoffman, 2020

Dos dados compilados e apresentados no quadro, chama atenção o uso reiterado do termo “Espaço de memória”, que termina por não dar conta de identificar a natureza institucional que se propõe. Hoffman destaca que “[...] a CNV não realiza qualquer menção à indução de uma política pública que aposte na transformação destes lugares em museus, centros de memória, ou memoriais dedicados à preservação das memórias” (2020, p.184). No relatório da CNV (BRASIL, 2016), há apenas a recomendação da criação do Museu da Memória, na cidade de Brasília e a indicação de que sejam criados Espaços de Memória e Direitos Humanos. Nos estudos analisados nesta dissertação, o termo “espaço de memória” não é trabalhado por nenhum autor/a.

Ainda do quadro, outro detalhe que chama atenção é o estado de São Paulo, que em vista de um processo de musealização de intensa e expressiva disputa⁷⁶ institucional, não nomeia a proposta e sugere que este também seja um ato coletivo de decisão pública.

Mas retomando especificamente ao nosso objeto, dos 22 estudos analisados, somente Sosa e Ferreira (2015), Hoffman (2020) e Teixeira (2014) se ocupam de modo mais ativo a discutir os distintos conceitos institucionais. Nos demais trabalhos foram encontradas muitas nomeações que se repetem, tais como memorial, Sítio de memória e consciência / Sítio de consciência e, em menor proporção a palavra museu, vinculada a memória ou história. Vejamos no quadro a seguir uma ilustração dos usos de cada nomeação usada pelos autores/as dos estudos

Imagem 09: Esquema das nomeações a instituições museológicas dedicadas às memórias da Ditadura encontradas nos estudos.



Fonte: Elaboração própria

Como é possível identificar na imagem, o uso mais recorrente é o termo memorial, utilizado não apenas para se referir às instituições analisadas e/ou

⁷⁶ Para saber mais, recomenda-se a leitura do artigo: NEVES, Deborah. DOI-CODI A Experiencia de preservacao de um patrimonio sensível. Revista Conteciosa. Argentina, 2018.

comentadas nos estudos, mas também, para fazer menção ao trabalho de memória realizado por essa tipologia de instituição. Karina Teixeira, por exemplo, explora o conceito: “O Memorial comporta a musealização de um lugar de memória, bem como a identificação e musealização de referências patrimoniais imateriais, criando novas metodologias para empreendê-lo” (2014, p.18).

Já o termo museu aparece em poucos estudos e majoritariamente acompanhado das palavras memória ou histórico. Dois estudos (Sosa e Ferreira; e também Teixeira) fazem uso da expressão museu de memória. Enquanto Hoffman utiliza museu e memória; e Costa se refere a museu histórico, para mencionar instituições museológicas que trabalham com as memórias traumáticas da ditadura no Brasil.

Lugar de memória é identificado nos estudos com forte reincidência. O conceito atravessa explicações das instituições citadas e/ou abordadas nos estudos, mas também, acompanha justificativas vinculadas a outro conceito, o de dever de memória.

Outro termo recorrente, com datação de uso entre 2014 e 2017 é Sítio de memória e Consciência, também encontrado nos estudos como Sítio de Consciência. Seis estudos foram identificados fazendo uso desta nomenclatura.

Independente do termo eleito nos estudos, eles são utilizados no sentido de demonstrar que as instituições possuem uma dupla perspectiva, a viabilização de trabalhos de luto, mas também, e sobretudo, ferramentas para trabalhos de lutas sociais, vinculada a um dever de memória/ reparação e, para promoção de uma consciência social. Sem nenhuma intenção de discutir os conceitos, mas tão somente de situar o leitor no âmbito das discussões realizadas nos trabalhos, serão compartilhadas a seguir algumas considerações sobre memoriais, museu de memória, lugar de memória e sítio de memória e consciência.

4.2.1.1 Memoriais e Museus de memória

Nos estudos é possível identificar o uso do termo “memorial” utilizado de modo mais genérico para se referir a uma instituição de memória que não dispõe, necessariamente, de uma coleção de objetos materiais/tridimensional. No estudo de Sauer e Saraiva (2015), os autores identificaram o memorial como sendo um trabalho de “Presentificar memórias e tornar realidades vividas (passado) elementos presentes, socializando lembranças e construindo identidade social e cultural” (2015, p.10).

Em vários idiomas, o conceito de memorial pode remeter a várias interpretações, podendo representar desde um documento, a uma instituição com fins de promoção de determinada memória. Trata-se de uma definição ampla, e no contexto de memorialização de passados traumáticos, o termo tem sido muito utilizado para se referir a lápide cemiterial, placa ou muro com nomes de vítimas, esculturas e instituições culturais.

No contexto dos estudos analisados, entende-se por memorial uma instituição cultural, que promove o compartilhamento de determinada memória que se deseja preservar. Entre suas principais características está a de possuir um registro autoexplicativo, em um suporte estável, e compartilhar memórias com um público diversificado.

Mas é interessante notarmos, a diferença que alguns autores como Frota e Hoffman (2018), fazem da ideia de memorial e espaço museal, vejamos: “O espaço museal do Memorial da Anistia não foi ainda inaugurado. No entanto, a instituição já tem executado e apoiado ações independente de sua existência como espaço físico (HOFMAN E FROTA, 2018, p.17). Aqui, os autores põem ênfase de que, na proposta que discutem, haverá um espaço museal, dentro do memorial. Já no estudo de Sosa e Ferreira, as autoras deixam ainda mais evidente que há uma diferenciação entre ambos termos, vejamos:

[...] los Estados han impulsado también la creación de espacios físicos – museos y memoriales - con la finalidad de dar a conocer los acontecimientos del período pre-dictatorial y dictatorial a través de un variado acervo documental (oral y material) y de una amplia gama de propuestas y recursos comunicacionales para llegar a todo público (SOSA E FERREIRA, 2015, p. 4)

Museus e Memoriais são instituições que possuem naturezas diferentes e que se cruzam em alguns aspectos, sobretudo o relacionado a preservação de determinada memória selecionada.

Sobre o termo “museus de memória”, temos que é bastante difundido na literatura em espanhol, como “museo de memórias” para se referir a instituições museológicas dedicadas a memórias traumáticas.

Não há nos estudos analisados, aprofundamentos sobre o conceito que é discutido, entre outros, valendo-se de discussões com autores como Aleida Assman e Amy Sodaro, entre outros. A ideia de museu memorial é definida pela socióloga norte americana Amy Sodaro (2020, p.208). Para a autora, esta é uma “uma forma cultural por excelência com fins de rememorar e ensinar sobre a violência política do passado”, e que tem potencial de se transformar em importantes destinações turísticas, o que demonstra que não apenas os acadêmicos, mas também o público em geral, se interessa pela memória da violência passada.

É peculiar para nossa investigação destacar que o próprio conceito de museu memorial implica que um memorial não é suficiente para abordar plenamente o passado e que a forma museal é necessária (SODARO, 2020). Para a autora, “a memória é, assim, considerada como curativa e restauradora dos direitos desrespeitados” (SODARO, 2019, p. 212).

Los museos de la memoria traen consigo una doble afiliación: por un lado, como experiencia museológica, son originarios de acciones y saberes técnicos con objetivos que buscan articular, a través de los métodos de clasificación y exposición, objetos, narrativas y contextos; por otro, son lugar de recordación, de evocación y de testimonios, representado en primera instancia por los actores sociales involucrados directamente en los procesos de violencia representados por los dispositivos museológicos (SOSA E FERREIRA, 2014, p.116).

Hoffmann e Frota (2018), destacam o termo “museus de memórias”, que para os autores, são considerados museus de tratamento difícil, pois além das especificidades de suas coleções e das memórias que articulam, tem premente questões éticas importantes a serem consideradas.

Cabe mencionar que este o termo museu de memória tem certo consenso estabelecido na região latino-americana para se referir a museus que lidam com traumas sociais e violências políticas. E sem deixar de reconhecer essa trajetória do termo, há que se mencionar certo pleonasma do conceito. Sobretudo se considerarmos uma ampliação, cada vez mais requerida, do conceito de museu.

Todo museu, em sua essência, preserva memórias. Portanto, todo museu, mesmo os museus de arte contemporânea, são museus de memórias.

4.2.1.2 Sítio de memória e consciência e os Lugares de memória

No estudo de Sosa e Ferreira (2014), as autoras defendem a perspectiva de que o reconhecimento de um sítio histórico não constitui, em si, o estabelecimento de uma cultura de direitos humanos, a fim de gerar consciência crítica. De acordo com as autoras (2014, p.127), para isso, é necessário um trabalho pedagógico que atue para que a instituição passe de intérprete a interpelante da sociedade. O estudo de Cymbalista (2015), por sua vez, amplia o tema, ao defender que para essa operação de trânsito, além da pedagogia em torno dos direitos humanos, são necessárias a arte-educação e uma articulação política de grupos e movimentos sociais. Esses estudos, nos ajudam a construir o entendimento de que todo Sítio de consciência é um sítio de memória. Mas nem todo sítio de memória é um sítio de consciência.

O estudo de Carina Costa (2019), ao analisar a educação em museus históricos e parafraseando o historiador Durval Muniz, defende que os historiadores devem ser agentes do luto social. Nesse sentido, acompanhando a autora, podemos questionar se não caberia ao museólogo a mesma tarefa, uma vez que se ocupa também das memórias, importantes para se fazer os lutos sociais, com foco na ativação para a consciência.

Educar em museus históricos, mais do que nunca, implica em trabalharmos com ruínas, cinzas e apagamentos. Reconhecer os rastros de destruição que conformam coleções e instituições. Ampliar para outros registros de patrimonialização e, portanto, de preservação, pesquisa e imaginação (COSTA, 2019, p.16).

Uma das questões vinculadas à ideia de Sítio de memória e consciência que aparece nos estudos, coaduna com o princípio de que um SMC pode ser constituído independente do espaço físico que ocupe. Vejamos o que nos diz o estudo de Hoffman: “Mas cabe lembrar que não somente os locais onde ocorreram torturas ou violências, de maneira explícita ou clandestina, podem ser convertidos em instituições museais” (2020, p.25). Esse é um entendimento fundamental para avançarmos, nacionalmente, na discussão sobre o que se constitui um SMC. O estudo de Sosa e Ferreira (2014) também aborda o tema:

[...] museos y memoriales que reciben la hodierna denominación de “sitios de consciencia”. Movidos por un “deber de memoria” que moviliza a los “empreendedores memoriales” y otros actores sociales, estos proyectos se presentan a través de diferentes motivaciones y finalidades (SOSA e FERREIRA, 2014, p.112).

Em alguns dos estudos, no entanto, foi possível identificar o uso do termo “Sítio de memória” vinculado a processos de musealização *in situ*. A trajetória do conceito de musealização *in situ* tem relação com a ideia de museu de sítio e provoca ainda conexão com termos como: ecomuseu, espírito do lugar, território de memória, sítio de memória, entre outras vinculações. No caso das memórias da ditadura no Brasil o exemplo precursor é o caso da musealização do antigo DOPS de São Paulo, a primeira instituição museológica dedicada exclusivamente ao tema da ditadura no Brasil.

Para entender o conceito de musealização *in situ*, é importante a compreensão da ideia de museu de sítio como sendo uma instituição museológica criada em um sítio histórico, que opera na qualificação patrimonial do local preservado, desenvolvendo ações de pesquisa, preservação e comunicação a partir do patrimônio preservado *in loco*. Ou seja, a preservação do elemento físico é essencial, mas a conservação do espaço físico por si só, não qualifica o lugar a ser um museu de sítio.

Nessa discussão é oportuno demarcar que patrimonialização e musealização não são sinônimos, são operações diferentes. Desvallées e Mairesse (2011) afirmam que a patrimonialização faz parte do processo de musealização, mas não a engloba totalmente. Para os autores, tudo o que é musealizado é patrimonializado, mas nem tudo o que é patrimonializado é musealizado, e o reflexo patrimonial difere do reflexo museal.

Um museu de sítio pressupõe um processo de musealização *in situ* em um lugar patrimonializado. Mas a perspectiva de Sítio de Memória e Consciência não presume que seja um museu de sítio. Um Sítio de Memória e Consciência pode ser um processo de musealização que independe do espaço físico em que esteja situado e que tem sido consideravelmente utilizado vinculado à noção de musealização de memórias traumáticas.

Diante da relação estreita de uso do termo “sítio de memória e consciência” vinculado à ideia de lugares de memória, nos estudos selecionados, um entendimento possível é que o conceito de SMC que tem sido construído na literatura

brasileira é mais uma ampliação/ desdobramento, entre tantos outros conceitos oriundos da discussão da ideia de lugar de memória, proposto por Pierre Nora (1984).

Nora é um historiador francês que consagrou o conceito de lugar de memória, ao afirmar que "[...] não há memória espontânea, é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais" (NORA, 1993, p. 13). Um desdobramento da operação desse conceito, de Lugares de Memória, tem favorecido a discussão sobre os SMC. Muitas pesquisas têm tido embasamento teórico a partir das práticas difundidas pela *Coalition Sites of Conscience*, rede mundial de instituições de memórias traumáticas.

O expressivo uso do termo SMC nos estudos, registrando 6 usos, dos 22 estudos analisados, demonstra que esta é uma discussão emergente neste campo de análise. Percebemos que no âmbito do conceito que vem se delimitando para SMC no Brasil, outras discussões teóricas são articuladas e igualmente importantes de termos em consideração.

Um sítio de memória tem em sua essência um elemento propulsor dos direitos humanos no presente. É uma instituição cultural dedicada à ativação da memória de passados traumáticos, para a educação e o respeito aos direitos humanos. Reduzir esse entendimento a uma instituição cultural estabelecida em um lugar que foi palco de repressão durante regimes ditatoriais, é domesticar uma instituição que passa a ter uma função pouco flexível e dinâmica (BRITO, 2019).

Tendo a perspectiva da consciência como elemento central na discussão sobre o conceito, de acordo com o estudo de Cymbalista (2015), que também põe ênfase no fato de que a temática dos lugares de memória e consciência é um desafio de toda a sociedade, "e não como tema a ser apropriado por um grupo específico" (CYMBALISTA, 2015, p.157).

Importa sinalizar a importância de desindividualizar as memórias de dor, a fim de potencializar as discussões numa perspectiva mais plural no âmbito da defesa e do respeito aos Direitos Humanos, fazendo conexões entre o passado e o presente. Este movimento aponta para o destaque a função social dessas instituições, num horizonte de valoração transgeracional das memórias dessas lutas, a fim de romper com o que o historiador catalão, Ricard Vinyes (2009), chama de "estatuto das vítimas".

4.2.2 Fato museal e a cadeia operatória da Museologia

Independentemente de sua nomeação apresentou-se como consenso nos estudos selecionados, a função social dessas instituições, aproximando os estudos dos apontamentos feitos pela museóloga Waldisa Russio Guarnieri (1935 – 1990). Guarnieri foi uma importante intelectual e uma profissional de museus inquieta com o desenvolvimento do pensamento museológico no Brasil. Sua atuação no campo dos museus brasileiros e em espaços de discussão da Museologia no cenário internacional, como o ICOM, contribuiu na consolidação da Museologia enquanto disciplina no país. Além de uma destacada militância e atuação no processo para o reconhecimento profissional dos museólogos⁷⁷.

As ideias de Guarnieri seguem influenciando novas abordagens dos estudos museológicos, sobretudo na região ibero-americana. Suas reflexões tinham inspiração com as discussões realizadas por autores do leste Europeu, como Stránský e Anna Gregorová, entre outros (GOUVEIA, 2018). No Brasil, um conceito basilar do pensamento de Guarnieri é a ideia de fato museal ou fato museológico, apresentado por ela, como sendo o objeto de estudo da Museologia. Para a autora:

O fato museológico é a relação profunda entre homem – sujeito conhecedor, e o objeto, parte da realidade sobre a qual o homem igualmente atua e pode agir. Essa relação comporta vários níveis de consciência (GUARNIERI, 2010, p. 123).

Guarnieri não propunha negligenciar a cultura material, que era majoritariamente discutida pelos principais estudos teóricos da Museologia nacional no período. Ao produzir uma reflexão enquanto trabalhadora de museu, destacando que nesse lugar o museólogo atuava como um trabalhador social, Guarnieri colocou ênfase na importância de se estabelecer análises sobre a relação entre o homem, com o objeto, em determinado cenário institucionalizado.

Suas ideias e principais textos foram compilados⁷⁸ após sua morte e tornaram-se referência para os estudos da Museologia brasileira. Recentemente o

⁷⁷ Sobre o tema, se recomenda a pesquisa: GOUVEIA. Inês. Waldisa Rússio e a política no campo museológico. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio) -- Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO; Museu de Astronomia e Ciências Afins – Mast, Rio de Janeiro, 2018.

⁷⁸ Destaca-se os volumes publicados pelo Conselho Internacional de Museus, o Sistema Estadual de Museus de São Paulo e a Pinacoteca do Estado de São Paulo. Trata-se do volume 1 e 2 da obra: Waldisa Rússio Carmago Guarnieri - textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo, 2010.

ICOFOM publicou na série “Teoría Museológica latino-americana. Textos fundamentais”, um livro dedicado ao pensamento de Waldisa Rússio, numa obra⁷⁹ organizada por Luciana Menezes de Carvalho y Sandra Escudero.

Com maior fôlego, a ideia de Fato Museal teve muitos outros desdobramentos que seguem inspirando os interessados em alargar o entendimento da Museologia e sua função social. Contemporânea de Guarnieri, a museóloga Mária Célia Santos em diversas comunicações orais e escritas, tem posto ênfase de que a Museologia é sempre uma ação social. Reconhecendo a importância precursora de Guarnieri para esta perspectiva no Brasil. De acordo com Santos, uma das maiores contribuições de Guarnieri a Museologia brasileira é:

[...] ter iniciado e dado continuidade a uma discussão teórica, em nível nacional, sobre o caráter científico da Museologia. A sua concepção de museu e de Museologia está impregnada de humanismo, e, já àquela altura, compreendia a necessidade da interdisciplinaridade (SANTOS, 2014, p. 87).

Diversos outros autores brasileiros têm trabalhado no alargamento do conceito de Fato Museal, com desdobramentos fortemente implicados com o olhar protagonista da Museologia em sua relação com o social. Entre as e os autores que cabe destaque, pontuamos a museóloga Cristina Bruno (2006, p.11), que tem destacado a importância de que a Museologia atue com “análises que procurem entender como os grupos sociais se relacionam com suas referências patrimoniais em distintos contextos culturais”.

Bruno (2006) tem no Fato Museal, a unidade básica da Museologia, sendo um campo essencial da ação museológica. Mas a autora amplia a ideia de Guarnieri (1990), ao incluir a análise para o chamado fenômeno museológico, que seria o campo de interlocução e intervenção, que transforma o fato em fenômeno. E a consequência possível disso, é chamado campo de projeção, no qual os processos atuam para transformar patrimônios em heranças (BRUNO, 2006, p.15). Essa é uma cadeia operatória museológica, desenvolvida a partir da ideia de Fato Museal.

Essa breve apresentação dos conceitos visou situar o leitor, pois se buscou nos 22 estudos, identificar operações vinculadas à ideia de fato museal e cadeia operatória, devido ao destaque para o fator social da preservação das memórias

⁷⁹ Será posteriormente consultada a publicação, disponível em: https://icofom.mini.icom.museum/es/publicaciones-2/las-monografias-del-icofom/?fbclid=IwAR3WKBSnQlgm7kQbmeAUR140W7-mb-oXQ-L_nlqDojwG7H5keLFQYWhZ6DM, Acesso em: 01/02/2022.

traumáticas da Ditadura no Brasil. Da produção analisada, somente 22,7% dos estudos, mencionam os conceitos e operam com suas metodologias, a saber: Teixeira (2014), Coraza (2017), Santos (2015), Frota e Hofman (2018) e Hofman (2020). Ao apresentar procedimentos museológicos dos casos estudados, os autores operaram com ambos conceitos, de fato museal e cadeia operatória da Museologia, para ressaltar que seus objetos diziam respeito a relação entre sociedade e patrimônio em um cenário, também chamado de território em alguns estudos como o de Frota e Hofman (2018). Os conceitos também foram usados no âmbito de justificações para o redirecionamento da Museologia, das coleções de objetos, para testemunhos.

4.2.3 Exposições: testemunhos, narrativas, arquitetura, imersão e neutralidade

A partir dos estudos analisados, no universo interdisciplinar em que as análises foram construídas, é possível encontrar o termo “musealização” sendo evocado numa conexão do radical da palavra “museal” mais o sufixo “ação”. E sabe-se que a linguagem é uma expressão muito potente e desafiadora. E falando sobre palavra e sobre o universo museal, na sua busca por entender o que é a Museologia, Luciana de Menezes (2017, p. 78), acolhe e compartilha os alertas de Pierre Bourdieu (1980) ao dizer que “é uma ingenuidade pensar que o poder das palavras está contido nelas em si [...] sendo imprescindível que se tenha em mente que a linguagem e as palavras são representações simbólicas de construções de realidade”.

O movimento pressuposto do termo “ação” chama atenção na ideia geral que se destaca quando se fala em musealização. Mas a Museologia enquanto campo do conhecimento sublinha que o termo não fala apenas sobre uma ação, mas, sobretudo, de um processo. Nesse sentido, a musealização seria um caminho percorrido na construção de uma realidade selecionada e não apenas um ato de comunicar algo. Pode ser considerado um processo subjetivo e, dentro do universo interdisciplinar que o campo evoca, é pertinente ressaltar a importância de compreendermos esse processo no universo da disciplina Museologia.

Antes de adentrarmos nas análises dos estudos que tecem considerações sobre aspectos vinculados a musealização, importa situar o leitor sobre o conceito.

Nesse sentido, cabe destacar um importante trabalho realizado no âmbito do *International Committee for Museology-ICOFOM*, feito pelos museólogos brasileiros Bruno Brulon e Marília Xavier Cury: a tradução para o português da obra: *Conceitos chave de Museologia*, publicado pelo ICOM-Brasil e ICOM-Portugal, de autoria de André Desvallées e François Mairesse. O material ajuda a delinear o campo museal lusófono, num universo teórico no qual se sobressai princípios europeus, sobretudo francófonos. Vejamos o que registra a publicação, para o termo que desejamos situar:

A musealização produz a musealidade, valor documental da realidade, mas que não constitui, com efeito, a realidade ela mesma. A musealização ultrapassa a lógica única da coleção para estar inscrita em uma tradição que repousa essencialmente sobre a evolução da racionalidade, ligada à invenção das ciências modernas. O objeto portador de informação, ou objeto-documento musealizado, inscreve-se no coração da atividade científica do museu (DESVALLÉES, MAIRESSE, 2013, p. 58).

Ao apresentar a musealização como produtora de musealidade, os autores delimitam o termo, identificando-o como processo científico. Para Stránský (1980), a musealidade está vinculada à relação do homem, um valor simbólico atribuído à materialidade, as evidências do real. É uma tomada de decisão, a intenção de valor. Para Maroevic (1993) é o valor imaterial ou a significação do objeto. E para a museóloga brasileira, Tereza Scheiner (2012, p. 109) seria “o potencial para se desencadear a memória, potência que não existe no objeto, mas em sua relação com o sujeito”.

De acordo com Stránský (1974) apud Brulon (2017) o processo de musealização é uma operação realizada a partir da seleção, thesaurização e apresentação. A partir da seleção, seria possível identificar o “potencial de musealidade” do objeto, enquanto a thesaurização estaria para o procedimento de inserção documental desse objeto na nova realidade e, apresentação (ou comunicação) seria a fase de acessibilidade, a disseminação dos valores atribuídos. Neste último momento, o autor destaca que é criada uma relação entre a realidade original do objeto, com a realidade criada a partir dos valores atribuídos, é quando uma coleção ganha sentido. Brulon nos esclarece sobre o pensamento de Stránský:

Em outras palavras, o objeto que é pensado por ele *a priori* como *portador de musealidade* é selecionado de acordo com a sua *potencialidade* com base nos valores existentes e pode adquirir novos valores quando comunicado em um discurso museológico. A partir de uma interpretação social de sua obra [de Stránský – grifo meu], podemos inferir que o *valor*

museal ao qual ele se referia constituiria, possivelmente, um tipo de valor museológico que é valor de *devir*, conjugando, no olhar do museólogo, todas as possibilidades de enquadramentos axiológicos do objeto. E por meio dessa percepção da Museologia como uma ciência que estuda, não os valores em si, mas a sua construção social, que Stránský e levado a conferir relevância ao conceito de musealização (BRULON (2017, p.414).

Brulon (2016) entende a musealização como um conceito social, “entre o dar e o guardar”. Conceituar a musealização, assim como a museália e a musealidade, foi imprescindível para a ciência museológica deslocar seu objeto de estudo dos museus, ampliando sua relevância nas investigações sociais. Outros pesquisadores ao longo das décadas ampliaram o conceito de musealização, deveras basilar na Museologia, mas sempre a partir da mesma perspectiva de processo, apresentada por Stránský na década de 70.

Um exemplo desse alargamento conceitual é o apresentado por Desvallées e Mairesse (2013) de que a musealização se dá pela preservação (seleção, aquisição, gestão, conservação), pesquisa (incluindo catalogação) e comunicação (através de exposição, publicações etc.). Tendo uma atribuição de valor a determinada coisa, que coloca em evidência o potencial de representação desse algo que se deseja comunicar para diferentes intérpretes.

Brulon (2016, p.40) alerta que a “musealização é mais do que a ação dos museus, pois envolve processos museológicos que respondem ao princípio da transmissão”. E essa operação busca produzir um efeito interpretativo de determinada realidade, a partir da construção e articulação da narrativa interpretada de determinado objeto, para gerar novas realidades interpretadas. Por isso é importante que a comunicação opere com códigos que sejam pactuados socialmente, para informar sobre o valor atribuído ao objeto que revelou a musealidade.

Para André Desvallées e François Mairesse (2013, p.58) “O ato da musealização desvia o museu da perspectiva do templo para inscrevê-lo em um processo que o aproxima do laboratório”. Esse “desvio” oportunizado por esse processo, o de transformar uma percepção vinculada unicamente ao deleite, num templo, para uma aproximação laboratorial é uma questão que extrapola a discussão sobre a musealização, repousando no território da função social dos museus. Debate imprescindível para a prática de uma musealização responsável e que nos convoca a uma preocupação com preservar, pesquisar e comunicar objetos e memórias da cultura humana.

A prática fluida da musealização nos convida a refletir teoricamente que esse processo museológico é capaz de democratizar memórias, sempre no plural, não ocultando as evidências de conflitos e disputas e, contribuindo para consolidação de políticas de paz entre os povos.

Compreender essa discussão teórica sobre musealização foi importante para entender que é limitada no campo dos estudos museológicos, as análises feitas pelos estudos selecionados, sobre os processos de musealização em antigos cárceres da ditadura no Brasil que são citados. Nos estudos, somente Teixeira (2014), Frota e Hofman (2018) e Hofman (2020) discutiram mais detidamente processos de musealização sobre a ditadura. Santos (2015) mencionou questões teóricas vinculadas à musealização, sem, no entanto, vincular diretamente as memórias da ditadura.

Na maioria das análises elaboradas, a abordagem crítica sobre a musealização de lugares de memórias da ditadura no Brasil, esteve mais vinculada à história da criação da instituição e, observações das estratégias e práticas empreendidas para narrar essas memórias nas instituições museológicas. Por isso, a seguir trazemos algumas observações mais recorrentes da produção analisada no que se refere a elementos recorrentes das exposições e outros desafios do processo de musealização das memórias traumáticas da ditadura no Brasil.

O lugar dos testemunhos e as narrativas únicas

Considerando o aspecto vinculado ao luto, entre as estratégias expográficas mais recorrentes e destacadas pelos autores dos estudos selecionados, está a existência de listas de nomes de vítimas nas instituições museológicas dedicadas às memórias da ditadura no Brasil. Hoffmann e Frota (2018, p.53) destacam que a presença das listas, com os nomes dos desaparecidos e torturados, “[...] traduz-se em linguagem compartilhada por estes projetos”.

Em sua tese, Hofman (2020, p.105) também destaca o uso de flores e fotos nesses processos de musealização no Brasil, além dos nomes de vítimas. Apontando as flores como estratégia associada ao luto e a “reprodução fotográfica dos desaparecidos, torturados, prisioneiros, assassinados, quase sempre retirada de documentos oficiais, em preto e branco” como “prova irrefutável” da existência das vítimas.

Abrindo um parêntese no nosso objeto, pode-se registrar, a partir da experiência de visitas técnicas aos Sítios de Memória e Consciência constituídos sobre a ditadura no Brasil, podemos apontar que a presença de nomes das vítimas constitui elemento sempre presente, seja como lista, ou (re)inscrição de nomes de vítimas em espaços prisionais.

Em que pese o reconhecimento da importância dessas nomeações, da materialização, a partir da inscrição do nome, muitas vezes marcando a presença, frente a ausências incontornáveis (como no caso dos desaparecidos políticos), parece importante mencionar que a expografia pode dar conta de diversas maneiras que não apenas a nominal, de registrar essas homenagens às vítimas.

No bojo da discussão sobre estratégias expográficas, o uso de recursos audiovisuais é também pontuado como estratégia de comunicação sobre a memória da ditadura. De certo modo, materializando as vítimas, humanizando suas experiências-limite e aproximando o público de pessoas de carne e osso. Um dos trabalhos em que o testemunho é sinalizado como elemento da expografia de imersão é a pesquisa de Hoffman, que coloca o testemunho como um “depoimento” que confronta o visitante, a partir do uso das novas tecnologias (2020, p.105).

Antes de seguir no tema do uso de testemunhos audiovisuais nas exposições é importante aqui sinalizar que há uma diferença entre testemunho e depoimento. E que no caso do trabalho com memórias vinculadas a traumas, sobretudo com violências policiais/militares o uso do termo “depoimento” pode ativar gatilhos das violências outrora sofridas.

Retomando diretamente o tema do uso desse material audiovisual na expografia de imersão, é preciso registrar o risco de sacralizar narrativas e pessoas, consagrando uma memória individual ou de determinado grupo e seus agentes. A sacralização pode reforçar um processo de vitimização que despolitiza a luta de sujeitos sociais, se pensarmos em traumas como de ditaduras e guerras. No estudo da museóloga Karina Teixeira (2014), em sua investigação de mestrado, a autora defende que: “Ninguém além, ou mais que eles, têm a legitimidade e o saber relacionados aos fatos e eventos ocorridos durante a severa repressão política levada a efeito pelo Estado brasileiro.” (2015, p.76). Sua posição se enquadra naquilo que Ricard Vinyes (2009) chama de “estatuto da vítima”, trazendo grande risco de destacar não apenas a ideia de narrativa única, mas também, de propriedade da memória. Vejamos, o que a autora afirma sobre o trabalho no MRSP

em relação aos ex-presos políticos, “[...] este processo, ao mesmo tempo de reconhecimento e participação, é vivido por aqueles que concedem esses testemunhos, os donos da memória” (2015, p. 97). Essa suposta “propriedade” tem comprometido significativamente o envolvimento de diversos grupos de vítimas no trabalho museológico desenvolvido no MRSP, como por exemplo, as organizações de familiares de vítimas da ditadura, que não se relacionam com a instituição.

Refletindo sobre o estudo de Teixeira (2014), temos compreendido que ao musealizar memórias de acontecimentos socialmente traumáticos, é necessário que essas memórias não assumam qualquer ideia que as vincule à propriedade limitada de determinados grupos. Desindividualizando e desprivatizando as memórias para que façam sentido às novas gerações, através dos tempos.

Ainda sobre as narrativas únicas, outro ponto apresentado pelos autores dos estudos analisados diz respeito às exposições das instituições museológicas sobre a ditadura brasileira. Sosa e Ferreira (2014, p.117) reconhecem como sendo um perigo o Estado homogeneizar as memórias de passados socialmente traumáticos, haja vista a existência de disputas sociais sobre determinado passado. No caso das memórias traumáticas da ditadura, não há um consenso social sobre essas memórias patrimonializadas e musealizadas. Por isso, a preservação e comunicação museológicas dessas memórias traumáticas, na medida em que se oficializa uma narrativa, também precisa ressignificar o passado, contemplando espaços para conflitos, debates, divergências, a fim de que novos ares possam abrir novos enfoques de observação.

Um último ponto a se destacar quanto ao trabalho com memórias das vítimas e as narrativas das exposições resulta da análise dessa sentença: “A construção de uma memória pública sobre estes acontecimentos, aqui considerada sob a forma dos museus, permitiria uma quebra do silêncio, ao mesmo tempo em que apresenta o potencial de dar voz e rosto às vítimas” (HOFFMAN, 2020, p.261). Um museu de memórias traumáticas pode assegurar o direito de comunicar àqueles que historicamente foram silenciados na esfera pública. Valendo ressaltar que as vítimas e outros grupos sociais historicamente marginalizados têm voz, e o museu tem a competência para amplificar essas vozes historicamente silenciadas por sistemas de repressão estatal e social.

Desafio da arquitetura da memória e da expografia de imersão

Outras observações no âmbito das expografias analisaram as estruturas dos locais em que as comunicações museológicas foram estabelecidas. No caso da ocupação de lugares que foram palcos de ações de repressão ou resistência aos crimes tratados, de acordo com alguns estudos como Hoffman e Frota (2018), uma tarefa desafiadora para a arquitetura é habilitar o espaço físico adequado à sua nova ocupação, à serviço do público.

Os autores supracitados, comentam brevemente sobre esse desafio da “reabilitação da edificação”, pensando sobretudo no caso de lugares que foram cenário de violações. Destacam, que algumas das etapas e ações necessárias para essa “reabilitação”, envolve pesquisa histórica [não somente dos usos vinculados ao trauma, mas também a história da edificação] e prospecção arqueológica. E para isso, de acordo com eles, a arquitetura tem um papel fundamental, pois:

[...] desenvolve-se uma estrutura de intertextualidade, onde uma série de referências, histórias e narrativas são relacionadas e sobrepostas, como suporte para a construção semântica que se efetua a partir dos edifícios. A edificação se torna parte integrante e ativa da narrativa museal (HOFMMAN e FROTA, 2018, p.50)

Corroborando esse reconhecimento, sobre a importância da arquitetura no trabalho de musealização de memórias traumáticas, há que se destacar que o lugar ou local da memória não fala por si só. Ou seja, apenas o estudo da edificação e sua preservação patrimonial, a partir do que Hoffman e Frota (2018, p.52) chamam de “edificação como testemunho”, não comunica sozinho e menos ainda, atua para gerar consciência social sobre crimes de lesa humanidade. Sobre isso, Sosa e Ferreira (2014, p.125), afirmam que a atuação da arquitetura opera como “[...] una suerte de refuncionalización con fines pedagógicos que el propio espacio arquitectónico ofrece a través de un discurso histórico y museográfico que es por sí una herramienta concientizadora”.

Outra perspectiva desafiadora neste tema e pontuado em alguns estudos é a realização do planejamento físico e estrutural de um equipamento cultural em um espaço a ser construído. Para isso, antes de apresentar a opinião dos autores dos estudos, abrimos mais um parêntese para situar o leitor a partir de exemplos, visando compreender melhor o que os estudos aportam sobre edifícios novos. Vejamos um dos exemplos mais emblemáticos sobre o tema, observando a arquitetura da memória para SMC na região latino-americana é o caso do Museo de la Memoria y

los Derechos Humanos-MMDH no Chile. O projeto arquitetônico deste museu foi assinado por um escritório de arquitetura brasileiro, e seu desenho estrutural considerou o formato de uma maçã aberta. Entre os destaques de sua composição física, cabe destacar: planejamento dos espaços para reserva técnica (considerando as variações de temperatura climática para conservação das diversas tipologias materiais de seu acervo); acessibilidade para as mais variadas limitações físicas do público; concepção de uma estrutura física que contempla o recebimento da luminosidade natural em todos os andares da exposição de longa duração, entre outros. O projeto arquitetônico, em uma composição despojada dos elementos construtivos, criou um jogo de luz e sombras, detalhe de grande importância na concepção do edifício.

Ainda sobre a experiência chilena, cabe destacar a perspectiva do artista e arquiteto chileno Alfredo Jaar, sobre o memorial que projetou na esplanada de entrada do MMDH:

Me interesa mucho como funciona la consciencia humana, como interpreta a veces radicalmente los mismos hechos, y se me ocurrió la operación geométrica para crear una especie de simetria para sugerir que estamos todos juntos en este proyecto de país (JAAR, 2011).

“Geometria da Consciência” é o nome desta obra memorial feita por Alfredo Jaar, em que projeta a ideia de diversidade, como atravessamento da arquitetura da(s) memória(s) e da consciência. O projeto arquitetônico do MMDH quando de sua inauguração, recebeu muitas críticas por sua grandiosidade física.

Retomando ao nosso objeto, nos estudos analisados, Hoffman (2020) afirma que a arquitetura dos edifícios novos se constitui como “suporte semântico” para as narrativas e histórias comunicadas. O autor destaca que os projetos arquitetônicos possuem em geral forte simbolismo, com intuito de causar impactos visuais. Possuem características antinômicas, que se vinculam as mensagens de paz, à purificação (superfícies claras, simetrias, curvas harmônicas, espelhos d’água) ou à transgressão e ousadia (com linhas contorcidas, geometrias fragmentadas). O objetivo, segundo o autor, é [...] atingir o visitante, simbólica e psicologicamente[...] atuando diretamente na museografia e no discurso museal” (2020, p.99).

No Brasil temos dois exemplos de projetos de SMC constituídos em espaços físicos que não são locais de memória, mas instalados em prédios existentes, que não foram projetados para museus. Um deles é o Memorial da Democracia da

Paraíba, um projeto de arquitetura simples, constituído e inaugurado em uma das salas da Fundação Casa de José Américo, João Pessoa/Paraíba. O outro é o projeto do Memorial da Anistia, em Belo Horizonte/Minas Gerais. Este último, como já tratado em capítulo anterior, teve sua obra de adaptação embargada e seu projeto, no qual foram investidos milhões de reais, foi abandonado. Ressalta-se esse aspecto, pois em ambos casos se verifica que qualificar museologicamente um espaço para abordar custa recursos que não se podem ser menosprezados nesses processos de implantação de instituições museais.

Ainda sobre o tema das exposições, outro aspecto identificado em mais de um trabalho dos estudos analisados diz respeito a uma suposta “museologia de imersão”, vejamos: “Uma espécie de museografia de imersão parece tomar forma nestes lugares, com o objetivo de conectar o visitante às experiências do trauma vivenciadas pelos sobreviventes, vítimas e familiares” (HOFFMAN, 2020, p.103).

Despertar emoções e sentimentos é uma questão destacada nos estudos. Especialmente Teixeira (2014), Hoffman (2020) e Hoffman e Frota (2018) aportam diálogos com o que analisa Aleida Asmman (2011, p.351) sobre a musealização de locais da recordação. Entre outros aspectos, Asmman enfatiza o potencial dos locais de memória para proporcionar experiências sensoriais e que a “áurea do local” pode tornar acessível contemplações sensoriais que mídias escritas ou visuais não conseguem.

Entre as estratégias elencadas por Asmman (2011) e retomadas pelos autores dos estudos citados acima, consta a recriação de ambientes de clausura, tortura, segregação e as mais variadas formas de violências sofridas pelas vítimas. Essa é outra questão deveras espinhosa e que transita, obrigatoriamente, por uma discussão sobre os limites da representação do horror e questões éticas vinculadas à expografia sobre as memórias traumáticas. O tema foi tratado em um dos estudos analisados. Para Adriana Vecchio, a arte, sobretudo a arte contemporânea, pode ajudar a manejar os limites da representação das memórias de dor.

[...] a arte é o eixo para a construção e a desconstrução de paradigmas e de estruturas para compreender o trauma, lidar com ele e fazer uma imersão em seus aspectos sombrios, dando à memória a mesma força do esquecimento no sentido de propiciar a vivência da dor ou a comoção estética através de rastros do que outrora foi insuportável, evidenciando artefatos, lugares de memórias, narrativas (VECCHIO SANTOS, 2015, p.102)

Nessa representação expográfica, não se pode menosprezar a representação da falta, dando vazão às ausências e aos silêncios. O historiador francês Peter Haidu (2007) defende que o silêncio produz sentido, podendo assumir várias formas e que ele pode ser construtor de um pensamento social. O trabalho entre o “dito” e o “não dito” tem muito a colaborar no trabalho da Museologia em sua ocupação com as memórias traumáticas.

El silencio es el mundo opuesto al del habla, e igual de polivalente, constitutivo y frágil que éste. [...] El silencio puede ser el distintivo del coraje y el heroísmo, o la máscara de la cobardía y el interés personal; a veces, es la señal vial de una manobra imposible. El silencio se parece a las palabras también porque hay que juzgar cada silencio em su próprio contexto, em su própria situación de enunciación. El silencio puede ser la mera ausência de habla y una producion de sentido. [...] El silencio es uma de las formas por las que damos sentido al mundo [...] (HAIDU, 2007, p.416).

No trabalho de Hoffman (2020), os limites da representação de memórias traumáticas têm assento, ao apresentar comentário gerais sobre museus que lidam com traumas históricos em todo o mundo, o autor reconhece a “[...] impossibilidade de uma representação total” (2020, p.91). . E que o silêncio e o vazio, também precisam ser considerados. O conjunto das memórias comunicadas museologicamente nas exposições dos SMC, são antes de tudo, fragmentos e seleções de memórias, que congrega nesse processo de escolhas, perdas.

Sosa e Ferreira (2014, p.114) destacam que é preciso representar as violências extremas, sem espetacularizar a dor das vítimas. Sobre o uso de imagens na expografia, vale lembrar Edgardo Vannucchi (2013), que destaca a importância de desconstruir e problematizar a imagem como verdade sobre determinado fato. A imagem pode ser usada para além do que se vê.

Um exemplo é a imagem emblemática do suposto suicídio do jornalista Vladimir Herzog, cuja memória de violência foi abordada no estudo de Bárbara Costa (2014), que integra nosso objeto de estudo. A autora poderia ter tratado a fotografia de Herzog morto, foi produzida e cuidadosamente elaborada pelos militares do DOI-Codi/SP, numa tentativa de se eximirem do crime realizado pelo Estado ditatorial. O que se vê na imagem é um homem morto, com uma corda no pescoço. A autora poderia ter explorado o hiato existente na imagem, mostrando: 1- esta imagem representa o suicídio de Herzog e; 2- esta imagem foi produzida para tentar dizer que Herzog se suicidou.

A construção de significados em torno de imagens não é uma competência natural, mas fruto de produtos culturais que se constroem socialmente. O contexto em que a imagem é apresentada, também contribui no processo de construção da passagem entre olhar e ver uma imagem.

Ana Abramowsky (2007) destaca seis processos potencialmente relacionados no ato de ver uma imagem: o racional, o visual, o auditivo, o sensitivo, o estético e o emocional. Acompanhando a percepção da autora, quanto a existência de uma polissemia de ativações e significações das imagens e, que não falam sozinhas, temos que a imagem em si, não dá conta de representar a experiência capturada na fração de tempo e no enquadramento da imagem gerada. O processo de ver o que o olhar não busca, e o que o produtor da imagem não quis revelar, pode ser muito potente, no trabalho de musealizar memórias traumáticas. Abrindo mão de utilizar as imagens com o fim limitado a chocar e anestesiar o visitante com a violência representada.

A ausência de neutralidade

No estudo de Sosa e Ferreira (2014), as autoras destacam que os museus que lidam com traumas sociais não podem dar as costas aos conflitos sociais e culturais da memória que pretendem preservar. Ressaltam que é preciso representar as violências extremas, sem espetacularizar a dor das vítimas, inclusive porque há polêmicas “[...] dentro de la colectividad de las víctimas directas, existen muchas memorias diferentes (de prisión, de tortura, de exilio, de insilio, de los familiares de desaparecidos y asesinados, entre tantas otras [...]).” (SOSA e FERREIRA, 2014, p.117).

O conflito de memórias, destacado pelas autoras, tanto quanto o esquecimento, acompanha a perspectiva de muitos pensadores, a exemplo de Huyssen (2014), para quem ao “[...] reconhecer que o esquecimento, em sua mistura com a memória, é crucial para o conflito e a resolução de narrativas que compõe nossa vida pública e nossa vida íntima” (HUYSSSEN, 2014, p.158).

Ao utilizar de suas exposições, ações educativas e demais programações como fundamento para a construção de suas narrativas, Hoffman argumenta que um museu que lida com memórias de episódios de violações de direitos e conflitos deve, de antemão, reconhecer que a instituição apresenta a sua própria interpretação dos eventos históricos e da abordagem dos direitos em questão. Para

isso: “Necessário se faz deixar claros os critérios em que se baseiam” (HOFFMAN, 2020, p.106).

Toda escolha pressupõe, necessariamente, perdas. E o autor é enfático ao afirmar que “Pode-se advogar a favor das memórias e direitos que são ali abordados, no entanto, não ao preço de promover a subjugação das memórias concorrentes.” (HOFMAN, 2020, p.108). Identificamos este ponto como uma das chaves da questão da ocupação da Museologia com as memórias de passados traumáticos. O fato de que existe diversidade de memórias sobre um mesmo espaço, um mesmo passado, que coexistem e se relacionam. Mesmo dentro de um mesmo grupo de atingidos diretamente pelas violências em questão (ditadura), as vivências e recordações não são homogêneas. Negar a existência de determinadas memórias, é incorrer em riscos quanto à credibilidade do que se comunica.

Acompanhando este entendimento, temos que toda escolha corresponde a um processo de seleção, que inclui perdas, e por isso se acentua o cuidado necessário sobre como se irá operar com essa seleção. Manipular esquecimentos não produz nada propositivo para o debate sobre a importância de se respeitar a dignidade da pessoa humana. Fazer uma curadoria que reconheça a diversidade de memórias e suas disputas no âmbito social e oficial pode ser um sopro na chama do debate dentro das instituições museológicas, para que ele aqueça o ambiente contra o frio da desconfiança e descredibilidade, para os museus e para a Museologia.

A questão da neutralidade, resvala, entre outras coisas, no problema da confiança, caro para os museus que trabalham com questões de violações de direitos humanos. Foi durante a conferência geral do ICOM em Praga⁸⁰, que Iratxe Momoitio Astorkia, diretora do Museo de la Paz de Gernika e coordenadora da *International Network of Museums for Peace*, afirmou que os museus precisam ser espaços em que o público “tenha confiança em seus relatos e informações compartilhadas”.

⁸⁰ Em agosto de 2022 foi realizada a Conferência Mundial do ICOM, na cidade de Praga, na República Tcheca, da qual pude participar enquanto bolsista e apresentadora nas sessões de discussão do ICMEMO.

4.2.4 Reparação social e a memória salvadora

Foi possível identificar nos estudos, autores como Santos (2015), defendendo o acesso à educação e à cultura, como ferramentas de transformação, no âmbito de reparação social a violações históricas de direitos humanos no Brasil. Outros autores como Hoffman (2020) e Teixeira (2014), analisaram mais especificamente iniciativas museológicas vinculadas a memórias da Ditadura no Brasil, como instrumentos de reparação social e de combate a novos crimes. Na tese de Hoffman, o autor defende que os museus que lidam com a temática, são “[...] compreendidos também como forma de reparação coletiva para a sociedade, proporcionam uma reflexão sobre a importância da não repetição destes acontecimentos” (2020, p.149). Na dissertação de Teixeira (2014, p.69), a autora mostra uma defesa ativa da participação das vítimas diretas na concepção e no trabalho cotidiano da instituição, identificando, essa participação ativa, também como um modo de reparação. Para a autora, os museus que lidam com memórias traumáticas precisam estar “[...] a serviço das vítimas, familiares das vítimas e sociedade de modo geral”.

Observamos que, em que pese os efeitos dessa relação serem positivos, sobretudo por contemplarem meandros terapêuticos para as vítimas, também desvelam desafios quanto à democratização, profissionalização e pluralidade de memórias desses museus. O caso do processo de profissionalização dos programas museológicos do Parque por la Paz Villa Grimaldi, no Chile, é um exemplo muito valioso para o campo, no sentido de demonstrar as disputas ocorridas entre expresos políticos, familiares e os novos profissionais técnicos que foram paulatinamente sendo incorporados na instituição, conforme se desenvolviam projetos voltados para o campo da Museologia.

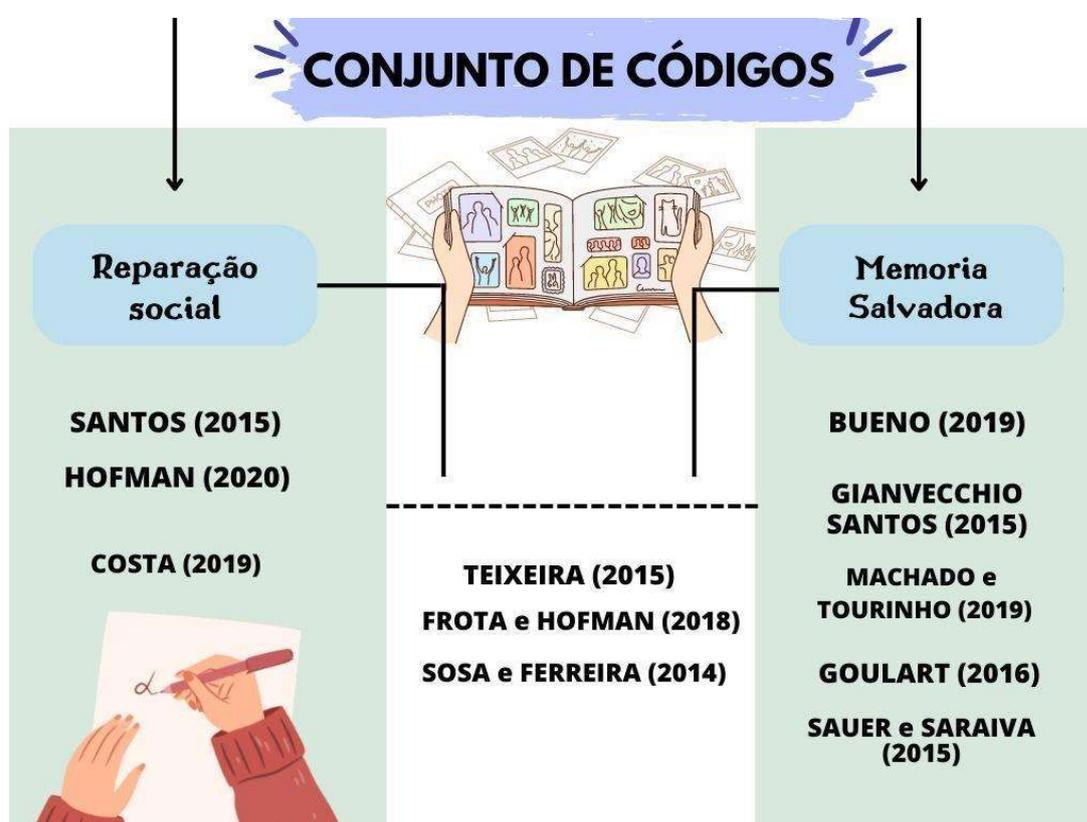
Encontramos outros modos de expressar a questão da reparação nos estudos analisados, uma delas em Frota e Hoffman (2018, p.50), que destacaram que nos museus vinculados a memórias traumáticas, a memória é operada “como instância de resistência e obstáculo à ocultação”. Sendo que nessa resistência, a reparação ganha conotação reparadora aos grupos, cujas memórias deixam de ser ocultadas e passam a ganhar visibilidade e status de oficialidade.

Costa (2019, p.23) por sua vez, em tom determinante, defende que o trabalho nessas instituições, necessita de coragem, desde uma perspectiva de atuação ética, vinculada a essa reparação. Para a autora “[...] há feridas purulentas na memória

nacional que exigem a dor como elemento de luto e luta. Há deveres de memória, há possibilidades de devires”. A autora tenta envolver o leitor nesse processo de devir, de sugerir uma ação transformadora, a partir da memória, como uma reparação.

Vejamos como os autores dos estudos relacionam o conceito de reparação com a ideia de memória salvadora, que poderia impedir novas violações de direitos humanos.

Imagem 10: Ilustração do conjunto de vinculação dos códigos “reparação” e “memória salvadora” identificados a partir da leitura de 22 estudos.



Fonte: Elaboração própria

Como vimos no esquema acima, uma maioria significativa utiliza a ideia de memória salvadora. Apenas 3 estudos operam com o conceito de reparação social e três estudos, os sinalizados no centro da imagem, operam com ambas perspectivas. Em tempo, é importante entender a diferença que existe entre vislumbrar que instituições dedicadas às memórias sobre traumas seja uma ação no contexto de amenizar danos, reparar de algum modo um ou mais grupos sociais.

Outra coisa é considerar que a preservação da memória dos traumas, possa efetivamente evitar que ocorram novas violações.

Nos estudos em que a criação de instituições dedicadas a memórias traumáticas está contemplada, a operação aparece justificada como um “acerto de contas com o passado”, sempre vinculado a uma reparação, na maioria, para as vítimas diretas das violências, portanto, socialmente mais limitada. Sobretudo se entendermos que toda uma sociedade é atingida pelas consequências da violência em questão, a reparação (ou ressarcimento) não deveria se limitar às vítimas, como aparece em muitos estudos analisados.

Ao longo da leitura e análise dos estudos levantados é possível destacar a perspectiva da memória como ferramenta social para que nunca mais outros crimes como os ocorridos na ditadura, voltem a acontecer, percebidos nos estudos apontados na imagem 10, a saber: Teixeira (2015), Hoffman e Frota (2018), Bueno (2019), Gianvecchio Santos (2015), Machado e Tourinho (2019), Goulart (2016), Sauer e Saraiva (2015), Sosa e Ferreira (2014). Vejamos um desses usos:

Embora possam estar ligados a questões e lutas relacionadas a contextos regionais, estes memoriais, que em sua maioria assumem a forma de museus, permitem uma experiência compartilhada de identificação com os grupos e suas memórias. Em sua quase totalidade a mensagem central defendida por estas instituições é a de que a lembrança destes acontecimentos funcione como catalisadora de um movimento que impeça a repetição de situações semelhantes. Advindo daí a ideia do “Never Again”, “Nunca más”, “Nunca Mais” (HOFFMAN e FROTA, 2018, p. 50)

A consigna “Nunca Mais”, traduzida em vários idiomas, tem servido como bandeira e escudo de várias estratégias de memorialização, patrimonialização e musealização de memórias de passados traumáticos. Abrindo um breve parêntese, vale lembrar que, no contexto das ditaduras na América Latina, é possível identificar o termo “nunca mais” como título de comissões de verdade (caso argentino), títulos de livros investigativos de referência (como no caso brasileiro), entre outros.

Retomando ao nosso objeto, temos que os estudos que analisamos apontam a memória do passado traumático da Ditadura, como instrumento. Nessa conjuntura, a memória ganha uma conotação não apenas da pacificação, mas salvadora, sobretudo, de impedimento. No panorama de 22 estudos lidos, encontramos nove estudos que fazem uso do conceito de memória salvadora.

Quadro 17 - Informações encontradas sobre o código - Memória salvadora (Nunca Mais), na leitura dos 22 estudos.

Título do estudo	Citação
O patrimônio imaterial sob a ótica dos museus: novas aproximações, perspectivas e rupturas	A musealização, nestes casos, tem um grande papel social: serve a denúncia e educação, para que outros não venham a sofrer violações, quaisquer que sejam. E o imaterial vem se relacionando intrinsecamente a essas novas categorias de espaços conhecidas como sítios de consciência, monumentos, lugares de memória e memoriais. (p.42)
Memoria musealizada: un estudio sobre los procesos de patrimonialización de memorias traumáticas en Uruguay y Brasil	[...] busca traer del pasado los elementos para que el sujeto, movido por la experiencia pretérita, pueda hacer frente a las violencias del presente, identificando y transformándose en crítico de las diversas formas con las cuales la violencia se reviste en las sociedades contemporáneas. Sería para él el punto clave donde radica el carácter ejemplar, reparador y pedagógico de una memoria, donde se encontraría además “la finalidad de su patrimonio museal: impedir la reiteración de los hechos que denuncia”.(p.113)
Museus e Memórias da Repressão e Resistência em Belo Horizonte: reflexões sobre o espaço construído na produção de lugares de memória	A mensagem central defendida por estas instituições é a de que a lembrança destes acontecimentos funcione como catalisadoras de um consenso público que impeça a repetição de situações semelhantes. [...] Embora possam estar ligados a questões e lutas relacionadas a contextos regionais, estes memoriais, que em sua maioria assumem a forma de museus, permitem uma experiência compartilhada de identificação com os grupos e suas memórias. Em sua quase totalidade a mensagem central defendida por estas instituições é a de que a lembrança destes acontecimentos funcione como catalisadora de um movimento que impeça a repetição de situações semelhantes. Advindo daí a ideia do “Never Again”, “Nunca más”, “Nunca Mais”. [...] A mercantilização da memória, a coloca numa situação paradoxal, por um lado, sua transformação em mercadoria pode levar a sua banalização. Por outro lado, pouca exposição pública pode limitar a consciência das atrocidades e violações de direitos humanos cometidas no passado, visto que tal consciência pode ajudar a impedir que acontecimentos com a mesma natureza voltem a ocorrer. [...] a lembrança destes acontecimentos funcione como catalisadores de um consenso público que impeça a repetição de situações semelhantes.(p.17-20)
Presença na ausência: amnésias políticas e resistências poéticas	Por esse motivo, o exame dos registros produzidos em uma sociedade por todos os seus membros é muito mais do que uma questão meramente afetiva. É uma forma de controle social, que pode ser perversa, quando o controle opta por esconder suas deficiências e seus erros. [...] A esse exemplo, Berlim se torna um paradigma da busca da memória como catarse, posto que a memória do Holocausto estabeleceu parâmetros para tratar os monumentos de

na memória da ditadura civil-militar brasileira (1964-1981) ⁸¹	barbárie como advertência para evitar repetições e com a proposta de revisar o passado. [...] A preservação da memória política da ditadura militar também deve ter uma função pedagógica, no sentido de ser pensada como uma lição para as próximas gerações, para que nunca mais venham a acontecer as atrocidades do passado.(p. 60-118))
Lugares de Memória Difícil: Iniciativas de Preservação na Cidade de São Paulo	Neste cenário, a memória se evidencia como um campo de justiça, de denúncia, pesquisa e investigação. [...] Hoje, mais de trinta anos depois do regime militar, o documento [livro Brasil Nunca Mais] ainda gera revolta e é utilizado como ação educativa e de prevenção, para evitar que fatos como esses se repitam, tendo sido considerado um obstáculo para aqueles que tinham o intuito de apagar o passado.(p.105-107)
Lembrando o passado autoritário: memórias sobre a ditadura militar no Brasil	Vemos então o aspecto redentor adquirido pela memória. Argumento que a memória aparece para vingar a História. Já que as vítimas sofreram o que sofreram, e isso não seria possível mudar, é necessário então lembrar-se do ocorrido para que ele nunca mais se repita. A memória se torna um dever após o fim das ditaduras. Com a instalação do regime democrático no Brasil, as feridas puderam enfim ser expostas. Os diversos e incontáveis testemunhos que surgiram, possibilitaram a condenação do terrorismo de Estado e a ideia do “nunca mais” entrou no nosso vocabulário. (p.10)
(Re)construção da memória de repressão e resistências camponesas: reflexões sobre a Comissão Camponesa da Verdade	O desejo é que histórias e trajetórias de vida como as de Elizabeth Teixeira, Margarida Alves, Chico Mendes, e tantos outros menos conhecidos, mas tão emblemáticos quanto esses, não se repitam na história desse país. Por isso, as ações em torno da memória camponesa são estratégicas. (p.11)

Fonte: Elaboração própria

Da análise das abordagens reproduzidas acima, temos que encarar a finalidade da preservação das memórias e do patrimônio museal vinculados a traumas sociais visando “impedir” a reiteração dos fatos que o museu denuncia, possa significar, dotar o museu e o patrimônio de uma responsabilidade que não lhes pertencem. Haja vista que este, corresponde ao trabalho contínuo do Poder Público e também da sociedade, enquanto coletivo.

⁸¹ Cabe mencionar que durante a leitura deste estudo, foi identificado plágio cometido pela autora desta tese de doutorado, defendida em 2015 por Adriana Cecilia Gianvecchio Santos, em trecho idêntico publicado na dissertação de BRITO, publicada um ano antes, em 2014. Ver: BRITO, Ana Paula Ferreira de. O tempo da memória política. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pelotas, na pg. 42.

Neste código identificado para análise como “memória salvadora”, optamos por ampliar o debate e trazer para a discussão reflexões de outros autores que advogam no sentido de que a memória não tem o poder de garantir nada. Em interessante diálogo, registrado no livro “Cómo será el pasado”, Elizabeth Jelin e Ricard Vinyes abordam o tema da memória como garantidora do nunca mais. Os autores se reuniram no I Encuentro de Museos de Memoria, organizado pelo Museo de la Memoria y los Derechos Humanos de Chile, em 2021, para falar sobre a obra. Durante a conversa, a artista Cláudia Chamorro produzia desenhos sobre o tema tratado, sendo a imagem apresentada a seguir.

Imagem 11: Print do diálogo entre Elizabeth Jelin e Ricard Vinyes, durante Encontro realizado pelo MMDH do Chile, com representações visuais realizadas ao vivo pela ilustradora Claudia Chamorro.



Fonte: Youtube do MMDH. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SNA5I5VyXno&list=PLHnmNPMfE9KIZwNDdl5g0CCbWsrvHwi80&index=10>, acessado em 08/11/2022.

Da imagem, chama atenção os olhos, dados pela memória, a diversas pessoas representadas ao lado, com seus balões de pensamentos. A mão estendida, ao oferecer esses olhos, se apresenta inclinada, com suavidade, acompanhada de um pedido de desculpas “lo siento, no te puedo proteger”. A imagem está em diálogo com o que, sobretudo Ricard Vinyes vem defendendo em seus trabalhos, sobre a perspectiva de encarmos a memória de passados traumáticos, como um direito civil, convertendo essa memória (democrática) em patrimônio (VINYES, 2009).

No diálogo, temos ainda Elizabeth Jelin, uma autora argentina bastante referenciada nos estudos que constituem nosso objeto de investigação, até por isso, trazemos suas reflexões para aportar a análise. Jelin (2021, p.39) nos traz uma pergunta inquietante: “En las sociedades en las que hubo políticas oficiales y grupos humanos reclamando memoria de pasados políticos dictatoriales, conflictivos y violentos ? se ha construído democracias mejores o sociedades más democráticas que en aquellas donde no las hubo?”. Jelin (2021) afirma que a consigna “Nunca más” está presente nas discussões sobre violências do passado, sendo operada quase com um mandato para o futuro, que o ocorrido não se repita nunca mais.

Para Vinyes (2021), essa é uma exigência excessiva para a memória, identificada por ele como um exercício. Por isso, não deveria ser visto como um “remédio protector de riesgos e peligros” (VINYES, 2021). Com a preservação ou não das memórias de passados traumáticos, novos crimes de lesa humanidade podem, e seguem, ocorrendo.

Como vimos brevemente no capítulo um, em que pese o Brasil ter vivido anos de investimento em políticas públicas de memórias sobre o passado ditatorial brasileiro, com investimento em três comissões de investigações históricas, incentivo a preservação das memórias do passado traumático da Ditadura a partir de diversas linguagens artísticas e suportes de memória; no período do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) não apenas assistimos a um significativo retrocesso nesta matéria da preservação das memórias, como registramos inúmeros casos de aumento de violência estatal, censura a informação (com elevado número de documentos públicos do presente, com sigilos de mais de uma década), incontáveis casos de desrespeito a instituições democráticas e violações de leis por representantes do Poder Público, assassinatos políticos e de defensores de Direitos Humanos, entre outros crimes.

De modo que, a partir da experiência de avanços e retrocessos não apenas no que diz respeito a políticas de memória, mas a políticas de defesa dos direitos humanos, temos que a memória, a princípio, nada pode salvar, nem garantir. Nesse sentido, cabe uma aproximação com a máxima difundida pela *Coalition Sites of Conscience*, de memória para a ação. Nesse sentido as autoras Sosa e Ferreira afirmam:

[...] lo que se espera de un museo de la memoria, es aquella que busca traer del pasado los elementos para que el sujeto, movido por la experiencia

pretérita, pueda hacer frente a las violências del presente, identificando y transformándose en crítico de las diversas formas con las cuales la violencia se reviste en las sociedades contemporâneas (SOSA e FERREIRA, 2014, p.113).

Nessa perspectiva a memória se associa à transformação da informação gerada a partir do acesso a memórias do passado de violências socialmente traumáticas, em consciência social que contribua para uma ação e mobilização coletiva frente a outras violências e injustiças do presente. Nesse sentido, nos aproximamos muito profundamente com a ideia de função social dos museus, destacada no continente latino-americano desde 1972, na Mesa de Santiago, bem como, na convocação feita por Waldisa Rússio, de que os profissionais da Museologia, se percebam e atuem como profissionais sociais.

A importância de buscarmos caminhos, para que a musealização tenha a capacidade de mobilização social, talvez esse seja nosso maior desafio e compromisso. [...] As ações museológicas, em algumas dimensões, têm relevância nos enquadramentos democráticos, e para continuarmos nesse circuito, é preciso reconhecer hoje que a Museologia transita entre esses três desafios: enfrentar o dever de memória, o desejo de memória e o direito à memória (BRUNO, 2019)⁸².

Mobilização social pode ser percebida como um dos mais significativos desafios da Museologia aplicada para o trabalho com as memórias de passados traumáticos. É preciso atuar para além de homenagens às vítimas, haja vista que a dor e as homenagens, não atravessam gerações. Mesmo países em que as novas gerações de vítimas indiretas de crimes de lesa humanidade foram envolvidas desde o primeiro momento de transições, como é o caso argentino, não há garantias de continuidade no interesse do tema, menos ainda de sua resignificação com diálogos no presente. No Brasil o silêncio institucionalizado (BRITO, 2019) sobre os crimes da Ditadura, contribuiu com o estabelecimento de certa passividade, com que a sociedade brasileira e as novas gerações enfrentam os graves crimes contemporâneos.

⁸² Fala de Maria Cristina Bruno, durante o IV SEBRAMUS, 3h11m, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=J_05il3sB90&list=PLyk4r4kCzQwYDriZ55OK2u59AHN3vUPm8&index=2, acessado em 16/07/2022.

4.2.5 Interdisciplinaridade e partilha de saberes

A Museologia no Brasil é uma área bem estabelecida enquanto campo do conhecimento, tanto na graduação, quanto na pós-graduação, como vimos no segundo capítulo deste trabalho. Sem prejuízo para as abordagens interdisciplinares, no Brasil a Museologia mantém-se em área específica dentro das principais agências de fomento, como Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPQ. Outras disciplinas como a Conservação e Restauro, que tem assento na grande área da interdisciplinaridade, não possui ainda no país, cursos de pós-graduação específicos, tendo que enfrentar desafios que a Museologia, neste sentido, já superou.

Outro ponto que merece destaque é que há uma organização legal do campo, com a regularização da profissão em 1984, a consequente regularização dos órgãos de classe, e a criação do Estatuto dos Museus (2009) que estabelece os parâmetros de uma política museológica nacional. Por isso, temos que as discussões contempladas pelos discentes dos programas de pós-graduação em Museologia, ao conceder o título de museólogo aos formados, têm incidência prática no mercado de trabalho.

O que se pode identificar, a partir dos resultados das pesquisas realizadas sobre os estudos dos discentes de pós-graduação em Museologia, é que o tema das memórias da ditadura não tem um destaque quantitativo no âmbito das produções do período analisado. E que as reflexões sobre o tema que evocamos nesta dissertação, têm se estabelecido de modo interdisciplinar no Brasil.

Em que pese a Museologia ser uma área disciplinar delineada, a produção do conhecimento sobre as práticas de preservação e comunicação das memórias da ditadura no Brasil, enquanto problemática de estudo, está sendo produzida por profissionais de diferentes áreas, com presença ainda sutil de pesquisadores museólogos. Os artigos publicados em anais de eventos de áreas congêneres da Museologia, tais como História e Ciências Sociais, demonstram que o tema da ditadura tem sido notadamente analisado sob uma óptica do campo de estudos da área do patrimônio cultural.

Na identificação feita sobre os estudos acadêmicos (2014-2020) que analisam e abordam as práticas sociais de preservação de memórias traumáticas, temos que

ainda é tímida a quantidade de pesquisas produzidas. E neste sentido, nos parece indispensável destacar a importância da interdisciplinaridade para o estudo de questões sociais contemporâneas, como é a musealização do passado ditatorial, entre outras memórias vinculadas a passadas traumáticas, sobretudo por “[...] reconhecer la Museologia desde la interconexión de distintas culturas en tensión” (PADRÓ, 2003, p. 63).

Nos estudos analisados, sem mencionar especificamente o campo da Museologia, reiteradamente os autores pontuaram a importância da interdisciplinaridade para as análises sobre o passado ditatorial no Brasil. E outro ponto de observação nesse sentido, também é a importância de fomentar mecanismos de reciprocidade entre os saberes acadêmicos e os diversos e dinâmicos saberes que existem fora das universidades.

A partir do estudo de Marta Ciocari (2015), podemos verificar na prática, a importância da unificação desses saberes. Vejamos muito pontualmente, dois casos citados no estudo de Ciocari: a autora afirma que Jurandir Bezerra, filho de uma vítima direta da ditadura, Gregório Bezerra, “[...] ouviu de uma representante da Comissão da Anistia em Recife que teria que provar que seu pai, Gregório, foi mesmo preso e torturado – quando na verdade suas torturas pelas ruas de Recife foram televisionadas e conhecidas mundialmente.” (2015, p.26). Em outra parte do texto, a autora, revela que muitos esforços de pesquisadores do tema, têm contribuído com o êxito nos pedidos de reparação financeira junto a Comissão de Anistia.

Quando atuei como pesquisadora na CNV, tive acesso a um documento que Gilney Viana havia elaborado para a Comissão Camponesa propondo a retificação do nome do camponês de Cachoeiras do Macacu (RJ) Sebastião Gomes da Silva para Sebastião Gomes dos Santos. Ele havia sido assassinado pelos militares e seu nome fora grafado de forma equivocada nos documentos oficiais. Por essa razão, sua família teve negado vários pedidos para o reconhecimento da sua condição de perseguido político. Gilney Viana investigou o caso pelos documentos do Brasil Nunca Mais Digital e percebeu que se tratava da mesma pessoa. Elaborou um parecer sobre isso, o que possibilitou o reconhecimento da vítima pela CNV. (CIOCCARI, 2015, p.26)

São muitos saberes técnicos, jurídicos, psicossociais, diversos elementos necessários de serem considerados, dentro de suas especificidades, nessa grande teia de fios no trabalho com as memórias de passados traumáticos.

Pensando no caso brasileiro, Cristina Bruno, em palestra proferida para o grupo REA-Sociomuseologia da Universidade Lusófona, ponderou que: “Nós temos

uma enorme dificuldade de trabalhar as cicatrizes. E faz uma menção a Pina Bausch, quando fala que uma certa emancipação da Museologia poderia encontrar uma função ética de “atacar a reentrância da cicatriz” (citação de Pina Bausch, 2001)”. Estabelecendo um diálogo com Waldisa Rússio, quanto à perspectiva de o museólogo ser um trabalhador social, Cristina Bruno põe ênfase na perspectiva ética da Museologia se ocupar do trabalho com as cicatrizes sociais. E encontramos nesse pensamento, mais um elemento que nos conduz à possibilidade de discutirmos sobre uma especificidade do trabalho museológico de memórias traumáticas. Haja vista que as cicatrizes sociais no Brasil são variadas e, lamentavelmente, uma vez mais pontuamos que a cada dia se avolumam e se atualizam violências estatais que conduzem a traumas sociais.

A partir do levantamento apresentado no capítulo um, podemos ver que disciplinas como a História, Antropologia, Direito e a Arquitetura, foram precursoras no Brasil nas análises voltadas para a memorialização da ditadura. Mas a prática da musealização, os avanços e retrocessos quanto às políticas públicas de memória e à criação e desenvolvimento dos Sítios de Memória e Consciência, tem alertado para a necessidade de que a Museologia esteja na base das discussões, assumindo um papel de maior destaque nesses processos.

Especificamente sobre as memórias da ditadura no Brasil, se articularmos a trindade sacralizada (BRITO, 2019) dos movimentos sociais pós-ditadura, na busca por memória, verdade e justiça, com a tríade da musealização: seleção, pesquisa e comunicação, temos um vasto campo interdisciplinar ativo e extremamente político, que estará sempre em disputa no presente.

Por isso, se avalia que a produção de análises, proposições e reflexões com base em princípios próprios da Museologia, considerando métodos próprios do campo, tem muito a contribuir com uma ampliação do processo social de ressignificar passados traumáticos. Isso sem perder de vista a constituição de outras disciplinas, entendendo a interdisciplinaridade como fundamental para o desenvolvimento da Museologia de memórias traumáticas, haja vista relações já estabelecidas entre a Museologia e outras ciências do campo humano e social.

A construção de pesquisas sobre o tema, por outras disciplinas, como se tentou mostrar brevemente nesta dissertação, mobiliza uma demanda de que a Museologia assuma análises sobre processos museológicos e expográficos de

trabalho com memórias traumáticas, fortalecendo essa discussão que já ocorre no cenário mundial, cujo maior expoente, são as memórias vinculadas ao Holocausto.

Além das disciplinas já citadas ao longo desta investigação, cabe mencionar o turismo, como potencial aliado, e não vilão, nesse trabalho prático de musealização e de análises sobre essa Museologia sugerida. No estudo de Cris Bueno (2019), a autora defende a denominação de “turismo de luto” para se referir ao trabalho com memórias traumáticas em lugares e instituições culturais. Para Bueno, “*dark tourims*”, termo comumente utilizado, pode remeter a ideia de turismo macabro. De acordo com Bueno (2019), essas memórias, a partir dos lugares, podem – e devem – ser explorados pelo turismo. Para ela, em que pese “a obra prima desses lugares ser o sofrimento de outra pessoa”, é necessário pensar nos agentes desses conflitos e não espetacularizar as tragédias. E este é um campo inegavelmente pouco explorado no Brasil, quer seja quanto a sua prática cultural ou a reflexões teóricas sobre seu potencial.

O estudo de Hofman (2020) contribuiu para incluir na discussão sobre a interdisciplinaridade, o campo das Ciências da Informação como disciplina congênere da Museologia, a ser observada também na construção e discussão da Museologia de memórias traumáticas. Assim como a Arqueologia que, neste caso, é identificada na produção brasileira como “Arqueologia da repressão e da resistência”. De acordo com o autor:

Ferramentas potencialmente poderosas, neste sentido, têm sido algumas metodologias empregadas a partir dos estudos de cultura material, principalmente através do que se convencionou chamar de Arqueologia da Repressão e da Resistência, e a metodologia da Arqueologia da Arquitetura (ZARANKIN; NIRO, 2008). A Arqueologia da Arquitetura aborda o espaço construído como reflexo das ideologias, costumes e práticas de uma sociedade, a partir da análise, escavação e da aplicação de métodos dos estudos arqueológicos nas edificações, combinados com os registros existentes sobre as sucessivas ocupações dos edifícios em questão. Plantas, registros da história oficial, bem como os testemunhos dos sobreviventes e familiares são confrontados na produção de estudos e discursos que objetivam um maior entendimento desses acontecimentos. Esses estudos constituem-se em instrumentos valiosos para a construção de uma história negligenciada sobre as memórias do trauma (HOFMAN, 2020, p.100).

Os estudos de Adriana Gianvecchio (2015) e Fabrícia Jordão (2018), por sua vez, põem ênfase no papel da arte, ressaltando que sua função não é meramente de contemplação estética. Para Gianvecchio (2015, p.29), a arte também serve “[...] a reflexão crítica, o pensamento transformador, a vontade da mudança. Nessa

esfera, toda forma de arte privilegia a reflexão, a crítica e uma possibilidade de transformação”. Para a autora, a arte contemporânea é vista como um dispositivo político para se entender a ditadura militar brasileira, passado, que segundo a autora, só pode ser acessado por meio de rastros, e “[...] a arte pode ressignificar o rastro e reencontrar seu sentido” (2015, p.13).

O conjunto desses estudos, entre vários outros fios que puderam ser puxados, manipulados e contorcidos nessa costura de ideias, serviu para demonstrar nessa análise, que um dos princípios reguladores da observação da ocupação da Museologia com as memórias de passados traumáticos, precisa entender que seu desenvolvimento só estará com acabamento ajustado, se contemplar a partilha de saberes entre diferentes disciplinas. E nesse sentido, esta dissertação ressalta o chamado a que a produção da Museologia brasileira se aproprie mais dessa produção de conhecimentos e dessa costura de saberes em prol da vida. E que as outras disciplinas também possam contemplar os saberes conceituais da Museologia.

5 CONSIDERAÇÕES: a uma Museologia de memórias traumáticas

O termo final é usualmente utilizado nas últimas páginas de trabalhos acadêmicos, um protocolo formal de finalização e apresentação do resultado da investigação. Mas, considerando que o tema tratado nesta pesquisa, ainda carece de muitos diálogos, sobretudo dentro das discussões feitas por museólogas e museólogos brasileiros, peço, aqui, licença do protocolo para apresentar considerações para que esse diálogo seja ampliado por outras vozes e letras.

Ao contrário de finalizar, toda essa obra foi iniciada com o espírito e a esperança de que não fosse encerrada nesta produção. Esperança de que as cortinas sejam esticadas e que essa discussão passe ao centro do palco; que o tema desta pesquisa possa continuar a sair da margem dos coletivos de direitos humanos, para ocupar as salas de aula de disciplinas interdisciplinares que lidam com as instituições museais, com ênfase na Museologia; e que, acima de tudo, esse debate não sirva apenas para os interessados nos trabalhos dos Sítios de Memória e Consciência, pois o tema dos direitos humanos deveria ser um tema de todos os museus.

Considerando uma avaliação geral das análises feitas e que, de certo modo, ajudam a delinear a possibilidade de falarmos de uma Museologia de memórias traumáticas, título desta dissertação, destacamos três pontos que consideramos importante sobre o panorama dos resultados. Primeiro, o trabalho com memórias traumáticas da ditadura no Brasil está mais consolidado em áreas afins como História, Arquitetura e Antropologia, de modo que se identifica uma ocupação ainda muito tímida da Museologia sobre o tema.

Na identificação feita sobre os estudos acadêmicos (2014-2020) que analisam e abordam as práticas sociais de preservação de memórias traumáticas, temos um volume pequeno de pesquisas produzidas. Os artigos publicados em anais de eventos de áreas congêneres da Museologia, tais como História e Ciências Sociais, demonstram que o tema da ditadura tem sido notadamente analisado sob uma óptica do campo de estudos do patrimônio cultural. Por isso, na tecitura destas últimas considerações, ressalta-se a necessidade de que as instituições de ensino fomentem mecanismos de reciprocidade entre os saberes acadêmicos e os diversos e dinâmicos saberes que existem fora das universidades.

Alguns estudos analisados pela dissertação colocam ênfase na importância da interdisciplinaridade para trabalho com memórias traumáticas. O segundo ponto de destaque considera afirmar que o uso de autores e da teoria da Museologia para discutir instituições museais de memórias traumáticas também é incipiente. São exemplos a recorrência maior de autores que tratam da memória e a quase inexistência de articulação com alguns conceitos da Museologia como musealização ou fato museal.

Assim, chama-se a atenção para os ganhos de pesquisas que possam trabalhar com temas de memórias traumáticas, como a ditadura brasileira, a partir de marcos conceituais e metodológicos da Museologia. Considerando que toda instituição museológica possui um compromisso ético com uma cultura de paz, ressaltamos que a Museologia tem muito a contribuir neste tema, sobretudo pesquisas operadas sob critérios estabelecidos por vertentes que sublinham a função social da Museologia, como a Sociomuseologia, a Museologia Social e a Museologia Crítica, percebidas aqui como importantes aliadas nas reflexões a serem produzidas no âmbito da Museologia de memórias traumáticas.

Terceiro ponto: ressalta-se que as análises demonstraram que alguns temas parecem demandar a ampliação do debate em se tratando da musealização de

memórias traumáticas, a exemplo do papel dos museus no processo de reparação e de construção de consciência histórica, do conceito e nomenclatura dessas instituições e da representação expográfica de memórias traumáticas. Podemos sinalizar que o Brasil já dispõe de casos em distintas regiões brasileiras que podem alimentar estudos férteis sobre as práticas de musealização sobre a ditadura e outros traumas sociais. Após o caminho percorrido pelos estudos, ponderações sobre seus resultados agrupados por blocos de análise, reiteramos a possibilidade e a necessidade de falarmos sobre uma Museologia de memórias traumáticas.

Ao fim de nossas análises desenvolvidas ao longo dessa pesquisa, retomamos a ideia desenvolvida por Cristina Bruno, em referência a Pina Bausch, que sublinha a importância de a Museologia estabelecer um compromisso ético ao se ocupar com nossas cicatrizes sociais. Esse pensamento fortalece a sugestão aqui aventada, de falarmos sobre uma Museologia de memórias traumáticas, haja vista que as cicatrizes sociais no Brasil são variadas e, cotidianamente, atualizadas. E sua musealização vem desafiando a Museologia a entender as reivindicações e os processos da sociedade que atribuem musealidade a essas memórias dolorosas e traumáticas.

A identificação dessa valorização, esse processo de atribuição, é tão importante quanto o resultado. E é nesta perspectiva processual que esta pesquisa espera ter dado alguma contribuição, ao estabelecimento da produção do conhecimento disciplinar da Museologia, sobre a preservação e discussão da memória política brasileira. A timidez investigativa quanto ao enfrentamento do tema, identificada na produção de conhecimento da Museologia, é percebida como um alerta sobre a importância de avançarmos nas investigações científicas, com maior aproximação e relação entre a Academia e as iniciativas de musealização desse passado empreendidas, em sua maioria, por grupos da sociedade civil.

Nessas linhas finais, não se pode esquecer a importância da poesia, da pluralidade de saberes e de análises críticas sobre os trabalhos de disputas, dissensos e consensos sobre as memórias do trauma, trabalho em questão. O estudo dessas memórias, no que diz respeito ao caráter museológico, tem potencial para estimular o exercício de vários direitos, entre eles o direito cultural e os direitos humanos. Para a despedida, se candente for, o uso do termo “**final**”, nestas últimas linhas, finalizaria citando: “**apurar a prática de subversão e incitamento à desordem**”.

Essa inscrição, em vermelho, foi registrada na ficha de matrícula de Janet Chermont Guimarães⁸³. Janet foi estudante do curso de Museologia do Museu Histórico Nacional, tendo sido desligada do curso por perseguição política em 1969. Este caso foi apresentado no estudo de Sá (2016), que também integrou o objeto desta dissertação. Citar nestas linhas finais o registro que cerceou de Janet Guimarães o direito de estudar Museologia é, à sua vez, uma homenagem e uma convocação aos leitores do presente trabalho.

Ao longo dos capítulos anteriores, foram compartilhados apontamentos da análise feita de trabalhos selecionados no recorte cronológico: 22 estudos qualificados e validados por profissionais avaliadores⁸⁴. E esta análise ampliou, na medida do possível, breves reflexões de outras produções brasileiras em busca de averiguar a ocupação da museologia sobre as memórias da ditadura brasileira. Sobre isso, se pudermos propor uma analogia, poderíamos dizer que as produções dos intelectuais acessados para compor essa dissertação e todos seus trabalhos foram como água dentro de uma caixa de papelão: escapou dos limites, criou brechas e transbordou pela materialidade do papelão, desfazendo, em certa medida, a dureza da matéria (papelão), alçando outros espaços e inundando essas linhas **finais**.

Considerando o caminho percorrido e retomando a referência à perseguição sofrida por Janet Chermont e por muitas outras brasileiras e brasileiros, fica o convite para que possamos, juntas, juntos e juntas, continuar provocando desordem à Museologia que não preconiza a vida. Que a subversão seja, sempre, em nome da Museologia que incite o respeito à dignidade da pessoa humana; que a Museologia de memórias traumáticas possa ser útil a isso, e que ela possa contar com você.

Todas autoras e todos autores citados nesta dissertação abriram caminhos, tal como Ivan Sá desejou ao finalizar seu artigo, dizendo que esperava "[...] abrir caminhos para outras pesquisas que tragam novos subsídios, tudo isto com o objetivo maior de contribuir com a construção de uma história da Museologia no

⁸³ No artigo de Ivan Sá (2019), este caso é abordado em detalhes. De acordo com o autor, nesse período, havia predominância maciça de mulheres e jovens no curso de Museologia. O registro completo no documento oficial da estudante citada no texto, datilografado em vermelho, diz: "Desligada do curso de Museus, de acordo com o Inquérito Escolar instituído p/ Memorandum nº2, de 22/1/69, do Sr. Diretor do MHN, com o fim de apurar a prática de subversão e incitamento à desordem por parte da aluna acima mencionada". (Acervo NUMMUS apud SÁ, 2019, p.253).

⁸⁴ Bancas de defesas de mestrado e doutorado, pareceristas de revistas acadêmicas e coordenadores de simpósios temáticos - nos casos de artigos publicados em anais de eventos acadêmicos de áreas congêneres.

Brasil (SÁ, 2019, p. 237). Espero que esse texto também contribua para abrir muitos outros caminhos, que a água do pote de barro da Museologia, mencionada nas linhas que inauguraram esta dissertação, possa suprir a sede de muito mais pessoas e que, hidratadas, possam entrar na ciranda da Museologia de memórias traumáticas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWSKY, Ana. ¿Es posible enseñar y aprender a mirar? Revista El Monitor de la educación, n. 13, 5ta. Julio/Agosto, 2007. Buenos Aires, Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología de la Nación. (pp. 33-35).

ALVES, Vânia Maria Siqueira; SCHEINER, Tereza. Museu, Musealidade e Musealização: termos em construção e expansão. Documentos de trabalho do 21º Encontro Regional do ICOFOM LAM 2012. Petrópolis, Nov/ 2012. p.99-111.

ASSMANN, Aleida. Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

BERGHE, Kristine Vanden. “El Congreso por la Libertad de la Cultura y la América Latina”. Estudios Ibero-Americanos, PUCRS, v. XXV, n.1, p. 217-234, junho de 1999. Disponível em: <https://orbi.uliege.be/bitstream/2268/28719/1/VandenBergheEstudiosiberoamericanos.pdf>, acessado em 10/11/2021.

BRASIL. Ministério da Cultura. Política Nacional de Museus. Organização e textos, José do Nascimento Junior, Mário de Souza Chagas. – Brasília: MinC, 2007.

BRASIL. Política Nacional de Museus – Relatório de gestão 2003-2010 (2010: Brasília – DF). Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus. – Brasília, DF: MinC/Ibram, 2010.

BRITO, Ana Paula Ferreira. Quando o cárcere se transforma em museu: processos de transformação de centros de detenção em sítios de memória no Cone Sul (1990-2018). 2019. 320 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

BRULON, Bruno. Entendendo a musealização como conceito social: entre o dar e o guardar. In: Elizabete de Castro Mendonça (org.), Museologia, Musealização e Coleções: conexões para reflexão sobre o patrimônio. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2016. p 38-54.

BRULON, Bruno. Provocando a Museologia: o pensamento geminal de Zbynek Z. Stránský e a Escola de Brno. Anais do Museu Paulista. [online]. v. 25, n.1, 2017. p.403-425.

CANDAU, Joel. Mémoire et expériences olfactives. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.

CARVALHO, Luciana Menezes de. Do Museu à Museologia: constituição e consolidação de uma disciplina, 2017, 215 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio

de Janeiro - UNIRIO e do Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST, Rio de Janeiro, 2017.

CATELA, Ludmila. No Habrá flores en la Tumba del Pasado. La experiencia de reconstrucción del mundo de los familiares de desaparecidos. La Plata: Ediciones Al Margen, 2009.

CHAGAS, Mário de Souza. Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade. Chapecó, Santa Catarina: Argos, 2006.

CUTY, Jeniffer. Revisando a dimensão conceitual e política da cultura de preservar cidades. In: FRANÇA, Maria Cristina C. de C.; LOPES, Cicero Galeano; BERND, Zilá. Patrimônios memoriais: identidades, práticas sociais e cibercultura. Porto Alegre: Movimento, 2010. P. 126-141.

DELOCHE, Bernard. Definición del museo. In: MAIRESSE, François; DESVALLÉES, André (orgs.). Redefinir el museo. 1. ed., Avellaneda: Undav Ediciones, 2018. p.97-106.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. Musealização. In: Conceitos-chave de Museologia. São Paulo: Armand Colin, 2013. p.56-57.

DOGLIANI, Patrizia. La memoria de la Segunda Guerra Mundial em Europa. In: DUARTE, Alice. Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora. Revista Museologia e Patrimônio. v.6, n.1, 2013.

FELD, Cláudia. La memoria en su territorio. In: FLEURY, Béatrice., WALTER, Jacques. Memorias de la piedra – Ensayos en torno a lugares de detención y massacre. Ejecitar la memoria Ediciones, Buenos Aires, 2011.

GUARILHA, Hugo, SCHEINER, Tereza, FAULHABER, Priscila. Questões sobre Museologia e Patrimônio. In: ICOFOM LAM 2012, 21º. ENCONTRO REGIONAL. Rio de Janeiro, 2012, p.103-121.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Sistema da Museologia, 1983. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional. v.1, 1.ed., São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado de Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010.p. 127-136.

Haidu, Peter. La dialeteca de lo inefable: el lenguaje, el silencio y las narraciones de des-subjetivación. IN: Friedlander, Saul. En torno a los limites de la representacion: el nazimos y la solución final. 1. ed. Bernal: Univ. Nacional de Quilmes, 2007.

HEYMANN, Luciana. O"devoir de mémoire" na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1685.pdf, acessado em 12/11/2021.

HUFFSCHMID, Anne. Los riesgos de la memoria. Lugares y conflictos de memoria en el espacio público. IN: DURÁN, Valeria. HUFFSCHMID, Anne. (org.) Topografias

conflictivas: memorias, espacios y ciudades em conflicto. 1. ed. Buenos Aires: Nueva Trilce, 2012.

HUYSSSEN, Andreas. En busca del futuro perdido. Cultura y memoria en tiempos de globalización. México, Fondo de Cultura Económica, 2002.

ICOMOS. Carta de Florença. 1980. In: CURY, Isabelle (org.) Cartas patrimoniais. Brasília: Editora IPHAN, 2004.

ISOLAN, Fiorela Bugatti. A formação em Museologia nas universidades brasileiras: reflexões sobre o ensino da gestão e do planejamento sob a ótica da Museologia. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Programa de Pós-graduação Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/103/103131/tde-17102017-110303/pt-br.php>, acesso em 16/07/2022.

ISOLAN, Fiorela Bugatti; e ARAÚJO, Léa Blezer. A formação em Museologia no cenário brasileiro: diálogos e reflexões entre graduação e pós-graduação. IN.: CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. Patrimônios culturais: entre memórias, processos e expressões museais. – Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2017.

JELIN, Elizabeth. Los trabajos de la memoria. Madrid, Siglo XXI, 2002.

JELIN, Elizabeth., LANGLAND, Victoria. Monumentos, memoriales y marcas territoriales. Madrid y Buenos Aires. Siglo Veintiuno Editores, 2003.

JULIÃO, Letícia. O Desafio da Comunicação nos Museus Universitários. Revista Museologia e Interdisciplinaridade. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Brasília. [S. l.], v. 9, n. Especial, p. 13–23, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/32082>. Acesso em: 5 jan. 2022.

JULIÃO, Letícia. Patrimônio imaterial e museus. In: REIS, A. S.; FIGUEIREDO, B.G. (Org.). Patrimônio imaterial em perspectiva. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016. p. 85–105.

JULIÃO, Letícia; TANUS, Gabrielle Francinne. ENSINO DA MUSEOLOGIA NO BRASIL: TEORIA E INTERDISCIPLINARIDADE. 1º SEBRAMUS, Belo Horizonte, 2014.

JULIÃO, Letícia. PACHECO; Ana Paula Soares; BRAGA, Jezulino Lúcio Mendes; GARCIA, Luiz Henrique Assis. Museologia na UFMG: 10 anos da Graduação. Revista Museologia e Patrimônio. v. 15, n. 2 (2022). p. 254-271.

KNELL, Simon. I. Museología crítica. Despliegues y ensambles. I. Critical Museology: Deployments and Assemblies Museos, territorio y representación. Disponível em: https://muac.unam.mx/assets/docs/cuadernos_muac-catedra_bullock.pdf

LESHCHENKO, Anna. Metamuseologia e o Discurso Museológico. In: SOARES, Bruno Brulon; BARAÇAL, Anaildo Bernardo (ed.). Stránský: uma ponte Brno - Brazil. Rio de Janeiro: UNIRIO; Paris: ICOFOM, 2017. p.115-129.

LORENTE, Pedro Jesus. Museología crítica: Museos y exposiciones como espacios públicos de controversia y participación colectiva. Disponível em: https://www.academia.edu/2367892/Museolog%C3%ADa_cr%C3%ADtica_Museos_y_exposiciones_como_espacios_p%C3%BAblicos_de_controversia_y_participaci%C3%B3n_colectiva_Critical_museology_Museums_and_exhibitions_as_public_spaces_of_controversy_and_collective_participation, acessado em 08/01/2022.

MOUTINHO, Mário C. Definição evolutiva de Sociomuseologia: proposta de reflexão. In: Museologia Social. Cadernos do CEOM. Ano 27, nº 41. Chapecó: Unochapecó: 2014. P.423-427.

Museal. In: Conceitos-chave de Museologia. São Paulo: Armand Colin, 2013, p.54-56.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. Revista Projeto História, São Paulo: PUC-SP. N° 10, p. 12. 1993.

Objeto [de museu] ou Museália. In: Conceitos-chave de Museologia. São Paulo: Armand Colin, 2013. p.68-72.

PADRÓ, Carla. La museología crítica como una forma de reflexionar sobre los museos como zonas de conflicto e intercambio. In: LORENTE, Jesús Lorente; ALMAZAN, David. Museología crítica y arte contemporáneo. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2003.

PEIRCE, Charles Sanders. Semiótica. São Paulo: Editora Perspectiva, 1995.

PEREIRA, Marcele. Museologia, Nova museologia e Museologia Social: interfaces e conjuntura. IN: PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mário (orgs.) Introdução à Sociomuseologia. Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento. Departamento de Museologia. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Catedra UNESCO “Educação Cidadania e Diversidade Cultural”. Lisboa, 2020.

POULOT, Dominique. Museu e museologia. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

PRIMO, Judite. O SOCIAL COMO OBJECTO DA MUSEOLOGIA. Cadernos de Sociomuseologia - 3-2014 (v. 47) 5. Lisboa, 2014.

Relatório Final Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Tradução de Alain François [et al.]. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2007.

ROBIN, Regine. La memoria saturada. 1. ed. Buenos Aires: Waldhuter Editores, 2012.

RUSSIO, Waldisa. Formação do museólogo: porque em nível de pós-graduação? In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Coord.). Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional. Vol. 1. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010a. p. 232-236.

SÁ, Ivan C. de. História e memória do curso de museologia: do MHN à UNIRIO. Anais do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, v. 39, p. 10-42, 2007. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/MHN/20030>, acesso em: 30/11/2021.

SÁ, Ivan Coelho. História e memória do curso de Museologia: do MHN à Unirio. MUSEU HISTÓRICO NACIONAL (BRASIL). Anais do Museu Histórico Nacional. Vol. 1. – Rio de Janeiro: O Museu, 1940.

SANTOS, Maria Célia T. A aplicação da Museologia no contexto brasileiro: a práxis e a formação. In: SANTOS, Maria Célia T. Encontros museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu. Rio de Janeiro: MinC/lphan/Demu, 2008. p. 175-228 (Coleção Museu, Memória e Cidadania, 4).

SAUNDERS, Frances S. Quem pagou a conta? Rio de Janeiro: Record, 2008.

SCHEINER, Teresa Cristina. Museologia, patrimônio e desenvolvimento: encontros possíveis. In: MAGALHÃES, Fernand; COSTA, Luciana Ferreira da; HERNÁNDEZ, Francisca Hernández; CURCINO, Alan (orgs.). Museologia e Patrimônio. v.3, Portugal: Escola Superior de Educação e Ciências Sociais | Politécnico de Leiria, 2020. p.107-147

SCHINDEL, Estela. Inscribir el pasado en el presente: memoria y espacio urbano. In: Políticas culturales. nº. 31. México, Ene. 2009.

SIQUEIRA, Graciele Karine. Cursos de Museus – MHN: 1932-1978: o perfil acadêmico-profissional. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e do Museu de Astronomia e Ciências Afins. – Rio de Janeiro, 2009.

SELIGMANN – SILVA, Márcio. Anistia e (in) justiça no Brasil: o dever de justiça e a impunidade. Literatura e Autoritarismo, Memórias da Repressão, n.9, 2006.

SOARES, Bruno César Brulon. Museus, patrimônios e experiência criadora: ensaio sobre as bases da Museologia Experimental. In: MAGALHÃES, Fernand; COSTA, Luciana Ferreira da; HERNÁNDEZ, Francisca Hernández; CURCINO, Alan (orgs.). Museologia e Patrimônio. v.1, Portugal: Escola Superior de Educação e Ciências Sociais | Politécnico de Leiria, 2020. p.199-231.

SODARO, A.; MENEGUELLO, T. C. Tradução: "Museus memoriais: a emergência de um novo modelo de museu". PerCursos, Florianópolis, v. 20, n. 44, p. 207 - 231, 2020. DOI: 10.5965/1984724620442019207. Disponível em:

<https://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1984724620442019207>. Acesso em: 12 nov. 2021.

STRÁNSKÝ, Zbynek Zbyslav. Sobre o tema “Museologia - ciência ou apenas trabalho prático?” (1980). *Revista Museologia e Patrimônio*, v.1, n.1, 2008. p.101-105.

TEIXEIRA, Sidelia Santos. O curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia: história, características, desafios e tendências contemporâneas. *Revista Museologia e Patrimônio*. v. 15, n. 2 (2022). p. 54-78.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Governança em rede: o caso do sistema brasileiro de museus. *Revista CPC*, São Paulo, n. 16, p. 01 – 208, maio/out, 2013.

TOLENTINO, Atila Bezerra; FRANCH, Monica. Espaços que suscitam sonhos. Narrativas de memórias e identidades no Museu Comunitário Vivo Olho do Tempo. João Pessoa, Editora da UFPB, 2017.

VINYES, Ricard (Ed.) *El Estado y la Memoria*. 1. edição. Buenos Aires: Del Nuevo extremo: RBA (Espanha), 2009.

VINYES, Ricard. *Asalto a la memoria. Impunidades y reconciliaciones*. Libros del Lince, 2011. ASSMANN, A. *Espaços de recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas, SP: Unicamp, 2011.

APÊNDICE A
TRABALHOS PUBLICADOS NA ÁREA INTERDISCIPLINAR DA
MUSEOLOGIA

a) Associação Nacional de História - ANPUH

§ **Revista Brasileira de História** – Foram verificadas 21 edições[1](318 títulos) e encontrado 01 artigo relacionado a nossa pesquisa.

Ano: 2014

Volume e número: v.34, nº 67

Título: O passado que não passa: a sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina.

Nome da pesquisadora: Claudia Wasserman

§ **Anais do Simpósio Nacional de História realizado pela ANPUH** – o evento é realizado a cada dois anos e é considerado o mais importante evento da História no país. Foram consultados os anais dos eventos dos anos 2015 (1827 títulos), 2017 (1207 títulos) e no ano de 2019 não ocorreu evento[2], tendo sido encontrados 3 artigos correspondentes a busca.

Nome do evento: Anais do XXVII Simpósio Nacional de História – Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios.

Ano: 2015

Tipo: Comunicação

Título: Entre o passado e o presente: a memória militar sobre o golpe de 1964 nas páginas da Revista do Clube Militar*.

Nome da pesquisadora: Adrielly Natharry Leite da Silva Oliveira.

Nome do evento: Anais do XXVII Simpósio Nacional de História – Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios.

Ano: 2015

Tipo: Comunicação

Título: A invenção do passado e a construção do presente: imprensa e memória no longo fim da ditadura civil-militar (1974-1985)

Nome do pesquisador: João Batista Teófilo Silva

Nome do evento: Anais do XXIX Simpósio Nacional de História – Contra os preconceitos: História e Democracia

Ano: 2017

Tipo: Comunicação

Título: Compartilhando metodologias de preservação de memórias do passado recente: os arquivos de história oral em sítios de memória do Cone Sul

Nome da pesquisadora: Ana Paula Ferreira de Brito

b) Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS - o encontro é anual e reúne pesquisadores que atuam no campo das Ciências Sociais e Humanas do Brasil. Na oportunidade, há uma seleção dos melhores trabalhos de dissertação e teses do ano que são premiados.

Foram consultados os anais dos eventos dos anos de 2014 a 2020, sendo: 38º encontro realizado em 2014 (67 artigos), 39º encontro realizado em 2015 (79 artigos), 40º encontro realizado em 2016 (68 artigos), 41º encontro realizado em 2017 (84 artigos), 42º encontro realizado em 2018 (80 artigos), 43º encontro em 2019 (451 artigos) e o 44º encontro em 2021 (566 artigos). Do total de 1395 artigos, foram encontrados 4 que correspondem ao tema da nossa pesquisa.

§ Eventos

Nome do evento: 42º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.

Ano: 2018

Título: O complicado papel de vítima: a ressignificação da ditadura militar no contexto dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade *.

Nome das pesquisadoras: Vanessa Veiga de Oliveira e Rousiley Celi Moreira Maia

Nome do evento: 40º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.

Ano: 2016

Título: Lembrando o passado autoritário: memórias sobre a ditadura militar no Brasil.

Nome da pesquisadora: Barbara Goulart

Nome do evento: 39º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.

Ano: 2015

Título: (Re)construção da memória de repressão e resistências camponesas: reflexões sobre a Comissão Camponesa da Verdade*

Nome dos pesquisadores: Sérgio Sauer e Regina Coelly Fernandes Saraiva

Nome do evento: 39º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.

Ano: 2015

Título: Os camponeses e o regime militar: reconstruindo memórias traumáticas*.

Nome a pesquisadora: Marta Cioccarri.

§ **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB** – Foram consultadas 22 edições[3] em busca de artigos relacionados ao tema, mas nenhum artigo foi localizado.

§ **Revista Brasileira de Ciências Sociais – RBCS** - Foram consultadas 23 edições[4] em busca de artigos relacionados ao tema, mas nenhum artigo foi localizado.

c) Associação Brasileira de Antropologia - ABA

A associação realiza eventos bianuais. Foram consultados os anais de quatro encontros, (513 títulos), dos quais, apenas um artigo que atende a nossa busca foi localizado.

Nome do evento: 29ª Reunião Brasileira de Antropologia

Ano: 2014

Título: Caso Vladimir Herzog: um debate sobre memória e simbolismo

Nome a pesquisadora: Bárbara Rossin Costa

Quantidade de artigos publicados no evento[5]: 135

Nos eventos dos anos seguintes, não foram identificados outros artigos correspondentes a nossa busca. Segue informações dos encontros.

Nome do evento: 30ª Reunião Brasileira de Antropologia

Ano: 2016

Quantidade de artigos publicados no evento[6]: 115

Nome do evento: 31ª Reunião Brasileira de Antropologia

Ano: 2018

Quantidade de artigos publicados no evento[7]: 105

Nome do evento: 32ª Reunião Brasileira de Antropologia

Ano: 2020

Quantidade de artigos publicados no evento[8]: 158

§ **Revista de Antropologia do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.** Foram verificadas 21 edições[9] (337 títulos), mas nenhum artigo relacionado a nossa pesquisa.

APÊNDICE B

PESQUISA FEITA EM REVISTAS CIENTÍFICAS DA ÁREA DA MUSEOLOGIA

A seguir, apresentamos a lista das 12 revistas pesquisadas, com a contabilização de títulos e a descrição dos artigos de interesse.

- **Anais do Museu Histórico Nacional: História, Museologia e Patrimônio.**

Foram consultados 74 títulos, dos quais 01 artigo corresponde a nossa busca^[10].

Ano: vol. 51 (2019)

Título: Educar em museus históricos: entre deveres e devires da memória *.

Nome da pesquisadora: Carina Martins Costa

- **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material (MP/USP)**

Edições^[11]: volume 23 / número 1 (2015), volume 23 / número 2 (2015), volume 24 / número 1 (2016), volume 24 / número 2 (2016), volume 24 / número 3 (2016), volume 25 / número 1 (2017), volume 25 / número 2 (2017), volume 25 / número 3 (2017), volume 26 (2018), volume 27 (2019), volume 28 (2020).

Quantidade de artigos: 199 – Nenhum correspondente a nossa busca.

- **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas (MPEG)**

Edições^[12]: vol.9, no 1, 2 e 3 (2014); vol.10, no 1, 2 e 3 (2015); vol.11, no 1, 2 e 3 (2016); vol.12, no 1, 2 e 3 (2017); vol.13, no 1, 2 e 3 (2018); vol.14, no 1, 2 e 3 (2019); vol.15, no 1, 2 e 3 (2020).

Quantidade de artigos: 301 – Nenhum correspondente a nossa busca.

- **Ciência e cultura - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência da Universidade Estadual de Campinas (SBPC/Unicamp).** Foram consultados

486 títulos, dos quais 01 artigo corresponde a nossa busca^[13].

Ano: vol. 71 no 2 (2019)

Título: Políticas de patrimonialização evidenciam locais de conflito e luto

Autora: Chris Bueno

- **Revista do Museu e Arquivo Histórico La Salle**

Edições^[14]: números 20, 21 e 22 (2015); números 24 e 25 (2016); números 26, 27 e 28 (2017); números 29, 30 e 31 (2018); números 32,33 e 34 (2019); números 35, 36 e 37 (2020).

Quantidade de artigos: 175 – Nenhum correspondente a nossa busca.

- **MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia**

Edições^[15]: 2018, 2016 e 2014

Quantidade de artigos: 74 – Nenhum correspondente a nossa busca.

- **Revista Museologia & Interdisciplinaridade (UNB):** Foram consultados 347 títulos, dos quais apenas um artigo corresponde a nossa busca^[16].

Ano: dez. 2019

Título: Formação em Museologia no Brasil e conquistas democráticas: a politização dos alunos do Curso de Museus na transição das décadas de 1960 – 1970 *.

Nome do pesquisador: Ivan Coelho de Sá

- **Revista “Cadernos do CEOM de Chapecó**

Edições^[17]: vol. 27, no 40 e 41 (2014); vol. 28, no 42 e 43 (2015); vol. 29, no 44 e 45 (2016); vol. 30, no 46 e 47 (2017); vol. 31, no 48 e 49 (2018); vol. 32, no 50 e 51 (2019); vol. 33, no 52 e 53 (2020).

Quantidade de artigos: 137 consultados. Nenhum correspondente a nossa busca.

- **Revista CPC – USP.** Foram consultados 201 títulos, dos quais 01 artigo corresponde a nossa busca^[18]:

Ano: no 18 (2015)

Título: Jornada “Lugares de Memória e Consciência em São Paulo” *.

Autor: Renato Cymbalista

- **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio PPG-PMUS Unirio | MAST:** Foram consultados 307 títulos, dos quais 02 artigos correspondem a nossa busca^[19].

Ano: vol. 7 no 1 – 2014

Título: Memoria musealizada: un estudio sobre los procesos de patrimonialización de memorias traumáticas en Uruguay y Brasil

Nome das pesquisadoras: Ana Maria Sosa e Maria Leticia Mazzucchi Ferreira

Ano: vol. 11 no 2 – 2018

Título: Museus e Memórias da Repressão e Resistência em Belo Horizonte: reflexões sobre o espaço construído na produção de lugares de memória

Nome dos pesquisadores: Felipe Eleutério Hoffman e Maria Guiomar da Cunha Frota

- **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE/USP**

Edições^[20]: 24 (2014); 25 (2015); 26 e 27 (2016); 28 e 29 (2017); 30 e 31 (2018); 32 e 33 (2019); 34 e 35 (2020).

Quantidade de artigos: 138 consultados. Nenhum correspondente a nossa busca.

Das revistas selecionadas e não enquadradas na pesquisa, cinco (5) estão aparentemente inativas no momento e o período de sua edição não corresponde ao recorte cronológico proposto, são elas:

- **Canindé: Revista do Museu de Arqueologia de Xingó (UFS)^[21].** As edições disponíveis online correspondem ao período de 2002 a 2008.
- **Recôncavos - Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)^[22].** As edições disponíveis online correspondem ao período de 2007 a 2010.
- **Revista Eletrônica Jovem Museologia: Estudos sobre Museus, Museologia e Patrimônio (Unirio)^[23].** As edições disponíveis online correspondem ao período de 2006 a 2008.

- **Museu Oscar Niemeyer em Revista (MON)**^[24] . Está disponível online uma edição especial de 10 anos do Museu, de 2012.
- **Revista Musear (UFOP)**^[25] Encontramos apenas uma edição de 2012, disponível na rede social facebook.
- A última revista pesquisada, **Revista Museu Virtual (UFRJ)**^[26] , não apresenta edições online, banco de dados ou mesmo redes sociais no momento.

APÊNDICE C
7º FÓRUM NACIONAL DE MUSEUS
MINISTÉRIO DA CULTURA
INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS

Relação de trabalhos aprovados pela Comissão de Seleção de Comunicações Coordenadas do 7º Fórum Nacional de Museus na modalidade Apresentação Oral, listados por título em ordem alfabética:

1. A DISPONIBILIZAÇÃO DE OBJETOS MUSEOLÓGICOS EM EXPOSIÇÕES VIRTUAIS: OS DESAFIOS INFORMACIONAIS
2. ACOLHIMENTO, ESCUTA E SENILIDADE: UM MUSEU PODE SER UM ESPAÇO TERAPÊUTICO?
3. ANÁLISE DOS MÉTODOS DOCUMENTAIS E INFORMACIONAIS DOS MUSEUS DO CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM – PA
4. DA MINA AO PRÉSÍDIO OU QUANDO O MUSEU CÂMARA CASCU DO SE INSERE NA CONTEMPORANEIDADE
5. HIATOS E EDUCAÇÃO MUSEAL: PROCESSOS DE APAGAMENTO, REDEFINIÇÃO E ESTRUTURAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE
6. IDENTIDADE TROPEIRA – MEMÓRIAS E NOVOS USOS PELA COMUNIDADE DO MORRO SÃO SEBASTIÃO/OURO PRETO
7. INTERATIVIDADE NOS MUSEUS PARA O PÚBLICO INFANTIL: UM LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO SOBRE O TEMA
8. MUSEU, LUGAR DE CRIANÇA: VISITAS PARA CRIANÇAS DA PRIMEIRA INFÂNCIA NO MEMORIAL MINAS GERAIS VALE
9. O PLANO MUSEOLÓGICO COMO MARCO NA GESTÃO DE MUSEUS
10. OLHARES DO PATRIMÔNIO: VALORIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ATRAVÉS DA FOTOGRAFIA
11. PRESENÇA KARAJÁ: IDENTIFICAÇÃO, PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DE COLEÇÕES E DO PATRIMÔNIO IMATERIAL
12. RECURSOS EDUCATIVOS NA EXPOSIÇÃO “OS SEGREDOS DA ANATOMIA” DO MUSEU DE HISTÓRIA DA MEDICINA DO RS
13. RESERVA TÉCNICA VISITÁVEL DO MUSEU DE ARTE DO RIO – MAR

14. SISTEMA DE GESTÃO DE INFORMAÇÃO DOS DIREITOS AUTORAIS
PARA PROTEGER E PRESERVAR O PATRIMÔNIO CULTURAL

15. UMA EXPERIÊNCIA DE CURADORIA COLABORATIVA NO SOBRADO DR.
JOSÉ LOURENÇO

APÊNDICE D
ARTIGOS PUBLICADOS EM ANAIS DE EVENTOS E REVISTAS DE
ÁREAS CONGÊNERES

a) Associação Nacional de História - ANPUH

Revista Brasileira de História – Foram verificadas 21 edições (318 títulos) e encontrado 01 artigo relacionado a nossa pesquisa.

Ano: 2014

Volume e número: v.34, nº 67

Título: O passado que não passa: a sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina.

Nome da pesquisadora: Claudia Wasserman

§ Anais do Simpósio Nacional de História realizado pela ANPUH – o evento é realizado a cada dois anos e é considerado o mais importante evento da História no país. Foram consultados os anais dos eventos dos anos 2015 (1827 títulos), 2017 (1207 títulos) e no ano de 2019 não ocorreu evento, tendo sido encontrados 3 artigos correspondentes a busca.

Nome do evento: Anais do XXVII Simpósio Nacional de História – Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios.

Ano: 2015

Tipo: Comunicação

Título: Entre o passado e o presente: a memória militar sobre o golpe de 1964 nas páginas da Revista do Clube Militar*.

Nome da pesquisadora: Adrielly Natharry Leite da Silva Oliveira.

Nome do evento: Anais do XXVII Simpósio Nacional de História – Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios.

Ano: 2015

Tipo: Comunicação

Título: A invenção do passado e a construção do presente: imprensa e memória no longo fim da ditadura civil-militar (1974-1985)

Nome do pesquisador: João Batista Teófilo Silva

Nome do evento: Anais do XXIX Simpósio Nacional de História – Contra os preconceitos: História e Democracia

Ano: 2017

Tipo: Comunicação

Título: Compartilhando metodologias de preservação de memórias do passado recente: os arquivos de história oral em sítios de memória do Cone Sul

Nome da pesquisadora: Ana Paula Ferreira de Brito

b) Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS - o encontro é anual e reúne pesquisadores que atuam no campo das Ciências Sociais e Humanas do Brasil. Na oportunidade, há uma seleção dos melhores trabalhos de dissertações e teses do ano que são premiados.

Foram consultados os anais dos eventos dos anos de 2014 a 2020, sendo: 38º encontro realizado em 2014 (67 artigos), 39º encontro realizado em 2015 (79 artigos), 40º encontro realizado em 2016 (68 artigos), 41º encontro realizado em 2017 (84 artigos), 42º encontro realizado em 2018 (80 artigos), 43º encontro em 2019 (451 artigos) e o 44º encontro em 2021 (566 artigos). Do total de 1395 artigos, foram encontrados 4 que correspondem ao tema da nossa pesquisa.

Eventos

Nome do evento: 42º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.

Ano: 2018

Título: O complicado papel de vítima: a resignificação da ditadura militar no contexto dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade*.

Nome das pesquisadoras: Vanessa Veiga de Oliveira e Rousiley Celi Moreira Maia

Nome do evento: 40º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.

Ano: 2016

Título: Lembrando o passado autoritário: memórias sobre a ditadura militar no Brasil.

Nome da pesquisadora: Barbara Goulart

Nome do evento: 39º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.

Ano: 2015

Título: (Re)construção da memória de repressão e resistências camponesas: reflexões sobre a Comissão Camponesa da Verdade*

Nome dos pesquisadores: Sérgio Sauer e Regina Coelly Fernandes Saraiva

Nome do evento: 39º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.

Ano: 2015

Título: Os camponeses e o regime militar: reconstruindo memórias traumáticas*.

Nome da pesquisadora: Marta Ciocari.

§ Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB – Foram consultadas 22 edições em busca de artigos relacionados ao tema, mas nenhum artigo foi localizado.

§ Revista Brasileira de Ciências Sociais – RBCS - Foram consultadas 23 edições em busca de artigos relacionados ao tema, mas nenhum artigo foi localizado.

c) Associação Brasileira de Antropologia - ABA

A associação realiza eventos bianuais. Foram consultados os anais de quatro encontros, (513 títulos), dos quais, apenas um artigo que atende a nossa busca foi localizado.

Nome do evento: 29ª Reunião Brasileira de Antropologia

Ano: 2014

Título: Caso Vladimir Herzog: um debate sobre memória e simbolismo

Nome a pesquisadora: Bárbara Rossin Costa

Quantidade de artigos publicados no evento : 135

Nos eventos dos anos seguintes, não foram identificados outros artigos correspondentes a nossa busca. Segue informações dos encontros.

Nome do evento: 30ª Reunião Brasileira de Antropologia

Ano: 2016

Quantidade de artigos publicados no evento : 115

Nome do evento: 31ª Reunião Brasileira de Antropologia

Ano: 2018

Quantidade de artigos publicados no evento : 105

Nome do evento: 32ª Reunião Brasileira de Antropologia

Ano: 2020

Quantidade de artigos publicados no evento : 158

§ Revista de Antropologia do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Foram verificadas 21 edições (337 títulos), mas nenhum artigo relacionado a nossa pesquisa.

APÊNDICE E
TRABALHOS IDENTIFICADOS EM BUSCA FEITA NO REPOSITÓRIO DA
CAPES

Nome do programa: Ciências da Informação_ Universidade Federal de Minas Gerais

Ano: 2020

Título: Museus e Memórias da Repressão e da Resistência no Brasil: um Estudo Sobre Documentos, Justiça de Transição e os Espaços de Rememoração (Tese de doutorado).

Nome do pesquisador: Felipe Eleuterio Hoffman

Nome do programa: Artes Visuais_ Universidade de São Paulo

Ano: 2018

Título: As atuações e contribuições institucionais de artistas e intelectuais no campo das artes visuais durante o período da redemocratização brasileira (1974-1989)

Nome da pesquisadora: Fabricia Cabral de Lira Jordão

Nome do programa: Artes_ Universidade Federal de Minas Gerais

Ano: 2017

Título: Monumentos da Barbárie: arte, resistência e memórias da ditadura civil-militar no Brasil

Nome da pesquisadora: Aline Costa Souza

Nome do programa: Arquitetura e Urbanismo_ Universidade de São Paulo

Ano: 2015

Título: Presença na ausência: amnésias políticas e resistências poéticas na memória da ditadura civil-militar brasileira (1964-1981)

Nome da pesquisadora: Adriana Cecilia Gianvecchio Santos

Nome do programa: Arquitetura e Urbanismo_ Universidade São Judas Tadeu

Ano: 2019

Título: Lugares de Memória Difícil: Iniciativas de Preservação na Cidade de São Paulo

Nome da pesquisadora: Marina Busson Machado e Silva

-
- [1] Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/revistas-anpuh/rbh>. Acesso em: 26/05/2021.
- [2] Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/items/1-anais-simposios-anpuh>. Acesso em: 26/06/2021.
- [3] Disponível em: <http://anpocs.com/index.php/bib-pt>. Acesso em: 08/06/2021.
- [4] Disponível em: <http://anpocs.com/index.php/publicacoes-sp-2056165036/rbcs>. Acesso em: 08/06/2021.
- [5] Disponível em: <http://www.29rba.abant.org.br/>. Acesso em: 09/06/2021.
- [6] Disponível em: http://www.30rba.abant.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=308. Acesso em: 09/06/2021.
- [7] Disponível em: <http://www.evento.abant.org.br/rba/31RBA/SE>. Acesso em: 09/06/2021.
- [8] Disponível em: http://evento.abant.org.br/rba/32RBA/grupos_de_trabalho. Acesso em: 09/06/2021.
- [9] Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra>. Acesso em: 12/06/2021.
- [10] Disponível em: <https://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn/issue/archive>. Acesso em: 01/12/2021.
- [11] Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp>. Acesso em: 02/07/2021.
- [12] Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/grid>. Acesso em: 02/07/2021.
- [13] Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_issues&pid=0009-6725&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 01/12/2021.
- [14] Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion>. Acesso em 05/08/2021.
- [15] Disponível em: http://www.iber museos.org/pt/recursos/documentos/?tipo_documento=revistas-publicaciones-periodicas&pais=brasil&ano=2020. Acesso em: 06/08/2021.
- [16] Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/Museologia/issue/view/589>. Acesso em: 06/08/2021.
- [17] Disponível em: <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/archive>. Acesso em: 01/12/2021.
- [18] Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/issue/archive>. Acesso em: 01/12/2021.
- [19] Disponível em: <http://revistaMuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus>. Acesso em: 08/09/2021
- [20] Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmae/issue/archive>. Acesso em: 01/12/2021.
- [21] Disponível em: https://ri.ufs.br/handle/riufs/9527/simple-search?location=riufs%2F9527&query=&rpp=10&sort_by=score&order=desc. Acesso em: 01/12/2021.
- [22] Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/reconcavos/issue/archive>. Acesso em: 01/12/2021.
- [23] Disponível em: <https://webrejm.wixsite.com/rejm/ler>. Acesso em: 01/12/2021.

[24] Disponível em: https://www.museuoscarniemeyer.org.br/institucional/mon_revista. Acesso em: 01/12/2021.

[25] Disponível em: <https://issuu.com/revistamusear/docs/musear1?backgroundColor=%23222222>. Acesso em: 14/12/2021.

[26] Disponível em: <http://www.museuvirtual.latec.ufrj.br/revista/13-revista-eletronica>. Acesso em: 01/12/2021.